

Mulheres Titulares do Bolsa Família

GISELLE NANES



coleção

TESES E DISSERTAÇÕES

ANTROPOLOGIA

Editora  UFPE

Mulheres Titulares do Bolsa Família

Mulheres Titulares do Bolsa Família:
direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida

Giselle Nanes

Prêmio Tese & Dissertação - 2015
Categoria Melhor Tese
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
UFPE


Editora
UFPE
Recife
2016

**Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Editora Universitária UFPE**

Série Antropologia: Coleção Teses & Dissertações

Coordenação do PPGA:

Mísia Lins Reesink
Peter Schroder (Vice)

Comissão Editorial do PPGA-UFPE:

Antonio Motta
Edwin Reesink
Judith Hoffnagel

Conselho Editorial do PPGA-UFPE:

Antônio Motta, Bartolomeu F. de Medeiros, Carlos Sandroni, Danielle Pitta, Edwin Reesink, Josefa Salete Cavalcanti, Judith Chambliss Hoffnagel, Lady Selma Albernaz, Marion Teodósio, Mísia Lins Reesink, Parry Scott, Peter Schröder, Renato Athias, Roberta Campos, Roberto Motta, Vânia Fialho

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

Mísia Lins Reesink

Ilustração da Capa

Priscila Souza (Tecnografic)

Revisão Técnica:

Amanda Scott

Catálogo na fonte:

Biblioteca Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

Nanes, Giselle.

Mulheres titulares do Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida / Giselle Nanes. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. 206 p. : il.

Prêmio Melhor Tese 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE.

Originalmente apresentada como tese do autor (Doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Antropologia, 2014) sob o título: Gênero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida entre mulheres do Coque(PE).

Inclui bibliografia.

ISBN_ 978-85-415-0860-5

(broch.)

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Antropologia. 3. Mulheres – Condições sociais. 4. Direitos reprodutivos. 5. Mulheres – Emprego. I. Título.

301

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2016-071)

Sumário

Apresentação	7
Agradecimentos	11
Introdução	13
Gênero, Desenvolvimento e Bolsa Família	21
As Mulheres do Bolsa Família	51
Bolsa Família: Foco nas Crianças	71
Fecundidade, Bolsa Família e Direitos Reprodutivos	95
Empoderamento, Bolsa Família e Inserção Produtiva	123
Projetos de Vida: Perspectivas de Futuro	161
Considerações Finais	181
Referências	187
Anexo	203

Apresentação

É com grande satisfação que apresento este livro, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, realizada anualmente a partir da seleção das melhores teses e dissertações produzidas. Resultado de um trabalho de campo cuidadosamente edificado, a tese de Giselle Nanes sobre as mulheres titulares do Programa Bolsa Família na comunidade do Coque, no centro do Recife, foi a selecionada no ano de 2014.

O trabalho percorre caminhos pouco transitados pela Antropologia Brasileira. Um deles, o envolvimento com o debate sobre Gênero e Desenvolvimento. Outro, o trabalho etnográfico na avaliação do PBF. Tanto num caso quanto no outro, a discussão tem sido mais forte no campo da economia, do serviço social ou mesmo da sociologia. Dessa maneira, a pesquisa possibilitou alargar o contato com as mulheres incluindo participação na rotina familiar, tal como lavar pratos, ajudar a cuidar de crianças

pequenas; realizar oficinas e palestras numa ONG local; e vários outros pontos de encontro, para além das entrevistas. Esse alargamento do contato resultou na percepção de que as avaliações realizadas até o momento deixam de incluir vários temas que poderiam nos indicar, com mais propriedade, os resultados alcançados pelo Programa. Por isso, Giselle Nanes aborda aspectos da vida cotidiana considerados fundamentais para a compreensão do alcance dos resultados: acesso a direitos reprodutivos das mulheres, especialmente a procura por contracepção; a questão do trabalho e da qualificação profissional e os projetos de vida.

Estes aspectos, analisados à luz das trajetórias das mulheres, acabam revelando o quão simplificadoros são os discursos de algumas alas de gestores, da mídia e do senso comum, relacionados ao PBF, acusando-o de proporcionar condição para o efeito preguiça e o incentivo à natalidade, num tom acusatório que vem sendo dirigido às mulheres em situação de extrema pobreza. Ao serem acusadas de não procurarem mais trabalho e de procurarem ter mais filhos para aumentar a quantia monetária recebida, essas mulheres parecem estar passando por um processo muito analisado na saúde coletiva, denominado de culpabilização das vítimas.

O trabalho de Giselle, enfatizando as trajetórias e os projetos, vai evidenciar que muitas dessas mulheres já não queriam ter mais filhos antes de ingressar no PBF, e que a procura pela esterilização ou pela contracepção não definitiva no sistema de saúde pública, quase nunca é vivida com sucesso, o que faz com que muitas mulheres considerem que tiveram ‘sorte’, quando conseguem realizar a contracepção definitiva.

Por outro lado, mostra como o PBF possibilita a estas mulheres deixarem de se submeter a trabalhos insalubres, degradantes e informais, havendo possibilidade de escolherem trabalhos menos vexatórios e sonharem com trabalho de carteira assinada como um projeto a ser efetivado. Uma das principais vias de acesso a um trabalho mais digno é por meio da qualificação profissional, um aspecto pouco desenvolvido pelo município como contrapartida prevista no Programa. A possibilidade de não aceitar qualquer trabalho e as obrigações com o trabalho doméstico fazem com

que muitas mulheres procurem exercer atividades remuneradas em suas residências ou na proximidade, de modo a conciliar as atribuições da dupla jornada.

A análise dos dados da pesquisa, portanto, aponta que o efeito preguiça e o incentivo à natalidade fazem parte de uma retórica que não corresponde à realidade enfrentada cotidianamente por essas mulheres. As falhas no serviço de saúde e ausência de políticas de qualificação profissional podem ser consideradas promotoras das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de extrema pobreza para a efetivação de seus direitos reprodutivos e acesso a um trabalho digno. A própria sociedade, ao explorar de modo mais acentuado estas mulheres, desrespeitando os direitos básicos que toda trabalhadora deveria usufruir, contribui para legitimar esta retórica.

Ao realizar esta crítica, este livro se alinha ao trabalho que vem sendo feito pela Antropologia Brasileira, de estar refletindo sobre os direitos humanos a partir dos grupos minoritários e desprivilegiados da nossa sociedade, focalizando suas perspectivas, suas lutas e sua humanidade, desconstruindo preconceitos. Por outro lado, está em consonância com a perspectiva feminista e a discussão sobre o empoderamento, como possibilidade de fortalecimento das mulheres, especialmente as que vivem em extrema pobreza, por meio de uma análise de gênero que privilegia a prática e o poder, a partir da teoria dos jogos sérios de Sherry Ortner. Considerando que há uma predominância das abordagens pós-estruturalistas, a autora procura uma outra perspectiva para analisar a resistência dos mais fracos e menos poderosos, o que pode ser considerado um desafio, enfrentado de maneira exitosa.

Convivo com Giselle desde o curso de Mestrado, cuja dissertação focalizou o relacionamento de homens desempregados e casados com mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), no qual também fui sua orientadora. Desde esta época, tem sempre nos gratificado com sua seriedade e dedicação, que lhe rendeu, no início do seu curso de Doutorado, a classificação em primeiro lugar num concurso para professora da UFRPE.

Mesmo se dedicando ao ensino, Giselle Nanes nunca descuidou de seu trabalho de campo nem de seu compromisso com a comunidade do Coque, construindo amizades e laços de confiança com as mulheres. Após o término da tese, nos associamos em uma pesquisa-ação interinstitucional, entre a UFPE e a UFRPE, intitulada “Mulheres, Programa Bolsa Família e Empoderamento Feminino: investigações sobre vida reprodutiva, trajetórias escolar/profissional e projetos de vida”, para dar continuidade ao trabalho que Giselle vinha desenvolvendo.

Recomendo a leitura deste livro para profissionais e estudantes da Antropologia e da Gestão de Políticas Públicas como excelente exemplo de uma análise que adota uma perspectiva antropológica feminista que dialoga com o debate de gênero e desenvolvimento, aprofunda questões relacionadas a preconceitos contra mulheres em situação de pobreza e proporciona uma reflexão mais ampla sobre os resultados alcançados pelo PBF.

Recife, 28 de setembro de 2015.

Marion Teodósio de Quadros

Agradecimentos

A realização de uma pesquisa social sempre é concretizada com a participação de muitos colaboradores e colaboradoras, que direta ou indiretamente, contribuem no árduo percurso de idealização, execução, análise e divulgação de resultados. Faço aqui meus agradecimentos:

À FACEPE pelo apoio para realização da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Em especial, faço agradecimentos aos docentes: Marion Teodósio de Quadros, Russell Parry Scott e Judith Hoffnagel.

Ao Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEI-MFA). Especialmente, às companheiras: Keyla Cristina, Luiza Margarida, Rosilene Santos, Edilene Noronha, Andrezza Cristina, Andrezza Gomes e Aurinete de Oliveira.

Às mulheres moradoras da comunidade do Coque. Em particular, às mulheres participantes da pesquisa.

Por fim: aos meus pais, Adeilda Nanes (in memoriam) e Marcos Santos; a Jenário, meu marido; a Gigi e Marquinhos, meus irmãos; aos amigos e amigas, que estiveram presentes no percurso da pesquisa – Amanda Scott, Angélica Melo, Alexandre Tenório, Aliete Rosas, Ana Catarina, Ana Estella, Bruna Ferraz, Dayse Amâncio, Érika Mendonça, Evandro Barbosa, Fernanda Sardelich, Gilmara Mabel, Juliana Galindo, Juliene Barros, Laís Rodrigues, Maria das Mercês, Maria de Fátima Brandão, Maria Helena, Maria José Gomes, Norma Vasconcelos, Priscilla Angelina, Rosângela Souza, Rosineide Cordeiro, Ricson Medeiros e Samara Cavalcanti.

Introdução

As discussões desse livro permeiam o debate sobre Gênero e Desenvolvimento, abordando a titularidade feminina no Programa Bolsa Família (PBF). O livro apresenta resultados da pesquisa de Doutorado cuja tese intitulou-se “Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque (Recife/PE)”¹. A partir da realização da pesquisa, contribuimos com o debate sobre a titularidade feminina no PBF e a vivência das mulheres titulares, a partir de abordagem da antropologia feminista, focando discussão sobre três eixos analíticos: 1) direitos reprodutivos e maternidade; 2) inserção/qualificação na esfera produtiva, estratégias de agência e processos de autonomia/empoderamento dentro do PBF; e 3) projetos de vida.

¹O curso de Doutorado foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE), sob orientação da Prof^a Dr^a Marion Teodósio de Quadros.

A lei de número 10.836, de 9 de janeiro de 2004, legitima a criação, pelo Governo Federal, do Programa Bolsa Família (PBF). A família é a unidade de intervenção do programa, substancialmente, quando composta por gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. A titularidade do benefício é, por lei, preferencialmente, da mulher. A seleção ocorre a partir dos dados familiares contidos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O principal critério de seleção é a renda per capita da família, uma vez que visa atender famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00) e extremamente pobres (renda de até R\$ 70,00) (Brasil, 2014). Para participar e se manter no Programa, as famílias assumem compromissos nos campos da educação, da saúde e da assistência social, as chamadas condicionalidades de participação no PBF.

O fato da titularidade do benefício ser, por lei, preferencialmente, da mulher, tem suscitado discussões sobre seu potencial de empoderamento feminino, mesmo considerando que um dos alicerces que justificam esta preferência está no reforço ao papel feminino da maternidade, dentro de uma concepção tradicional de família, profundamente marcada pela divisão sexual do trabalho, não se tratando de uma política pública com enfoque de gênero.

O alcance dos resultados diretos e indiretos esperados pelo Programa está relacionado a um conjunto amplo de áreas e temas: redução da fome e desnutrição, elevação do poder de compra das famílias, fortalecimento dos direitos à saúde e à educação e integração de outras políticas públicas, como geração de trabalho e renda; aumento do poder de decisão e maior autonomia feminina; criação de capital social e formação de redes de solidariedade (Alves; Cavanaghi, 2012). Nem todos estes resultados estão expressos na política. A questão do poder e da autonomia feminina, por exemplo, não é mencionada na legislação do Programa.

Em uma década de implementação do Programa Bolsa Família (2004-2014) estudos e pesquisas versam sobre: viabilidade econômi-

ca do programa; diminuição da pobreza nas famílias (Lavinias; Nicoll, 2006; Rego, 2008; Lavinias, 2007, 2010); distribuição de renda no país, justiça social e programas focalizados versus programas universalizantes de saúde, educação e assistência social (Silvia; Yazbek; Giovanni, 2004; Senna et al, 2007; Silva, 2007; Medeiros; Britto; Soares, 2007a, 2007b; Brasil, 2007; Campello; Neri, 2013); Bolsa Família e proteção social; impacto das condicionalidades em educação e saúde no rompimento do ciclo da pobreza (Silva et al, 2007); segurança alimentar e nutricional entre beneficiários; gestão organizacional do Programa (Barros; Foguel; Ulyseia, 2007; Neves; Helal, 2007; Filgueiras, 2007; Modesto, 2010; Carneiro, 2010; Jesus, 2011). Em predominância, tais estudos advêm ou dialogam com abordagens teórico-metodológicas da Economia e do Serviço Social. O debate sobre a titularidade feminina e configurações de gênero no PBF é minoritário (Mariano; Carloto, 2013, 2009; Carloto, 2012, 2006, 2004; Carloto; Mariano, 2010, 2008; Lavinias; Cobo; Veiga, 2012).

No campo das ciências sociais, foram identificados estudos que refletem sobre as experiências das mulheres dentro do Programa e discutem a titularidade feminina. Os temas abordados debatem: repercussões morais e políticas na cidadania feminina, a partir da renda monetária (Suarez; Libardoni, 2007; Rego, 2008; 2010; Rego, Pinzani, 2013, Rego, 2013; Tebet, 2012); incentivos do PBF no ingresso/permanência das mulheres no mercado de trabalho (Sorj; Fontes, 2010); PBF como política de redistribuição e reconhecimento, com repercussão na simbologia do direito à ter direitos entre as mulheres titulares (Rabelo, 2011, 2013).

Nos anos mais recentes, pesquisas embasadas no campo da Antropologia vêm contribuindo para as discussões sobre Bolsa Família e dinâmicas culturais, particularmente focando famílias rurais no Nordeste (Pires, 2009; 2013; Morton, 2013; Silva; Rodrigues; Pires, 2011). Nesse sentido, destacam-se os resultados apresentados por Pires (2009,

2013) em relação à priorização dos gastos do benefício com as crianças, entre as famílias beneficiárias; ampliação do consumo alimentar infantil e simbologias morais de maternidade bem sucedida.

Em conjunto, tais estudos debatem sobre titularidade feminina no PBF, enfatizando repercussões do PBF entre beneficiárias e suas famílias no tocante à ampliação de poder aquisitivo para compra de itens básicos como alimentação e vestuário, priorização de gastos com as crianças e potencialidades de autonomização da vida moral em referência à condição de titular de um benefício de transferência de renda.

No entanto, neste livro, norteado pelo debate sobre Gênero e Desenvolvimento, iremos discutir que a titularidade feminina no PBF é arregimentada em cenário mobilizado dentro do movimento feminista (em níveis internacional, regional e nacional) na articulação (e reapropriação) dentro de agências e instituições de desenvolvimento, que por sua vez norteiam proposições governamentais e respectivas formulações de políticas sociais. Nesse sentido, argumentamos que é necessário não dissociar a análise da titularidade feminina no PBF do debate sobre gênero, desenvolvimento e pobreza.

Ao tratar sobre as experiências das mulheres titulares do PBF, pelo prisma analítico da antropologia feminista, arguimos que é preciso ampliar o leque de análise sobre titularidade feminina no PBF, de forma a contemplar indicadores analíticos ainda invisibilizados na análise do PBF e que constituem pontos nodais da discussão feminista.

Aqui apontamos alguns desses indicadores analíticos: i) relações entre participação no PBF, projetos reprodutivos das titulares e acesso às políticas de direitos reprodutivos; ii) relações entre recebimento de renda monetária, inserção na esfera produtiva, conciliação com o ciclo de vida familiar e processo de autonomia/empoderamento feminino; e iii) discussão sobre subjetividade e projetos de vida formulados nos enredamentos dessa titularidade e dinâmicas socioculturais locais.

Pela perspectiva da antropologia feminista, na compreensão de que o debate de gênero² entende que as relações de família, parentesco, gênero e geração não podem desligar-se das relações econômicas e políticas, consideramos que os indicadores apontados ampliam compreensão que interliga a titularidade feminina no PBF ao debate sobre políticas de desenvolvimento, pobreza, gênero e processos de autonomia/empoderamento feminino. Assim, especificamente, neste livro, iremos contribuir para análise da titularidade feminina no PBF, a partir de três eixos analíticos: 1) direitos reprodutivos e maternidade; 2) inserção/qualificação na esfera produtiva, estratégias de agência e processos de autonomia/empoderamento dentro do PBF; e 3) projetos de vida.

Especialmente, dialogando com as proposições da antropóloga Sherry Ortner (1984, 1990, 1995, 2005, 2006a, 2006b), a seleção desses três eixos evidenciará discussão analítica sobre agência feminina, relações de poder e processos de subjetividade. Compreendemos que a reflexão antropológica proposta por Ortner, no conjunto de sua abordagem sobre Jogos Sérios, subsidiará análise dos processos de reprodução e transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina no PBF, visibilizados a partir dos eixos analíticos propostos.

A seguir, descreveremos a pesquisa etnográfica realizada com mulheres de grupos populares urbanos participantes do PBF e titulares do

2A inserção do conceito de gênero como categoria social pelo movimento feminista visou avançar na compreensão da subordinação das mulheres e relações de poder implicada. Gênero indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual (Shapiro, 1981; Rubin, 1993; Ortner; Whitehead, 1981; Scott, 1995; Barbieri, 1993). Porém, na ampliação do debate sobre gênero, também observamos crítica sobre a bipolaridade sexo/gênero (Piscitelli, 1995, 1998; Moore, 1997; Braidotti, 2004; Stolke, 2004; Nilholson, 2000), na medida em que o sexo também é um meio discursivo/cultural pelo qual um sexo natural é produzido e estabelecido como elemento pré-discursivo com vistas a assegurar uma estrutura binária que rege as hierarquias de gênero (Butler, 2003). Na multiplicidade do debate sobre gênero, corroboramos com o entendimento de que gênero possibilita explorar complexidade da construção relacional de feminilidade e masculinidade (Moore, 2006) e as múltiplas lógicas de práticas de prestígio e poder que constroem homens e mulheres não apenas em termos de diferenças entre regras e significados, mas em termos de valores diferenciados e hierárquicos, na dinâmica de hegemonia e contra-hegemonia dessas práticas (Ortner, 1990).

benefício, residentes na comunidade do Coque (Recife/PE), entre os anos de 2012 e 2013. Nesse período, a construção de uma relação de proximidade possibilitou a convivência nos domicílios com as mulheres. Particularmente, acompanhamos a rotina familiar de 09 (nove) mulheres titulares do PBF, dialogando e observando vivência da maternidade e partos, trabalho doméstico, relacionamentos conjugais e experiências na esfera produtiva.

Pela perspectiva etnográfica, foram registradas informações impossíveis de ser captadas dentro das clássicas abordagens quantitativa e sociodemográfica utilizadas nos estudos sobre PBF. Os dados de pesquisa levantam debate sobre: 1) direitos reprodutivos entre mulheres titulares do PBF e apontamento sobre limitações do Programa em relação à integração com políticas de saúde reprodutiva; 2) condicionantes de inserção/qualificação produtiva dentro do PBF, estratégias de agência das titulares de grupos urbanos populares e dimensões de autonomia/empoderamento; e 3) projetos de vida das mulheres relacionados com questões de moradia, direitos reprodutivos e trabalho, no contexto de titularidade e renda monetária mensal, advindo da participação no PBF.

O livro foi organizado em seis capítulos, descritos a seguir. No primeiro capítulo visamos diagramar percurso de legitimação política das mulheres como titulares do Programa Bolsa Família, contextualizando os cenários internacional, regional e nacional, relacionados com o debate sobre Mulheres, Gênero e Desenvolvimento, uma vez que o desenho desta política de transferência de renda é formatado na interação entre esses diferentes cenários. Afirmaremos, assim, que é necessário não dissociar a avaliação da titularidade feminina no PBF do debate sobre gênero, desenvolvimento e pobreza. Realçaremos discussão sobre empoderamento feminino, que vai nos permitir alicerçar compreensão sobre os eixos analíticos propostos. Por fim, reforçamos como a análise desses eixos pode ser enriquecida a partir do prisma analítico da Antropologia Feminista, ressaltando discussão sobre agência, relações de poder e processos de subjetividade na dinâmica cultural.

O segundo capítulo descreve a experiência da observação de campo, tecendo informações sobre o contexto sociocultural da comunidade pesquisada, processos de pesquisa, roteiro de observação e entrevistas. Descrevemos perfil social, configurações familiares, graus de escolaridade e fontes de renda familiar das mulheres participantes da pesquisa.

No terceiro e quarto capítulos debatemos o primeiro eixo analítico: Direitos Reprodutivos e Maternidade. Primeiramente, focamos discussão sobre usos dos benefícios, compreensão sobre titularidade feminina e condicionalidades do PBF, na área dos direitos à saúde e educação. As análises vão permitir compreensão sobre o foco nas crianças dentro do Programa, o que evidencia, dentro do debate de Gênero e Desenvolvimento, análise sobre reducionismo da focalização feminina no Programa, numa perspectiva de eficiência de gênero. Enfatizamos, dentro desse reducionismo, restrição de ações do Programa, em relação às ações dirigidas para mulheres titulares, no âmbito da condicionalidade na área da saúde, mais especificamente restrição de políticas integradas de direitos reprodutivos.

No quarto capítulo, na compreensão das trajetórias de vida reprodutiva entre beneficiárias, marcadas por reveses contraceptivos, colaboramos para desmistificar o discurso que relaciona o aumento do número de filhos entre mulheres pobres e o ingresso/permanência no PBF para garantia de renda financeira. Debateremos sobre como e em quais contextos reprodutivos ocorrem o ingresso/permanência no Programa, evidenciando análise que relaciona direitos reprodutivos entre mulheres titulares.

No quinto capítulo focamos o eixo analítico Inserção/Qualificação na esfera produtiva, estratégias de agência e processos de autonomia/empoderamento dentro do PBF. Descrevemos trajetórias de trabalho das pesquisadas e analisamos dimensões de empoderamento, via autonomia feminina, nos enredamentos entre agência feminina e percurso de inclusão no PBF. Em seguida, discutimos condições de temporalidade do benefício e (des)integração com políticas de inserção produtiva e/ou qualificação profissional feminina.

Por fim, no sexto capítulo apresentamos debate sobre o terceiro eixo de análise, Projetos de Vida. Buscamos compreender os jogos de poder construídos entre a inserção no PBF, na condição de titularidade feminina, e projetos de vida dessas mulheres. Na intersecção das análises realizadas nos capítulos anteriores, veremos que três grandes projetos compõem planos de desejos e intenções do grupo de mulheres pesquisadas: casa própria, emprego formal e esterilização feminina.

Nesse sentido, esperamos que a leitura desse livro permita a compreensão de que, na vida cotidiana das mulheres titulares do PBF, a focalização feminina nas políticas de combate à pobreza transborda a discussão dessa focalização em relação à abordagem eficiência, adicionando conotações que precisam ser discutidas no âmbito dos direitos das mulheres.

Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família

Neste capítulo, buscamos compreender o percurso de legitimação política da titularidade feminina no Programa Bolsa Família, contextualizando os cenários internacional, regional e nacional relacionados com o debate sobre Mulheres, Gênero e Desenvolvimento, uma vez que o desenho desta política de transferência de renda é resultado de disputas e negociações que se constituíram na interação entre esses diferentes cenários.

O PBF está inserido em um conjunto de programas de transferência de renda que tem sido implementado na América Latina, como um dos componentes das políticas públicas para o desenvolvimento social. Em que pese linha de discussão sobre políticas de desenvolvimento social na Antropologia com questionamento das bases ideológicas sobre as quais são construídas essas políticas (Escobar, 1997, 1995, 1991), os progra-

mas de transferência de renda têm sido implementados com discursos variados de ampliação da democracia, da inclusão social e do desenvolvimento. A formatação desses programas apresenta diferenças em decorrência dos contextos nacionais. No entanto, entre as características comuns se destaca a titularidade feminina do benefício, relacionada com um política seletiva para enfretamento da pobreza entre famílias pobres.

Na compreensão do debate sobre as principais abordagens que inseriram as mulheres nas políticas de desenvolvimento, desde a década de 1970, veremos como o percurso de legitimação da titularidade feminina no PBF interliga-se com o debate das abordagens Mulheres em Desenvolvimento (MED) e Gênero e Desenvolvimento (GED). Tais abordagens abrangem um conjunto de teorias e práticas sobre a inserção das mulheres como categoria distinta nos discursos de desenvolvimento, no âmbito das organizações e agências de desenvolvimento internacionais. Na primeira seção deste capítulo, trazemos os principais debates dessas abordagens, em nível internacional. Realçaremos também discussão sobre *empoderamento feminino*, que vai nos permitir alicerçar compreensão sobre os eixos analíticos propostos, mais especificamente o que trata sobre inserção produtiva, estratégias de agência e dimensões de autonomia/empoderamento entre mulheres titulares do PBF.

Na segunda seção, veremos como o caminho de formatação da titularidade feminina no PBF, na especificidade de programa nacional de transferência de renda brasileira, no contexto latinoamericano, é perpassado pelo debate de gênero, desenvolvimento e pobreza (incluindo discussão sobre *feminização da pobreza*). Afirmaremos que é necessário não dissociar a avaliação da titularidade feminina no PBF deste debate, já que essa titularidade é arregimentada em cenários mobilizados dentro do movimento feminista (em níveis internacional, regional e nacional), na articulação e reapropriação dentro de agên-

cias e instituições de desenvolvimento, as quais norteiam proposições governamentais e respectivas formulações de políticas sociais.

Na última seção, realçamos como a ampliação dos eixos analíticos que propomos para avaliação do PBF está relacionada com temas debatidos dentro da Antropologia Feminista. Evidenciamos, nesse sentido, discussão sobre agência, relações de poder e processos de subjetividade na dinâmica cultural. Especificamente, dialogamos com as proposições de Ortner (1984, 1995, 2005, 2006a, 2006b), considerando que a abordagem dos *Jogos Sérios* contempla importante ferramenta analítica para subsidiar compreensão dos processos de produção, reprodução e transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina no PBF.

Mulheres, gênero e desenvolvimento: debate internacional

A abordagem Mulheres em Desenvolvimento (MED) para os estudos das mulheres no terceiro mundo¹ data do início da década de 1970 e é associada com uma gama de estudos e intervenções que buscava a *integração* das mulheres no campo do desenvolvimento (dentro de agências de desenvolvimento, governos e ONGs). O termo foi cunhado por uma rede de mulheres que trabalhavam em agências de desenvolvimento das Nações Unidas e acadêmicas envolvidas na investigação sobre mulheres e trabalho produtivo, divisão sexual do trabalho e em pesquisas sobre processos de desenvolvimento e mulheres (Ravazi, Miller, 1995; Moghadam, 1995).

O ponto de partida da abordagem MED foi a *integração das mulheres no desenvolvimento* (frisando que dentro das *teorias de modernização*, os planos de desenvolvimento estavam relacionados com questões de *progresso econômico*). Ao contrário das expectativas postuladas, as mulheres não

¹Utiliza-se a nomenclatura “Terceiro Mundo” em referência ao termo abordado na literatura pesquisada. Por Terceiro Mundo, essa literatura nomeia países da América Latina e Caribe, África e Ásia.

tiveram acesso às novas oportunidades produtivas; as tecnologias não as liberaram da labuta doméstica, em síntese – prejuízos e desigualdades persistiram sobre as mulheres apesar da *modernização* (Kabeer, 2003; Rathgeber, 1990).

O trabalho de Ester Boserup – *Women's Role in Economic Development* – é obra citada como precursora da MED. Baseada em pesquisa realizada em vários países em desenvolvimento (na Ásia, América Latina e África) sobre o papel das mulheres nas respectivas economias, particularmente na agricultura, Boserup documenta a contribuição feminina para as economias nacionais. Ela argumenta que as agências de desenvolvimento (lideradas por homens, brancos e ocidentais) assumiram as mulheres do terceiro mundo como donas de casa mais do que agentes de desenvolvimento e como consequência resulta sua marginalização na arena do desenvolvimento (Kabeer, 2003; Ravazi, Miller, 1995; Moghadam, 1995; Bhadra, 2001).

A visão restrita das mulheres (como mães e esposas) subjacente às políticas de desenvolvimento foi questionada pela MED. Ao contrário da caracterização das mulheres como beneficiárias de programas de bem-estar, os argumentos da MED representaram as mulheres como socialmente produtivas e contribuintes ativas para o desenvolvimento econômico (Tinker, 1990; Kabeer, 2003; Ravazi, Miller, 1995). Apontava-se que a origem da subordinação das mulheres estava ligada à sua exclusão da economia. Assim, a dimensão econômica foi o foco primário da MED e seu advento representou novas ideias influenciando as políticas de desenvolvimento prevaletentes (Ravazi, Miller, 1995).

A Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985) e as conferências associadas² ajudaram a institucionalizar a MED dentro das agências das Nações Unidas e desempenharam papel importante em chamar

2 I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975); II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, Dinamarca, 1980); Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Nairóbi, Quênia, 1985).

atenção para a relação entre mulheres e processos de desenvolvimento. Em síntese, igualdade jurídica, acesso econômico, exploração sexual, violência contra as mulheres e a paz foram questões debatidas na Década. Como resultado das atividades, houve ampliação de pesquisas e estudos sobre a condição feminina e visibilização da marginalização econômica e discriminação social. Na Década, foram sistematizadas diversas recomendações para a criação de mecanismos internacionais e nacionais para promover relações de igualdade (Tinker; Jaquete, 1987).

Um dos esforços mais abrangentes foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), que reconheceu os direitos das mulheres para receber serviços de educação, igualdade de acesso ao crédito, e igualdade de tratamento em matéria de reforma agrária (Ravazi; Miller, 1995; Tinker; Jaquete, 1987).

No final dos anos de 1980 já havia várias organizações dentro das Nações Unidas responsáveis por integrar mulheres nas políticas de desenvolvimento: Divisão das Mulheres dentro da Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Internacional; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres; o Comitê para Eliminação de Discriminação contra as Mulheres, como um corpo autônomo dentro das Nações Unidas; bem como unidades para discussão da MED dentro de seções da corporação (Kabeer, 2003).

No bojo dos discursos da MED, Caroline Moser (1989) diferencia cinco principais abordagens implementadas dentro das diversas políticas, programas e projetos de desenvolvimento para as mulheres nos países do terceiro mundo – *bem-estar* (1950/1970), *equidade* (1975/1985), *antipobreza* (desde 1970), *eficiência* (desde 1980) e *empoderamento* (desde 1975). Ressaltamos que essas abordagens não são excludentes e as marcações cronológicas apontam predominância das abordagens. No quadro a seguir, sistematizamos a ênfase destas abordagens, em relação aos objetivos, argumento central e significados correlacionados com o papel atribuído às mulheres no desenvolvimento:

QUADRO - 1

Abordagens Mulheres e Desenvolvimento³

ABORDAGEM	OBJETIVOS	ARGUMENTO	PAPEL ATRIBUÍDO AS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO
<i>Bem-estar</i> (1950/1970)	Inserção da mulher no debate e políticas de desenvolvimento	A maternidade é o papel mais importante das mulheres na sociedade	Mulher como receptora passiva do desenvolvimento
Equidade (1975/1985)	Equidade para as Mulheres. Críticas das hierarquias entre esferas produtiva e reprodutiva	Mulheres devem ser inseridas no processo de desenvolvimento através de políticas de acesso ao mercado produtivo	Mulher como participante ativa no desenvolvimento
Antipobreza (desde 1970)	Garantir entre as mulheres pobres o aumento de sua produtividade econômica	Pobreza das mulheres relacionada com a falta de acesso à propriedade privada da terra e capital, e à discriminação sexual no mercado de trabalho	Pobreza das mulheres: problema de subdesenvolvimento e não apenas de subordinação entre homens e mulheres
Eficiência (desde 1980)	Aumento da participação econômica das mulheres como sinônimo de igualdade	Mulheres são contribuintes para desenvolvimento	Mulher sinônimo de uso <i>eficiente</i> de recursos destinados à família
Empoderamento (desde 1975)	Empoderar as mulheres através do aumento da autonomia feminina	Subordinação feminina resultado das opressões entre homens e mulheres, e também da opressão colonial e neocolonial	Questiona princípios de desenvolvimento ocidental; Preconiza mobilização política, conscientização e educação popular

³ Este quadro é uma adaptação realizada com base na tabela sistematizada por Caroline Moser (1989).

Na diferenciação entre abordagens, ressaltamos três pontos de reflexão. Primeiro, como destaca Buvinic (1986), obviamente houve diversas resistências pela abordagem de equidade, as quais perpassaram os custos reais e simbólicos dentro das agências de desenvolvimento (e instituições relacionadas), gerenciadas por homens. Em outras palavras, estratégias produtivas (dentro da abordagem de equidade) são menos atraentes do que as estratégias de bem-estar, tendo em vista a necessidade de ampliação de recursos financeiros e técnicos para projetos de desenvolvimento para mulheres.

No geral, dentro da abordagem de bem-estar, os projetos implementados para as mulheres caracterizaram-se por: ser de pequena escala (pequenos grupos de mulheres pobres em áreas urbanas ou comunidades rurais); trabalhar com temas de geração de renda que reforçavam estereótipo feminino relacionado com esfera reprodutiva (projetos de costura, tricô, culinária); ser gerido com escasso recurso financeiro e/ou recurso técnico e implementado, em geral, por instituições filantrópicas.

Os projetos dentro da abordagem de bem-estar, destinados principalmente para mulheres e crianças, operavam para reforço das atribuições femininas restritas às funções de cuidado reprodutivo. Efetivadas com pouco recurso financeiro, tais ações não colidiam com projetos de desenvolvimento para os homens, e mais importante: não *desviam* seus recursos. Materialmente, programas de bem-estar foram interpretados, dentro das agências de desenvolvimento, como “soma positiva”: *ninguém perde* (Buvinic, 1986).

No segundo ponto de reflexão, frisamos que o deslocamento da abordagem de equidade para antipobreza e eficiência ocorreu durante intensificação das crises do capitalismo e enrijecimento da proposta neoliberal. Aqui, destacamos, de forma sucinta, que o projeto neoliberal é regido pelo *antiestatismo* (minimização da intervenção do Estado na economia) e estratégias de desmonte e privatização das políticas sociais (descentralização em detrimento do *universalismo*, corte dos gastos sociais públicos, centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos/focalizados

e privatização de financiamento e produção dos serviços sociais). Opõe-se à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais. Particularmente, no campo do bem-estar social (educação, saúde, previdência...), levanta-se a bandeira da privatização e que esse bem-estar deve ser garantido pela família, comunidade e serviços privados (Pereira, 2008; Behring, 2000; Laurell, 2002).

Não por acaso as abordagens *antipobreza* e *eficiência* foram popularizadas entre as agências internacionais (como o Banco Mundial) e governos nacionais. Em muitos programas de desenvolvimento, a eficiência significa corte de gastos com políticas sociais e intensificação de uso do tempo e trabalho não remunerado feminino. Como ilustra caso de política compensatória de subsídios nutricionais para populações pobres, proposta pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a base da intervenção presume que a mulher, em seu papel de mãe/esposa, vai assumir responsabilidade pela prestação de serviços associados (por exemplo, preparação dos alimentos).

Segundo Kabeer (2003), de fato, o foco nas mulheres, dentro das políticas de desenvolvimento, foi implementado num contexto de redistribuição de recursos e agências internacionais focando o alívio da pobreza e das necessidades básicas. Definir o problema das mulheres em termos de necessidades básicas das famílias mais do que nas desigualdades de recursos entre homens e mulheres fez a política da MED mais *aceitável* dentro das agências, no bojo da reestruturação neoliberal. Os discursos de eficiência (com as prerrogativas de gerir poucos recursos e alocá-los eficientemente) e alívio da pobreza ocorreram em período de *deterioração* da economia mundial.

Por fim, a sistematização das abordagens (Quadro 01) nos conduz a visualizar como a inserção do debate sobre mulher e desenvolvimento oscilou (e ainda oscila) entre enxergar a mulher como mãe na esfera reprodutiva ou trabalhadora na esfera produtiva, sem buscar tecer os pontos de conjugação e desigualdades entre as esferas.

No entanto, sob a rubrica da MED, diversos projetos foram dirigidos às mulheres dentro das maiores agências de desenvolvimento. Contudo, a abordagem MED foi embasada dentro do projeto liberal feminista, já

contestado no início da década de 1970. As críticas se basearam em vários aspectos: 1) foi fundamentada na teoria da modernização tradicional – progresso econômico sinônimo de desenvolvimento; 2) foco apenas em *como* a mulher poderia ser integrada no desenvolvimento, sem problematizar desigualdades estruturais da divisão sexual do trabalho e pluralidade das experiências femininas, para além do paradigma hegemônico (mulher branca e ocidental); e 3) a abordagem se concentrou no aspecto produtivo do trabalho das mulheres, sem debater as relações com a esfera reprodutiva. Assim, a abordagem MED apresentou lacunas na problematização das relações de poder incrustadas na estrutura social e foi baseada na suposição de que a exclusão das mulheres ia ser transformada se as mulheres fossem *simplesmente* inseridas no desenvolvimento econômico (Rathgeber, 1990).

Nesse cenário, a abordagem **Gênero e Desenvolvimento (GED)** é formulada, nos idos da década de 1980, enfatizando aspectos da construção social de gênero e interfaces das dimensões de gênero, raça e classe no bojo das desigualdades estruturais. Em comparação com a abordagem MED, a GED parte de uma perspectiva mais global e procura focar a totalidade da organização social, econômica e política, a fim de compreender a formação social. Amplia-se o foco da mulher para a construção de gênero (Young, 1987).

Embora a classificação de Moser (1989) não diferencie as abordagens MED e GED, aponta-se que a abordagem empoderamento tem importante contribuição para formulação da abordagem Gênero e Desenvolvimento (Moghadam, 1995; Tasli, 2007).

A GED levanta discussão que problematiza as relações hierárquicas, entre as esferas produtiva e reprodutiva. Analisa a natureza da contribuição do trabalho das mulheres dentro e fora de casa, incluindo o trabalho não remunerado na esfera reprodutiva. Entende que as relações de gênero estruturam a hierarquia da divisão sexual do trabalho como um aspecto formador das relações sociais. Problematiza a dicotomia público/privado, que desvaloriza o trabalho feminino e ressalta a necessidade de análise e

intervenção para transformação das relações de opressão, na esfera doméstica. GED também coloca maior ênfase na participação do Estado para promover políticas públicas (saúde, educação, trabalho, habitação) que contribuam para o empoderamento feminino e transformação das relações hierárquicas de poder (Young, 1987).

A abordagem GED vê as mulheres como agentes de mudança no processo de desenvolvimento e salienta a importância da organização/mobilização feminina para a conquista de direitos. Um dos principais focos de debate incide sobre os direitos legais das mulheres. Inevitavelmente, a abordagem, através de reexame das estruturas sociais, aborda as relações de poder e hierarquias de gênero (Rathgeber, 1990).

Em síntese, a GED busca avançar nas abordagens da MED no sentido em que: 1) muda o foco da mulher para o gênero, com destaque para debate sobre relações de poder desiguais; 2) busca reexaminar as estruturas sociais, políticas e econômicas e políticas de desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero; e 3) interconecta as relações de gênero no âmbito público e privado.

Nessa conjuntura, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), o conceito de *Gender Mainstreaming* (transversalização de gênero) é endossado como estratégia para alcance da equidade de gênero e promoção do *empoderamento* das mulheres. *Gender Mainstreaming* configura mecanismo estratégico que visa assegurar a integração do enfoque de gênero em todas as políticas e a participação de toda a sociedade na construção para equidade. Segundo Moser e Moser (2005), no reconhecimento do debate, o Conselho Social das Nações Unidas ratifica *Gender Mainstreaming* como processo integrativo da perspectiva de gênero em qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas das políticas públicas e em todos os níveis (internacional, regional e local). É uma estratégia para enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens na dimensão integrativa de implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas

em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, com o objetivo da equidade de gênero⁴.

No entanto, a abordagem GED, em sua integralidade, encontra diversas resistências dentro das agências internacionais e governos nacionais (Rathgeber, 1990; Ravazi; Miller, 1995; Moser; Moser, 2005). Em análise das limitações na implementação de *Gender Mainstreaming* dentro das principais agências e organizações internacionais de desenvolvimento (incluindo FMI e agências das Nações Unidas), Moser e Moser (2005) apontam frequente tendência de *instrumentalização* da equidade de gênero (como exemplo, tratar as questões de gênero como um instrumento meio para combate à pobreza) ou *evaporação* do compromisso de gênero na fase de planejamento e implementação dos programas e projetos. Essa *evaporação*, entre outros motivos, é justificada devido à falta de recursos humanos capacitados em discussão sobre gênero e cultura organizacional resistente à temática (incluindo resistência advinda de lideranças administrativas, dentro das agências).

A maioria das agências, planejadores e órgãos executores tende a usar o conceito de gênero de forma reducionista, em muitos casos, como estratégia reforçadora da abordagem *eficiência*. Nesse âmbito, por exemplo, a equidade de gênero e empoderamento, em programas seletivos em relação aos grupos em situação de pobreza, vêm sendo definidos em termos de acesso individual pautados em transferências de poucos recursos financeiros, numa equivalência de equidade de gênero e eficiência econômica. Certamente, na mesma lógica de encontrar caminhos mais palatáveis para enfrentamento das resistências de gênero

4 Em 1997, o Conselho Social e Econômico adotou a seguinte definição, como um guia básico para todas as agências do sistema das Nações Unidas: “*Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for men and women of any planned action, including legislation, policies and programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women’s as well as men’s concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and social spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated. The ultimate goal is to achieve gender equality*” (Nações Unidas, 1997:28 *apud* Moser; Moser, 2005:12)

dentro das agências de desenvolvimento, como visto no percurso de abordagens da MED (Kabeer, 2003; Ravazi; Miller, 1995; Moghadam, 1995).

Assim, em geral, a forma como a perspectiva de gênero vem sendo implementada também não possibilita subsídios para transformação das assimetrias de poder e empoderamento feminino e nem encontra força política para questionar, por exemplo, porque os recursos continuam desigualmente distribuídos em relação às políticas de desenvolvimento para as mulheres. O ponto mais significativo na atual discussão é a relação entre políticas de ajustes neoliberais e gênero, o que tem sido nomeado de abordagem *eficiência de gênero*. A análise das relações de gênero está sendo sistematicamente relacionada com estratégias de programas de ajuste estrutural, com focalização em projetos de alívio da miséria e pobreza (Ravazi; Miller, 1995).

Nesse cenário, realçamos as formas de apropriação e usos conceituais do *empoderamento* feminino no debate sobre Gênero e Desenvolvimento. Particularmente, essa discussão nos interessa, na medida em que veremos que a avaliação sobre o PBF e a titularidade feminina deve considerar cenário que intercruza política neoliberal de focalização em grupos de extrema pobreza, programas de transferência de renda e o debate sobre empoderamento feminino, no bojo de programas destinados as famílias pobres.

A tarefa de compreender o percurso histórico de legitimação da mulher dentro do PBF nos indica que empoderamento e autonomia feminina são pontos de reflexão fundamentais quando se pretende, a partir de uma perspectiva da antropologia feminista, discutir o potencial de transformação que o PBF pode conter em relação às mulheres participantes do Programa. Assim, antes de iniciarmos discussão do modo como o Bolsa Família e a titularidade feminina estão contextualizados nesse cenário, vamos apresentar discussão que auxilia na compreensão e debate do conceito de empoderamento.

Empoderamento feminino no debate gênero e desenvolvimento

Entre os componentes essenciais da concepção de empoderamento, abordados dentro da perspectiva feminista, León (1997, 2000, 2001) afirma que o empoderamento é compreendido como processo para transformação das estruturas desiguais de gênero. Significa caminhos de transformação das relações hierárquicas de poder, busca por autonomia individual, estímulos à organização coletiva e mobilização de resistência contra a dominação masculina, no histórico cenário de ideologia patriarcal. Empoderar não é jamais processo linear e definido de forma única para diferentes mulheres ou grupos de mulheres. Empoderamento é diferente para pessoas e grupos segundo suas vidas e contexto sociohistórico (nos diversos níveis - familiar, comunitário, nacional, regional e global).

Cecília Sardenberg (2006:06) argumenta que empoderamento é compreendido duplamente como processo/resultado desse processo e se pauta em três grandes objetivos: “(1) questionar ideologia patriarcal; (2) transformar estruturas e instituições que perpetuam discriminação de gênero nas desigualdades sociais; e (3) criar condições para que mulheres pobres possam ter acesso e controle sobre recursos materiais e informacionais”.

No caminho histórico e uso inflacionário pelos discursos políticos e sociais, é dado que *empoderamento* se tornou uma *palavra plástica*, prontamente utilizável em qualquer contexto e conteúdo (Aithal, 1999). Análises apontam usos indiscriminados, ambivalentes e paradoxais no movimento feminista, órgãos governamentais e não governamentais, sobretudo nos discursos sobre Gênero e Desenvolvimento; com fortes divergências teórico-metodológicas e políticas entre perspectivas adotadas (León 1997, 2001; Sen, 1997; Sardenberg, 2012, 2008, 2006; Correia, 2010; Parpart; Rai; Staudt, 2002).

Análise empreendida por Naila Kabeer (1999, 2003, 2005) aponta importantes elementos para avaliação sobre empoderamento no campo de políticas de gênero e desenvolvimento. Argumenta que uma das maneiras de pensar poder é em termos de habilidades de fazer escolhas.

Empoderamento engloba processos de transformação que tangenciam possibilidades de fazer escolhas estratégicas por aqueles anteriormente negados e/ou proibidos dessa capacidade.

Entretanto, para efetiva possibilidade de escolhas é preciso algumas condições: 1) deve haver alternativas diferenciadas para possibilidade de escolhas – por exemplo, geralmente a pobreza e falta de empoderamento caminham juntas, porque a incapacidade de cumprimento de necessidades básicas (e dependência para cumprimento dessas necessidades) restringe alternativas para realizar escolhas; 2) alternativas devem ser tomadas como objetos de reflexão: em geral gênero opera através da aceitação de hierarquias de poder, assim, por exemplo, as mulheres podem *aceitar* a violência doméstica porque se comportar de outra forma pode estar fora das alternativas disponíveis, o que poderia ser tomado como práticas de escolhas, mas antes são alternativas que devem ser problematizadas em relação à manutenção da opressão (Kabeer, 1999, 2005).

O exercício dessas escolhas contempla três dimensões interrelacionadas: recursos (pré-condições); agência (processos) e realizações (resultados). Os *recursos* vão além da ordem material e econômica, incluem recursos sociais, humanos e institucionais (família, comunidade, mercado de trabalho). A dimensão de *agência* engloba processos de barganha, negociação, manipulação, resistência e inteligibilidade, constituídos socioculturalmente. *Realizações* se concretizam a partir de mudanças e transformações ocorridas da conjunção de recursos e agência. Ressalta-se que as três dimensões, para Kabeer, englobam a compreensão do conceito de empoderamento, representando caminhos a partir dos quais o mesmo se concretiza e que estão intrinsecamente relacionados, de forma que transformações em uma dimensão podem levar alterações nas outras (Kabeer, 1999, 2005).

Kabeer (1999) afirma que a inserção das discussões de empoderamento (advindas das lutas feministas) dentro dos discursos de políticas de desenvolvimento originou perda da magnitude que o conceito exige. A busca de mensuração de empoderamento feminino, dentro das agên-

cias e instituições de desenvolvimento, pautada nos princípios de quantificação, constitui um dos gargalos da transposição da complexidade do conceito de empoderamento feminino, no âmbito de avaliações dos programas e projetos dentro das políticas de desenvolvimento. Um dos exemplos de diminuição da magnitude do conceito, no jogo de cálculos e estatísticas políticas, é a busca recorrente de relação simplificadora do tipo aumento de recursos e empoderamento feminino e/ou aumento da agência, no nível de tomadas de decisões individuais, e ampliação de empoderamento.

No entanto, a autora atenta para a importância do olhar multirrelacional das dimensões de *recursos*, *agência* e *realizações* e frisa que acesso a recursos pode falar mais de potencialidade do que real transformação; bem como a mensuração sobre melhorias na agência e mudanças de vida deve contemplar mudanças coletivas e reestruturação das desigualdades de gênero. Assim, indicadores de empoderamento devem ser analisados de forma contextual. O acesso a recursos podem abrir novas portas para as mulheres, mas é improvável que essas mudanças sejam uniformes. De fato, está em jogo uma intersecção de fatores sociais e histórias de vida que modelam essas mudanças e que são imprescindíveis para formulação de indicadores de empoderamento eficazes.

Ao realçar as implicações de agência no processo de empoderamento, Kabeer (2005) ressalta que a agência tem conotação tanto positiva quanto negativa, na qual diferencia o sentido de *power to* (poder de) e *power over* (poder sobre). O primeiro estaria ligado à capacidade de fazer e agir com base em próprias escolhas, enquanto que o *power over* implica ausência da capacidade de fazer próprias escolhas, em detrimento de condição de subordinação. Dessa forma, agência na coadunação para empoderamento não implica apenas o exercício ativo de fazer escolhas, mas também fazê-lo de forma a desafiar as relações de poder hierárquicas. Por conta dos valores e ideologias que muitas vezes legitimam as desigualdades, um processo de empoderamento perpassa também pela revisão desses valores desiguais, legitimados socialmente.

Assim, Kabeer (2005) diferencia entre *effectiveness of agency* e *transformative agency*. A primeira relacionada com maior eficiência das mulheres na realização das responsabilidades atribuídas socialmente e restritiva possibilidade de reflexão/ação para transformação das hierarquias. Ao passo que apenas a *transformative agency* fornece subsídio para questionamento e transformação das relações de poder hierárquicas. Na exemplificação, analisa programas relacionados com enfretamento das taxas de mortalidade infantil na Índia. A redução da taxa de mortalidade vem sendo associada com projetos relacionados ao aumento de níveis de educação das mães, o que pode ser interpretado como *effectiveness of agency* no que tange a maior *eficácia* do papel da mulher como mãe. No entanto, a redução das disparidades entre meninos e meninas em taxas de mortalidade, nas crianças menores de cinco anos, tem implicações da *transformative agency*, porque mostra uma forma de agência que atua na contramão dos valores patriarcais, que definem as filhas como tendo menor valor do que os filhos.

No debate sobre empoderamento, Sardenberg (2008, 2010, 2012) também nos auxilia a compreender os caminhos diferenciados de utilização do conceito de empoderamento no debate de Gênero e Desenvolvimento. A autora argumenta a distinção de duas abordagens na conceitualização sobre empoderamento feminino: *Liberal Empowerment* e *Liberating Empowerment*. A primeira, fortemente desenhada dentro das agências de desenvolvimento, organizações e políticas de governos neoliberais, diz respeito ao empoderamento das mulheres como instrumento de desenvolvimento, em geral nos campos de erradicação da pobreza ou discurso de construção da democracia. Consonante com ideais liberais, o foco é o *crescimento* individual, mas em perspectiva atomista, que não aborda questões de desigualdade de poder.

Ao contrário, a abordagem nomeada de *Liberating Empowerment*, construída na base do ativismo feminista dos chamados países de terceiro mundo, provoca diretamente o debate sobre relações de poder. Nessa perspectiva, o empoderamento é compreendido como processo e resultado de transformações pessoais e coletivas, instrumento para erradicação do

patriarcado, conquista da autonomia feminina. O empoderamento relaciona-se com o questionar, desestabilizar e transformar a ordem patriarcal dominante, a libertação das amarras da opressão de gênero. O foco das intervenções é a organização das mulheres, ação coletiva, transformação coletiva, considerando também a importância do empoderamento das mulheres no nível intrapessoal.

Sardenberg (2008, 2010, 2012) também discute apropriação reducionista do conceito de empoderamento dentro dos discursos de desenvolvimento neoliberais (e pulverização dentro das respectivas agências e instituições). Argumenta que tal forma de apropriação é distanciada de formulação de programas e intervenções que discutam a estrutura de opressão e exclusão feminina que o conceito exige, ou mesmo que aciona empoderamento como objeto que pode ser *doado* ou *distribuído* em kits, como descrito na afirmação abaixo:

[...] This results in diluted empowerment (or ‘decaff’ empowerment), as in the World Bank approach, which focuses on access to information, inclusion and participation, accountability and local organisational capacity, but does not discuss why some groups are excluded and do not have access to information, thus ignoring the structures of power that underscore the observed situation of exclusion and ‘disempowerment’ in the first place. [...] Moreover, empowerment is conceptualised in liberal empowerment as a ‘gift’, or as something that can be ‘donated’ or ‘distributed’. This emerges from the major focus being on greater access to external resources, goods and services as a means of empowerment, rather than on the process of group organising and the building of self-esteem and trust as part of this process (Sardenberg, 2008:22).

Nos termos de Romano (2002), é o que se pode observar quando o conceito de empoderamento é propagado como um caráter de *dávida*, de algo que pode ser outorgado, através de programas e projetos promovidos pelas agências de desenvolvimento multilaterais e políticas de governos. Em muitos casos, empoderamento passa a ser alinhado com um discurso “de maior facilidade de acesso aos recursos externos, bens ou serviços, secundarizando ou deixando de lado os processos de orga-

nização do grupo e de construção de autonomia e confiança das pessoas” (Romano, 2002:12). Perspectiva que carrega uma redução da prática social e política do empoderamento a questões técnicas e instrumentais, desvinculando a centralidade dos questionamentos e mobilizações coletivas sobre as hierarquias de poder.

Assim, vemos que a utilização do conceito de empoderamento dentro de agências desenvolvimento no nível internacional, que respaldam formulação de programas regionais e locais, ainda encontra e impõe, a partir de estratégia de reformatação conceitual, diversos obstáculos para efetivação dos objetivos de inserção do debate de gênero dentro das políticas de desenvolvimento.

Cabe frisar que esse debate nos auxiliará na tessitura analítica sobre empoderamento dentro das discussões de titularidade feminina no PBF, na medida em que investigaremos processos de vivência das mulheres titulares e os potenciais de transformação decorrentes. Como o benefício do PBF é composto de repasse de renda fixa mensal, consideramos que o tripé *agência, recurso e realizações* é um importante prisma analítico para discussão de dinâmicas de reprodução e transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina. Ao mesmo tempo, analisamos a limitação das relações simplificadoras que podem ser feitas entre disponibilização de *recursos* financeiros, aumento de *agência*, no nível de tomadas de decisões individuais, e ampliação de *empoderamento feminino*.

Bolsa Família: percursos de legitimação da titularidade feminina

No contexto da América Latina, com enfoque no debate sobre gênero, pobreza e desenvolvimento, observa-se, desde o início dos anos 1990, a proliferação de políticas de transferência de renda, erigida em cenário que prioriza a mulher como titular de benefício relacionado com política seletiva para enfrentamento da pobreza, entre famílias pobres. Entre

os programas de âmbito nacional, iniciando com a Venezuela (Programa Beca Alimentaria, 1989) e Honduras (Programa de Auxílio da Família – PRAF, 1990), e a partir dos anos 2000, os programas se disseminam por quase todos os países latinoamericanos: Nicarágua; Costa Rica; Colômbia; Argentina; Chile; Jamaica; El Salvador; Peru; Paraguai; Uruguai; República Dominicana; Panamá e Bolívia (2006 – Bono Escolar Juacinto Pinto) e no Brasil, Bolsa Escola (2001) e Bolsa Família (2003/2004)⁵.

Um dos pontos de discussão sobre estes programas é o debate englobado sob o fenômeno da *feminização da pobreza*. Como questão central, a tese sobre *feminização da pobreza* defende a ideia de que as mulheres seriam as mais pobres entre os pobres⁶.

Ressalta-se que mesmo sendo alvo de críticas e inserido em debate que polemiza tais afirmativas [por exemplo, crítica sobre ausência de dados demográficos que comprovem tais afirmativas em caráter global, ou críticas em relação à restrição associativa entre pobreza, chefia feminina e dimensão econômica (ver: Marcoux, 1988; Rodenberg, 2004; Kabeer, 2003; Chant, 2008)], é fato que o discurso de *feminização da pobreza* teve (tem) um forte caráter político e conseguiu, em nível global, significativa inserção tanto dentro dos círculos dos movimentos femi-

5 Em análise da base da contrarreforma neoliberal na América Latina, Mota, Amaral e Peruzzo (2010) argumentam que a via trilhada pelos governantes, que ascenderam ao poder nos anos 1990 e 2000 (de maioria de esquerda e centro-esquerda, com posicionamentos antiimperialistas e discursos de defesa do desenvolvimento nacional) foi propagar uma combinação de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, num projeto de superação das históricas desigualdades sociais – o *novo desenvolvimentismo*. Assim, no âmbito das políticas sociais, os programas de transferência de renda vão ser lançados como a carta coringa.

6 Chant (2008) lista as principais afirmações no debate sobre feminização da pobreza: i) As mulheres experimentam uma maior incidência de pobreza do que os homens; ii) As mulheres experimentam maior profundidade/severidade da pobreza do que os homens (ou seja, mais mulheres são mais propensas a sofrer de pobreza “extrema” do que os homens); iii) As mulheres são mais propensas a sofrer de pobreza em mais longo prazo do que os homens - a carga desproporcional de pobreza das mulheres é crescente em relação aos homens; iv) As mulheres enfrentam mais barreiras para levantar-se da pobreza; v) A “feminização da pobreza” está relacionada com as mulheres chefes de famílias; vi) As mulheres chefes de família são as “mais pobres dos pobres”; vii) A chefia feminina relaciona-se com transmissão intergeracional da pobreza (CHANT, 2008:167, tradução própria).

nistas, quanto no campo das agências e instituições de desenvolvimento (com diferentes vieses interpretativos, como detalharemos mais abaixo) (Chant, 2006, 2008).

Nesse sentido, a feminização da pobreza conseguiu se firmar como um contundente *slogan*, sendo suficientemente persuasivo para capturar a atenção de planejadores e formuladores de políticas e também ter inserção dentro do debate sobre Gênero e Desenvolvimento, o que tem ajudado a destacar as condições de desigualdades das mulheres, no contexto global, em relação às questões de pobreza e desenvolvimento social (Chant, 2008, 2006; Molyneux, 2006; Kabeer, 2003). Aqui, exemplificasse, na ocasião da IV Conferência Mundial das Mulheres, a mobilização em torno das discussões sobre pobreza e gênero, conseguindo com que o tema fosse inserido, na Plataforma de Ação, dentre as 12 áreas prioritárias de ações para mulheres, o que garantiu disseminação da necessidade de medidas próprias para atender especificidade da condição social das mulheres na pobreza.

No entanto, na relação entre políticas de ajustes neoliberais e formas de apropriação do debate de Gênero e Desenvolvimento, dentro das agências e instituições de desenvolvimento e governos regionais e locais, discute-se também como o *slogan* da *feminização da pobreza* é reinterpretado dentro das estratégias de programas contra a pobreza, de forma reducionista, muitas vezes, reforçando abordagens de *eficiência* e *focalização feminina* como um *instrumento* meio dessas estratégias.

Ao debater sobre programas de transferência de renda, equidade de gênero e empoderamento feminino, Molyneux e Thomson (2011), em análise de três programas implementados na América Latina: *Juntos* (Peru), *Bono Juana Azurduy* (Bolívia) e *Bono de Desarrollo Humano* (Equador), argumentam que fazer as mulheres centrais nos programas de transferência de renda necessariamente não é sinônimo de proposição de ações integrativas para promoção de equidade de gênero e processos de empoderamento. No contexto em que as mulheres continuam imersas em uma série de vulnerabilidades (incluindo ocupação, majoritária, no mercado

informal de trabalho; riscos relacionados com saúde reprodutiva e violência contra a mulher...), apontam que os programas de transferência de renda avaliados não foram projetados para melhorar a vida das mulheres, sendo dirigido apenas no sentido de aumentar as chances de vida das crianças.

No Brasil, a conjunção de estudos e pesquisas sobre mulheres chefes de família⁷ e condição de pobreza também contribuem para reforçar a noção de que as mulheres estão em maior quantitativo entre os pobres e têm diversas dificuldades de superação do ciclo intergeracional da pobreza, solidificando demandas por políticas específicas⁸ (Novellino, 2004, 2008; Godinho, 2004; Farah, 2004; Bandeira, 2005; Scott, 2011; Tebet, 2012). Aqui cabe enfatizar, como nos diz Scott (2011:142), “sempre com tensões sobre a definição de quais seriam ações que de fato surtiriam os efeitos desejados” e, também, com tensões por defesa de políticas que contemplem a abordagem de gênero em detrimento de políticas que apenas foquem as mulheres, como instrumento meio de redução da pobreza familiar, dentro de uma *apropriação* reducionista de gênero.

Segundo Sardenberg (2003), nacionalmente, o quadro de gênero e desenvolvimento tem sido adotado em políticas públicas e planejamento. No entanto, gênero está sendo prioritariamente utilizado sem questionamento das relações hierárquicas e desigualdades entre esferas produtiva e reprodutiva. Nesse sentido, estudos apontam que a incorporação da agenda de gênero no campo das políticas públicas brasileiras apresenta reducionismo da perspectiva de gênero, reforçando afirmações de que apesar de algumas políticas estarem sendo dirigidas as mulheres neces-

7 Os trabalhos de P. Scott (2011) e Woortmann e Woortmann (2002) constituem importantes levantamentos sobre os estudos nacionais em relação às mulheres chefes de família, no contexto dos anos 1980, 1990 e 2000.

8 Cabe ressaltar que, no cenário nacional, também observamos debate e crítica em referência aos estudos sobre *feminização* da pobreza; as restrições sobre a vinculação entre chefia feminina, renda econômica e pobreza; e questionamentos sobre diferenças entre feminização da pobreza e sobrerrepresentação feminina na pobreza (entre outros, ver: Castro, 2001; Lavinias, 1996; Costa *et al*, 2005; Macedo, 2008).

sariamente não é contemplada a perspectiva de gênero, o que possibilita restrita condição de ruptura das relações hierárquicas de poder (Mariano; Carlotto, 2013; 2009; Bandeira, 2005; Novellino, 2004, 2008; Farah, 2004; Silveira, 2004; Camurça, 2002). A afirmativa de Bandeira (2005) contempla importante discussão sobre o debate construído em torno das diferenças entre políticas para mulheres e políticas de gênero:

Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia (Bandeira, 2005:48).

Segundo Farah (2004), a proposta de *focalização feminina* nas políticas sociais no Brasil, dentro da agenda de gênero, segue no tensionamento entre duas grandes vertentes: uma em defesa da focalização numa perspectiva de gênero e constituição da mulher como sujeito de direitos e, outra, em abordagem que *instrumentaliza* a mulher, na alegação de que tal investimento garantiria maior eficiência dessas políticas. Porém, a autora também argumenta que o *alinhamento* dos programas a uma destas vertentes nem sempre é excludente ou dicotômico, como descrito teoricamente. Como exemplo, cita os programas relacionados ao combate a pobreza, “onde a priorização das mulheres é defendida tanto pelos que enfatizam o impacto deste apoio no combate a pobreza,

como pelos que enfatizam a busca da autonomia das mulheres, vítimas da pauperização” (Farah, 2004:140).

A par dessa conjuntura, delineamos o caminho de formação da **titularidade feminina** no **Programa Bolsa Família**, na especificidade de programa nacional de transferência de renda brasileira. Vimos na introdução deste trabalho, a partir de levantamento bibliográfico sobre as avaliações do PBF, que após uma década de implementação o Programa é majoritariamente avaliado dentro de perspectivas econômicas e do serviço social (viabilidade econômica do programa; impactos sobre a diminuição da pobreza nas famílias; distribuição de renda no país; Bolsa Família e proteção social; gestão organizacional do Programa). Poucos trabalhos refletem a titularidade feminina no PBF (em geral, estudos nas áreas das ciências sociais), mas já auxiliam o debate sobre as repercussões morais e políticas na cidadania feminina, a partir da renda monetária, incentivos do PBF no ingresso/permanência das mulheres no mercado de trabalho, e na compreensão do PBF como política de redistribuição e reconhecimento entre as mulheres titulares.

Porém, afirmamos que é necessário não dissociar a avaliação dessa titularidade feminina do debate sobre Gênero e Desenvolvimento. O PBF não é apenas um programa de transferência de renda destinado às famílias em condição de pobreza ou extrema pobreza. É um programa que legitima a titularidade feminina, sendo essa *focalização feminina* arregimentada em cenário mobilizado dentro do movimento feminista (em níveis internacional, regional e nacional) na articulação (e reapropriações) dentro de agências e instituições de desenvolvimento, que por sua vez norteiam proposições governamentais e respectivas formulações de políticas sociais.

Ao tratar sobre as experiências das mulheres titulares do PBF, articuladas com o debate sobre Gênero e Desenvolvimento, buscamos colaborar com a ampliação de estudos que articulam eixos analíticos ainda pouco visibilizados na avaliação do PBF e que constituem pontos

nodais da discussão feminista: 1) direitos reprodutivos e maternidade; 2) inserção/qualificação produtiva, estratégias de agência e processos de autonomia/empoderamento dentro do PBF; e 3) projetos de vida (relacionados com ampliação de escolhas, no debate que articula agência e empoderamento).

Aqui, ratificamos alguns indicadores que demandam maior aprofundamento na avaliação do Programa, dentre os quais destacamos: i) relações entre participação no PBF, projetos reprodutivos das titulares e acesso às políticas de direitos reprodutivos; ii) relações entre recebimento de renda monetária, inserção na esfera produtiva, conciliação com o ciclo de vida familiar e processo de autonomia/empoderamento feminino; e iii) discussão sobre subjetividade e projetos de vida formulados nos enredamentos dessa titularidade e dinâmicas socioculturais locais.

Para tanto, norteadas por uma perspectiva antropológica, na articulação entre gênero e desenvolvimento, seguimos na avaliação do PBF, por um prisma analítico que enfoca as mulheres, em contexto de agência feminina, neste cenário de gênero e pobreza. Partimos do pressuposto de que a experiência das mulheres titulares do PBF transborda a discussão dicotômica de *focalização feminina* (no tensionamento entre perspectiva de gênero e abordagem que *instrumentaliza* a mulher, no roll do discurso sobre *eficiência*), adicionando conotações que precisam ser compreendidas. Nesse sentido, buscamos apreender os canais de *entrecruzamento* dessas perspectivas no percurso de vivência das mulheres titulares do PBF.

A discussão antropológica proposta por Ortner (1984, 1996, 2005, 2006a, 2006b), que reflete sobre *cultura* como um processo não limitado a um modelo/guia do comportamento social, enfatizando também processos de força e produções históricas das relações de poder, na qual são formuladas estratégias de resistência dos agentes e há potencialidade de transformação cultural, constitui parâmetro analítico para investigação da vivência dessas mulheres titulares do PBF, no contexto do cenário macropolítico supracitado. Essa discussão contempla a última seção deste capítulo.

Cultura e agência: subsídios para análise da titularidade feminina no PBF

Na sistematização sobre a *prática* (*practice*), no contexto da Teoria da Prática⁹, Ortner (1984) aponta três grandes eixos norteadores: i) o estudo da *prática* envolve implicações políticas intencionais ou não intencionais de todas as formas de ação humana; ii) em geral, existe uma concordância entre os antropólogos de que a cultura modela/guia os comportamentos socioculturais. Mas é importante atentar que a cultura não age apenas de cima para baixo (do sistema para os grupos/pessoas) – esse sentido, a hegemonia cultural é sempre mais frágil do que parece, nunca é total em si; e iii) duas indagações são essenciais – como a prática reproduz o sistema? E como o sistema pode ser mudado pela prática? Nos modelos da *practice*, a ênfase das práticas ordinárias da vida (pessoas agindo, interagindo no cotidiano) ganha preponderância.

Em sua perspectiva, o debate sobre a *practice* no contexto sociocultural deve caminhar na direção de três áreas: discussão de poder (*the power shift*); perspectiva histórica (*the historic turn*) e reinterpretção da cultura (*reinterpretation of culture*).

Nesse sentido, na proposição do conceito de Jogos Sérios (*serious games*), Ortner foca na compreensão das forças, formações e transformações da vida social. A ideia de *jogos sérios* captura simultaneamente as seguintes dimensões: a vida social é culturalmente organizada e construída, em termos de definição das categorias de atores, regras e objetivos dos jogos; a vida é precisamente social, constituindo teias de relacionamento e interação entre múltiplas e alternadas posições de sujeitos interrela-

⁹ De uma forma geral, argumenta-se que a insurgência da *Teoria da Prática* buscou exatamente o elo entre a ação humana e o sistema sociocultural, em outras palavras à relação dual – o impacto do sistema na prática e o impacto da prática no sistema. “*What a practice theory seeks to explain, then, is the genesis, reproduction, and change of form and meaning of a given social/cultural whole, defined in – more or less – this sense*” (Ortner, 1984:149). No campo da antropologia, entre os primeiros que buscaram elaborar um modelo baseado na *practice*, os destaques ficam para os trabalhos de Pierre Bourdieu (Esboço de uma teoria da prática - 1978 [1972]) e Marshall Sahlins (Metáforas históricas e realidades míticas -1981) (Ortner, 1984).

cionados; e ao mesmo tempo há agência, isto é, atores que jogam com práticas, habilidades e intenções, conhecimento e inteligência. O termo de que o jogo é “sério” adiciona a ideia de que poder e desigualdades penetram os jogos da vida de múltiplas maneiras e que nunca há um único jogo (Ortner, 1996).

A vida social, sob a perspectiva dos jogos sérios, é vista como ativamente jogada, voltada para metas e projetos culturalmente construídos e envolve tanto práticas de rotina como ações intencionalizadas. A perspectiva dos jogos sérios [...] “nos permite dar nitidez às formas mais complexas de relações sociais, especialmente relações de poder, e a dimensão mais complexa da subjetividade dos atores sociais, particularmente as que envolvem intencionalidade e agência” (Ortner, 2006b:129).

A noção de agência trazida pelo conceito de jogos sérios é particularmente interessante para se compreender os atores sociais, como agentes, sem ao mesmo tempo cair na armadilha da *agência individualista*, ou seja, sem tomar o agente como indivíduo que tenta atuar e formular suas próprias metas como se agisse num vazio social. A agência é tomada sempre como uma intervenção negociada dentro das muitas teias de relações (de afeto ou solidariedade, de poder ou de rivalidade) que compõem a intrínseca forma social da vida humana e nunca como um objeto psicológico autônomo dos indivíduos/sujeitos/pessoas (Ortner, 2006b).

Também é ressaltada a ligação da agência com as questões de poder e desigualdades e essa discussão abre espaço para compreensão dos jogos de dominação e resistência: “as pessoas em posições de poder têm – legitimamente ou não – o que poderia ser considerado ‘muita agência’, mas também os *dominados* sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam” (Ortner, 2006b:144).

Em discussão sobre subjetividade e crítica cultural, Ortner (2005) defende que é crucial restaurar a questão da subjetividade dentro da

teoria social. Em parte é importante porque a subjetividade é a maior dimensão de existência humana e ignorá-la teoricamente é empobrecer o senso de humanidade dentro das chamadas *ciências humanas*, bem como é importante politicamente porque a subjetividade está na base das discussões de agência, parte necessária para entender como pessoas (tentam) agir no mundo.

Assim, como agência não é uma *vontade individual*, os desejos e intenções tomam forma dentro de uma matriz subjetiva de sentimentos, pensamentos e significados construídos culturalmente. Por subjetividade se compreende um conjunto de percepções, afetos, pensamento (cognição), desejos e medos que animam a ação dos sujeitos. Mas sempre significam também formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam esses modos de afetos e cognição (Ortner, 2005).

By 'subjectivity' I always mean a specifically cultural and historical consciousness. In using the word 'consciousness' I do not mean to exclude various unconscious dynamics as seen for example, in a Freudian unconscious or a Bourdieusian habitus. But I do mean that subjectivity is always more than those things, in two senses. At the individual level, I will assume, with Giddens, that actors are always at least partially "knowing subjects," that they have some degree of reflexivity about themselves and their desires, and that they have some "penetration" into the ways in which they are formed by their circumstances. [...] At the collective level I use the word consciousness as it is used by both Marx and Durkheim: as the collective sensibility of some set of socially interrelated actors. Consciousness in this sense is always ambiguously part of people's personal subjectivities and part of the public culture, and this ambiguity will run through much of what follows. At times I will be talking about subjectivity in the more psychological sense, in terms of the inner feelings, desires, anxieties, intentions, etc., of individuals, but at other times I will be focusing on large scale cultural formations (Ortner, 2005:111).

Ao compreender que Geertz é um dos pensadores culturais na abordagem da subjetividade, Ortner (2005) afirma a importância dessa abor-

dagem para compreensão sobre a reflexividade.¹⁰ Assim, compreende que as formações culturais produzem mentalidades culturais, que ao mesmo tempo moldada culturalmente, carrega possibilidades de reflexividade dentro das próprias falhas. Na dependência humana em ordens simbólicas para agir dentro do mundo, os sistemas simbólicos não são aditivos para existência humana, são constitutivos dela.

Subjetividades são complexas porque são culturalmente e emocionalmente complexas, mas a complexidade é devida também pelo curso de reflexividade da relação do eu com o mundo, que esta subjetividade instaura. Sem dúvida, existem temas culturais que encarnam totalmente, no modo de poder, a cultura dominante. E sem dúvida há temas culturais que foram totalmente submetidos, no modo de impotência, pela cultura dominante. No entanto, na maioria dos indivíduos, na maior parte do tempo, isso nunca funciona totalmente, e há contracorrentes de subjetividade, bem como da cultura (Ortner, 2005).

Assim, Ortner (2005) defende que uma *antropologia da subjetividade* pode ser base para crítica cultural, o que também pode permitir reflexões sobre a formação cultural de subjetividades dentro de um mundo de relações de poder desiguais.

No interesse em compreender a subjetividade na relação com formas de poder que saturam a vida cotidiana, através de experiências de tempo e espaço, Ortner (2006b) discute sobre *agência de projetos*. Em síntese, a **agência de projetos** ajuda na compreensão, dentro da dinâmica dos jogos sérios, de como os *menos poderosos* perseguem metas culturais dentro de uma matriz de desigualdades locais e diferenciais de poder.

A agência de projetos não está necessariamente relacionada com dominação e resistência, embora algo disso possa existir. Tem a ver com pessoas que nu-

10 Na perspectiva de Ortner (2005), na formulação sobre cultura de Geertz observamos duas dimensões diferenciadas. Por um lado, o conceito clássico americano da cultura, identificado com Boas, Mead, Benedict, etc, definido substantivamente como a visão de mundo e ethos de um grupo particular de pessoas. Por outro, uma teoria filosófica/literária do processo cultural, inspirada particularmente por Wittgenstein, que enfatiza a construção de sentido e de subjetividades, por meio de processos simbólicos embutidos no mundo social. Ortner enfatiza a segunda perspectiva.

trem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade; tem a ver, em suma, com pessoas que jogam, ou tentam jogar, seus próprios jogos sérios, mesmo se partes mais poderosas procuram desvalorizá-las ou até destruí-las (Ortner, 2006b: 68).

Considera-se que a agência de projetos seja a dimensão mais fundamental da agência. Se, por um lado, agência está relacionada com ideias de poder, incluindo dominação e resistência, por outro também inclui e se relaciona com ideias de intenção, com projetos de pessoas e com a capacidade de elaboração/realização desses projetos no mundo. “Finalmente, é isto, – uma agência de projetos – que os menos poderosos procuram alimentar e proteger ao criar ou proteger lugares, literal ou metaforicamente, nas ‘margens do poder’” (Ortner, 2006:65). Muitos projetos, como jogos sérios, são plenamente desenvolvidos e englobam jogos de sujeitos posicionados na busca por metas culturais no roll de matrizes locais e diferenciais de poder.

Dessa forma, segundo a autora, cabe à antropologia, especialmente em termos de uma *antropologia da agência*, não só investigar a maneira como os sujeitos sociais, como atores empoderados ou desempoderados jogam os jogos de suas culturas, mas também empreender análises que nos ajudem a desnudar o que são esses jogos culturais, suas ideologias e as formas de reproduções e transformações construídas por esses jogos.

Compreendemos que Ortner, na abordagem enfática de questões de gênero e poder dos ditos *menos poderosos*, auxilia as construções analíticas que interseccionam gênero e estratégias femininas de agência de mulheres pobres, dentro de famílias populares urbanas, na pesquisa. Em consequência, possibilita abrangência da compreensão dos processos subjetivos envolvidos no grupo pesquisado, na relação com titularidade feminina no PBF.

No aporte conceitual das noções de agência, subjetividade, relações de poder hierárquicas, agência de projetos e potencialidades de reinter-

pretação cultural (na base das práticas ordinárias da vida, das pessoas agindo e interagindo no cotidiano), encontramos embasamento para investigar a experiência do grupo de mulheres titulares do PBF, na compreensão articulada, que visa superar a discussão dicotômica da *focalização* (entre a abordagem que *instrumentaliza* a mulher, no roll do discurso sobre *eficiência*, e a *focalização* numa perspectiva de gênero e constituição da mulher como sujeito de direitos).

Na experiência de vida, que articula vivência de macro cenários políticos e margens de ação, dentro do que compreendemos como agência feminina, veremos de que forma as mulheres vivem a *focalização feminina* no PBF, o que nos fornece subsídios para ampliar análise sobre processos de produção e reprodução das relações de gênero no contexto dessa focalização.

O próximo capítulo situa o campo de pesquisa com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras do Coque – comunidade popular situada na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, para melhor embasar a compreensão da análise tecida nos capítulos subsequentes.

As Mulheres do Bolsa Família

O presente capítulo busca apresentar, de maneira sintética, a experiência da pesquisa etnográfica empreendida com mulheres pobres residentes na comunidade do Coque (Recife), titulares do Programa Bolsa Família. Na primeira seção, apresentamos perfil sociodemográfico e informações geopolíticas da comunidade situada na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco. Em seguida, apresentamos dados sobre perfil social, configurações familiares, grau de escolaridade e fontes de renda das mulheres participantes da pesquisa.

Coque: descrevendo uma comunidade em *encolhimento*

Geograficamente o Coque é uma ilha (Ilha Joana Bezerra), localiza-se no centro da cidade do Recife. Em seu conjunto, a comunidade é formada

por habitações populares que apresentam grandes áreas de pobreza ou extrema pobreza e constitui uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS¹). De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, a população do Coque é composta por cerca de 12.600 habitantes, com maior concentração nas faixas adulta e infanto-juvenil (25-59 anos, 42% e 5 -14 anos, 22% da população). A proporção declarada de mulheres responsáveis por domicílio é de 57% e o valor de renda média mensal domiciliar é em torno de R\$ 700,00.²

Situada no centro da cidade do Recife, urbanisticamente a comunidade reflete desigualdades socioespaciais. Posiciona-se próxima ao centro comercial de Recife (cerca de 2,5 km); margeia Boa Viagem (cerca de 3,5km de distância), bairro de alta concentração de renda, e faz fronteira com a Ilha do Leite, maior polo médico privado de Pernambuco. No contexto de realização de obras de infraestrutura, visando ao *desenvolvimento* da cidade, na década de 1990, vários trechos da comunidade foram desapropriados para construção do Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano e construção do Terminal Integrado (TI) de Ônibus Joana Bezerra (Vale Neto, 2010; Oliveira, 2010).

Desde então, a coadunação de obras viárias, discursada dentro dos projetos de melhoria da mobilidade urbana, e ampliação de investimentos econômicos do setor imobiliário nos bairros circunvizinhos (Ilha do Leite e Boa Viagem são áreas de alto valor imobiliário no Recife), vem sistematicamente *encolhendo* o Coque. Atualmente, em áreas dentro da comunidade são percebidas demolições e retiradas de diversas casas, sobretudo as que estão

1 ZEIS “são áreas de assentamentos habitacionais populares, surgidas a partir de ocupações ou invasões efetivadas em áreas públicas ou privadas não dispondendo de infraestrutura básica de urbanização e nem regularidade fundiária. São áreas popularmente conhecidas como favelas cujas características remetem a precariedades e carências as mais diversas. Situam-se geralmente em áreas de risco e desprovidas de serviços básicos de urbanização. Esteticamente apresentam-se como aglomerados habitacionais muito precários que dão a impressão de amontoados de casas entrecortados por caminhos desordenados e estreitos” (Mendes, 2005:99).

2 Informações encontradas na Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa1/ilha-joana-bezerra/>. Acesso: 20 julho 2013.

situadas em área próxima do TI Joana Bezerra [que está em ampliação, dentro dos projetos de preparação da Cidade do Recife para sediar jogos da Copa do Mundo³] e áreas de expansão do Viaduto Capitão Temúdio [que fornece caminhos de acesso para recente empreendimento comercial da Cidade – Shopping Rio Mar, inaugurado em 2012]. Em suma, leia-se que a posse do terreno vem continuamente sendo desapropriado em nome do *desenvolvimento* da cidade (obras estruturadoras do ramo rodoviário e imobiliário) e mais recentemente dos discursos de obras de infraestrutura para a Copa do Mundo (2014).

No diálogo com as moradoras, ao longo da pesquisa, pudemos compreender dimensões que muitas vezes são ocultadas dentro dos discursos midiáticos e políticos de *desenvolvimento urbanístico da cidade*. Em geral, os processos de desterritorialização das casas do Coque [o termo, geralmente, engloba barracos de papelão, casas de alvenaria com único ou dois cômodos] são efetivados por indenizações monetárias ou alojamentos dos moradores em conjuntos habitacionais populares, construídos em outras comunidades. Tal formatação, em geral, também implica deslocamento da rede de sociabilidades local, desconsideração de fontes de trabalho e arranjos familiares, que fornecem suportes das mais diversas ordens.

Dona Dina⁴, uma senhora de 65 anos, residente no Coque há mais de 35 anos, relata que “*a construção do Viaduto [Viaduto Capitão Temúdio] tem novamente expulsado diversos moradores de suas casas para dar passagem aos bairros dos ricos e não vem nada de bom para o Coque*” [Diário de Campo, Janeiro, 2013]. Relembra com expressões de decepção as desapropriações de casas para construção do Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano, que foi instalado com promessas de promoção de melhoria para comunidade. Na conversa, questiona: “*há algum morador do Coque trabalhando no Fórum? Se diz que é do Coque, eles batem a porta na cara da pessoa, diz que é logo ladrão*” [Diário de Campo, Janeiro, 2013].

3 O estado de Pernambuco foi um dos estados que sediou jogos da Copa do Mundo (2014, Brasil). Nesse sentido, alguns investimentos viários foram (estão) sendo executados na cidade do Recife.

4 Em respeito aos procedimentos éticos em pesquisa todos os nomes de moradores e moradoras, mencionados neste livro, são fictícios.

Cristina, ao comentar as desapropriações das casas, relata que, em muitos casos, os moradores, por dificuldade em gerenciar o recurso indenizatório “*torram tudo rápido e compram no máximo outras palafitas em outras áreas*”. Na comparação e conhecimento de outras comunidades desapropriadas pelos órgãos municipais, descreve o caso da comunidade Brasília Teimosa (Bairro do Pina, Recife):

Expulsaram foi um bocado de moradores para um conjunto habitacional no Cordeiro (outro bairro do Recife), longe dos familiares e do trabalho deles. Lá viviam do mar, o cara que era pescador quando não tinha dinheiro ia para o mar e pescava, e agora faz o quê? Tem que sair de madrugada, pegar a bike e ir para o Pina de novo, distante do Cordeiro. Quando chega no condomínio descobre que tem que pagar água e luz e com qual dinheiro? Que não tem nem emprego e nem dinheiro para se alimentar?[Cristina, Diário de Campo, setembro, 2012].

Em vista das investidas de *desapropriação* do Coque, cabe menção a organização do Movimento Popular Coque (R)Existe, que procura mobilizar e articular moradores para defesa do direito a moradia e regularização da comunidade, demarcada como ZEIS. No ano de 2013, a partir de articulações do Movimento Popular Coque (R)Existe, *batalhas* políticas e judiciais contra Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife garantem reapropriação de áreas da comunidade, que estavam destinadas à construção de polo jurídico – que ficaria sob a tutela da Ordem dos Advogados do Brasil – e ampliação do sistema viário de acesso ao Terminal Integrado Joana Bezerra. Para exemplificação desse processo, a carta – Coque (R)Existe: pela preservação do Direito à Moradia na ZEIS Coque – encontra-se em anexo.

A compreensão desse cenário é importante para entendimento dos relatos do grupo de mulheres pesquisadas sobre deslocamentos de moradias de muitas famílias dentro do Coque (compras de barracos e casas em outras áreas dentro da própria comunidade, com recursos advindos das indenizações de terrenos invadidos), formulação de projetos da *casa própria* e acesso às oportunidades de trabalho e geração de renda dentro

da comunidade. Mais adiante detalharemos os relatos dessas mulheres. Pelo momento, o que queremos ratificar é o cenário sociogeográfico em que elas vivem, que transita entre desapropriação dos domicílios e enfrentamento comunitário por garantia de regularização de moradia e direitos sociais.

No período do trabalho de campo, entre os anos de 2012 e 2013, conhecemos mais de 120 mulheres (mães, trabalhadoras, companheiras, solteiras, viúvas...) e suas histórias de lutas familiares e comunitárias, por um Coque com melhores condições de moradia e acesso a serviços/bens públicos (saúde, educação, segurança, justiça). Deste grupo, foi estabelecido maior vínculo de proximidade com nove mulheres (Lívia, Eva, Cristina, Jurema, Severina, Joelma, Joana, Diana e Virgínia) para que pudessem participar da rotina familiar e interagir com companheiros, filhos, e parentes da família materna.

No estreitamento de laços de proximidade, participamos de refeições com suas famílias (almoços, lanches – feitos com muita dedicação, sobretudo no contexto que, em alguns momentos, pude perceber que mandavam as crianças para as vendinhas da *esquina* comprar refrigerantes e biscoitos *fiados*, em virtude de ausência de alimentos *melhores* para oferecer na minha visita). Em algumas ocasiões, enquanto conversávamos, sobre maridos, educação das crianças, partos, vida reprodutiva e trabalho, auxiliávamos na realização de tarefas domésticas – tais como lavagem de pratos, cuidado com os bebês recém-nascidos e crianças pequenas.

Foram vivências que permitiram compreensão ampliada acerca da *labuta feminina* de mulheres pobres e das relações familiares, contextualizada pela participação em políticas de transferência de renda, com titularidade feminina. Prestávamos atenção aos discursos, nós aproximávamos de suas experiências, nesse sentido, buscávamos construir modelos explicativos em estruturas locais de saber (Geertz, 2009). Assim, buscamos compreensão das tramas dos jogos de poder, posicionamentos de reprodução da estrutura social e projetos de resistências (Ortner, 1996, 2005, 2006a, 2006b) das mulheres pesquisadas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com todas as 09 mulheres. O roteiro da entrevista contemplou perguntas sobre: a comunidade do Coque; relações com a família/maternidade; trajetória de trabalho/emprego (rendas); relação com a casa/tarefas domésticas e chefia familiar; e projetos de vida. Igualmente, em caráter mais diretivo, a partir de leituras de ditos populares, buscamos ampliar compreensão sobre configurações de gênero na relação com casa e concepções do Programa Bolsa Família. Sete ditos populares foram utilizados e lidos em cada entrevista: 1) Quando tem que tomar decisões em casa, é o homem quem deve ter a última palavra; 2) A mulher manda na casa, mas o homem manda na mulher; 3) É o marido quem deve decidir se quer ter filhos e quantos filhos quer ter; 4) O homem estar sempre *disposto* a fazer sexo, logo é obrigação da mulher (esposa) sempre está à disposição do marido; 5) Quando a sogra mora com o casal, é obrigação da esposa cuidar da sogra quando ela estiver doente e idosa; 6) É um direito da mulher representar a família e receber o Bolsa Família no lugar do homem e 7) Mesmo que a mulher receba o Bolsa Família, é o chefe da casa, o marido, quem deve decidir o que será feito com o dinheiro recebido. Após a leitura de cada dito popular, era perguntando se a mulher concordava inteiramente, concordava parcialmente ou não concordava com o dito popular e o porquê da resposta.

O *corpus* de análise da pesquisa reuniu o conjunto de visitas domiciliares (registrados em Diário de Campo) e entrevistas. A análise tecida nos próximos capítulos enfatiza dados das entrevistas, em face da combinação do detalhamento das informações, ao mesmo tempo são incrementadas com os registros do Diário de Campo.

Daqui em diante, apresentamos a árdua tarefa antropológica de revelar de maneira analítica o que foi dito, escutado, olhado, interpretado, arrumado, rearrumado dentro das categorias de análise. Em seguida, apresentamos caracterização sociofamiliar das nove mulheres que auxiliará na compreensão dos eixos debatidos.

Apresentando as mulheres do *campo* de pesquisa

Para facilitar esta apresentação, sistematizamos as informações em três blocos: 1) perfil social, 2) configurações familiares e 3) escolaridade e fontes de renda.

O primeiro bloco de informações menciona descrições de idade, cor/etnia, religião (Quadro 02). A faixa etária das mulheres participantes da pesquisa variou entre 20 e 35 anos, com predominância entre 25 e 29 anos. Em referência à cor, a declaração mais frequente foi preta e parda. Apenas **Lívia** e **Cristina** declaram-se brancas. Quanto à vida religiosa foram feitas menções ao catolicismo, igrejas evangélicas e candomblé. No entanto, a frequência em cultos e missas é relatada em situações esporádicas. Aqui a responsabilização materna com filhos em idade infantil é relatada como um dos obstáculos de participação em cerimônias religiosas.

QUADRO - 2

Perfil Social

MULHERES	IDADE	COR	RELIGIÃO
Cristina	20 anos	Branca	Sem religião
Diana	25 anos	Parda	Católica
Eva	29 anos	Preta	Praticante do Candomblé
Joana	29 anos	Preta	Evangélica
Joelma	25 anos	Parda	Frequentava cultos evangélicos
Jurema	28 anos	Parda	Católica
Lívia	28 anos	Branca	Católica
Severina	21 anos	Parda	Frequentava cultos evangélicos
Virginia	35 anos	Parda	Católica

Em relação às configurações familiares (Quadro 03), apresentamos informações acerca da faixa etária de início de convivência conjugal e primeira gravidez; número de filhos, composição da residência familiar e condições de moradia. Em média, o início de convivência conjugal varia em torno da faixa de 16/17 anos. Discursos recorrentes mencionam que a tentativa de união marital com companheiros (caracteristicamente mais velhos) é almejada como forma de saída da casa da família de origem, na qual viviam em condição de extrema pobreza e/ou sofrendo violência física, geralmente associada a pais e padrastos. Vejamos relatos de **Lívia**, **Cristina** e **Virgínia**:

Lívia: A gente quando se conheceu, começou a namorar, aí foi quando a gente se juntou. Ah, foi tudo tão rápido. A gente se conheceu em fevereiro, quando foi em abril me juntei com ele. Mas também foi mais por necessidade, depois... Eu gostei dele, mas... Na época, eu estava com 17 anos e ele 22 anos. Eu passava muita necessidade em casa, com a minha mãe, fome mesmo e meu pai era cacete nela e na gente. Eram sete irmãos, cinco homens. Contando todos? Oito! Aí, doida para que aparecesse um homem para me assumir. Eu pensava “Na hora que aparecer, eu vou embora...” Aí apareceu Ricardo [marido] [Entrevista, abril, 2012].

Cristina: Conheci meu primeiro marido com meus 15 anos, morei até meus 17. Deixei de morar com meu padrasto e fui morar com ele. Discutia muito com meu padrasto aí acabei saindo de casa. De meu padrasto nunca fui tão próxima não. [...] Eu nunca fui muito de namorar. Namorar sério não. O negócio era conheceu, ficar. Para mim um namoro é sério quando eu venho namorar na casa da minha mãe. Aí comecei a namorar, me amiguei com o pai do meu primeiro filho. Aí foi um relacionamento doido mesmo. Mas durou pouco, uns três anos. Conheci ele com meus 15 anos, ele tinha 38 anos [Entrevista, setembro, 2012].

Virgínia: Meu pai separou da minha mãe, minha mãe ficou com um monte de menino. Ficou só minha mãe e meus irmãos. Sete filhos. Pai ajudava no começo, quando se separou, aí depois não ajudou mais não [refere-se a enviar algum dinheiro para provimento familiar]. Eu sou a mais velha das mulheres. Acho que eu tinha uns 11 anos, quando ele foi. Depois, minha mãe começou trabalhar numa cidadezinha vizinha, eu que fiquei lá só com meus irmãos. Mãe só vinha de 15 em 15 dias, e eu ficava lá com meus irmãos [Família morava em Natal (RN)]. E tudo pequeno! Tinha eu e meu irmão mais velho, os outros eram pequenos [...] Eu tive minha primeira menina com 17 anos. Com o pai dela, a gente morou junto três anos. Mudei para

uma cidadezinha lá perto de Natal, que a família do pai dela era de lá, morei lá com ele. [...] Queria mudar, mas não deu certo! Aí quando a menina ia completar dois anos, me separei dele [Entrevista, setembro, 2012].

Em muitos casos, a *melhoria de vida* não se concretiza e certamente sucumbe a tentativa de formação de *laços familiares*, que também não puderam ser vividos na família de origem. As experiências de violência com os primeiros companheiros esvaziam os projetos de relacionamento com homem *amoroso* e/ou *provedor*. Assim são as histórias de **Eva, Cristina, Jurema, Severina, Diana, Joelma e Virginia**. Trazemos relatos de **Eva e Cristina**:

Eva: O meu primeiro relacionamento com o pai dos meus filhos foi sofrimento viu?! Eu passei cinco anos, foi dois anos de alegria e três anos de tortura. Dois anos de tortura mesmo, de bater... Ele não trabalhava em nada e nem procurava fazer ôia! E ele saía na sexta chegava na segunda e quando chegava que eu dizia que não dava mais pra viver, siga seu rumo que eu sigo o meu, era cacete. Fazia tudo dentro de casa, comida, roupa... Tudo era comigo, para vestir meus filhos, comida. Minha avó que me ajudava, porque ele não era homem de se preocupar se não tivesse pão, arroz, feijão. Ele só queria saber que ele era boyzinho e queria tirar onda, e eu que me virasse. Não saía de dentro da minha casa... E eu tive que colocar esse [refere-se ao atual companheiro] dentro da minha casa, para o outro sair. Porque ele disse que só saia morto. Até facada e tiro eu levei. Eu comecei com ele quando tinha uns 13 anos, ele tinha uns 18... E hoje ele aceita não, a separação [...] Invadiram minha casa deram tiro na gente, nas portas, nas telhas... Pegou dois tiro em mim e um tiro em Jerônimo [...] Depois foi quando vieram me dizer que foi o pai dos meus filhos que mandou botar fogo na minha casa e da minha avó, e tudo para fazer boca de fumo. Acho que foi ele, que os caras eram todos amigos dele e os caras depois de tudo, foram se esconder na casa dele [Entrevista, janeiro, 2013].

Cristina: O pai dos meus dois primeiros filhos era muito agressivo, me batia. Antes de morar junto era as mil maravilhas... Mas ele ficou muito ciumento, bebia, cheio de mulher, ele chegava em casa quem pagava o puto era eu. Ele é quem sustentava a casa toda! Nunca faltou nada, disso aí eu não posso reclamar dele não. Mas infelizmente... ele foi mudando, até por que eu estava grávida [...] Eu era muito nova e magra, ele forte e alto, eu não sabia como me defender. [...] Nossa última briga foi que aconteceu de eu pegar a faca e quando ele se virou a faca quase que torava o dedo dele. Aí ele me empurrou da escada, fiquei tão mole, não tive nem coragem de dizer

para mainha. Foi quando eu botei na minha cabeça, eu vou sair daqui! Só que toda vez que eu dizia que eu ia sair, ele me ameaçava, dizia que ia me matar, até um dia que teve uma confusão, pronto e sai de casa. Podia até não está viva hoje... Ele mandava eu ir embora daqui do Coque! Aí ele dizia que ia me matar. Passei uns dois meses na casa de uma amiga minha no Ibura [outro Bairro do Recife], foi quando eu disse: “ele vai me matar, eu vou dar parte”. Fui na delegacia, dei parte dele. Aí, eles mandaram ele ficar 100 metros de distância de mim. Pronto até hoje... Eu avisei a ele, eu mesmo disse que tinha ido na delegacia. Daí foi que eu fiquei uns tempos que retornei para casa da minha mãe! [retorno ao Coque] [Entrevista, setembro, 2012].

Nos relatos acerca do início da vida conjugal, registramos que as primeiras experiências conjugais são marcadas por opressão, agressões e até mesmo tentativa de homicídio, por parte do companheiro ou ex-companheiro. As descrições apresentam os entremeados das diversas formas de violência (física, verbal, moral, patrimonial)⁵ e suas consequências nas trajetórias de vida das pesquisadas. Inclusive vemos que o afastamento da mulher do agressor pode contribuir para novos arranjos da violência e necessariamente não significa fim das situações de violência e nem garante a preservação das suas vidas.

No período da pesquisa, **Eva, Cristina, Diana e Severina** estão na segunda vivência conjugal, apontadas como convivência de maior companheirismo, amizade, afetos e possibilidade de construção de uma família.

Cristina: Família mesmo construí há um ano e pouco, foi quando eu vim morar com meu esposo agora. A gente não é de estar discutindo, compartilha tudo dentro de casa, é uma relação de amizade, até quando um não fala o outro já sabe, a gente já se conhece [Entrevista, setembro, 2012].

Eva: Com Jerônimo estou melhor. Porque a gente teve momento difícil, mas com Jerônimo não foi tanto, ele não é de bater, a gente discute assim... Eu digo para ele “Se for para sofrer é melhor ficar só! Basta!” Eu acho assim que agora eu tenho um marido, é eu por ele e ele por mim. É na tristeza, é na alegria, se está desempregado um ajuda o outro. Meu menino gosta mais dele do que do próprio pai, o pai desejou até a morte do meu filho. O pai dele é ele, meu menino tem ele como pai [Entrevista, janeiro, 2013].

5 Entre trabalhos específicos sobre Violência contra a Mulher ver: Waiselfisz, 2011; Grossi; Minella; Porto, 2006; Saraiva, 2010; Saraiva; Rodrigues, 2010; Portella, 2008, 2009; Saffioti, 2004; Grossi, 1994.

Cabe ressaltar que apesar das menções à possibilidade de relações com ausência de violência física, não deixamos de observar permanência de relações desiguais e restrições à *liberdade* feminina. No capítulo cinco, por exemplo, discutiremos relatos sobre restrições de circulação em espaços públicos por parte de alguns companheiros, como a proibição de trabalho feminino, fora de casa. Destacamos também que as condições de provimento masculino, necessariamente, também não se efetivam nesses relacionamentos (no Quadro 04, vamos apresentar dados sobre trabalho e fontes de renda dos companheiros), o que auxilia na compreensão da importância da renda advinda de programas de transferência de renda (Bolsa Família e Bolsa Escola) para o provimento familiar, como será destacado mais a frente.

Apenas **Lívia** e **Joana** continuam em convivência marital com o primeiro companheiro, 17 anos e 16 anos de convivência, respectivamente. **Virgínia** está em sua terceira relação conjugal. Igualmente, no primeiro e segundo relacionamento relata experiências de violência. Nascida em Natal (RN), veio morar no Recife [Coque] a partir da convivência com o terceiro companheiro, Ronaldo.

Em relação ao número de filhos, em média as mulheres são mães de três e quatro filhos. A faixa etária da ocorrência da primeira gravidez é de 16 anos. Em análise sobre vida reprodutiva, como será explicitado nos próximos capítulos, veremos em quais contextos ocorrem essas gravidezes e recorrentes relatos de gravidez indesejada e não planejada.

Cabe ressaltar que **Joelma**, entre as que relatam ter primeira gravidez por volta dos 12/13 anos de idade, engravida de um primo, com o qual residia (na casa residiam avó, dois tios e um primo e uma prima). Joelma informa que não registrou a paternidade e não teve nenhum interesse que o primo a assumisse. Em uma de nossas conversas, relata discurso que indica iniciação das experiências sexuais, em alguma medida, permeada por violência sexual no próprio domicílio. Assim, destacamos que a ocorrência da primeira gravidez em idade adolescente, dentre do grupo pesquisado, também é marcada por violência sexual domiciliar, como no caso citado.

Em relação à composição da residência familiar, na atualidade da pesquisa, observamos predominância da configuração: mulher, companheiro,

filhos do casal e filhos por parte materna, advindos de relacionamentos anteriores. Assim é a composição das famílias de **Lívia, Eva, Cristina, Joana e Diana**. No caso de **Severina**, residem também a mãe e um sobrinho. Nenhum dos filhos dos companheiros, advindos de relacionamentos anteriores (casos de **Lívia, Cristina, Jurema, Severina, Joelma e Virgínia**) moram na casa das mulheres pesquisadas. **Virgínia**, natural de Natal (RN), é a única das mulheres que não reside com seus filhos de relacionamentos anteriores, que ficaram sob a guarda da avó materna. Aqui ressaltamos também que mesmo não compondo o quadro de residência familiar, majoritariamente as mulheres residem em proximidade com a casa da família materna e têm convivência com os filhos na casa da avó materna que as auxiliam nos cuidados com os filhos.

No momento da pesquisa, **Jurema** estava residindo, com seus seis filhos, na casa dos pais. Saiu da casa onde morava com o companheiro, após *briga* causada por uso de drogas do cônjuge. No caso de **Joelma**, após separação do primeiro companheiro, mencionado como *controlador*, está residindo apenas com as três filhas, mas relata relacionamento com um companheiro que diz não conviver em sua casa, porém a auxilia no provimento doméstico. Vejamos relato de ambas:

Jurema: Eu não pensei em mim, tinha meus filhos, porque ele estava usando drogas. Pensei nos meus filhos num dia ver ele fazendo e querer fazer também. Ele passou a noite fora, e quando ele chegou eu vi que ele estava drogado... Aí chegou esculhambando, humilhando... Porque tem coisa que é melhor você levar uma tapa na cara do que você escutar humilhação. Eu juntei minhas coisas todinhas, liguei para o meu pai para ele alugar um carro que eu já estava com dinheiro esperando, foi o único dinheiro que estava, é porque eu já tinha recebido do Bolsa Família. Isso há um ano, eu fui aluguei um carro e vim embora para a casa dos meus pais. Todo dia ele liga para mim, aí eu disse a ele que eu estava muito magoada, que podia ser que um dia a gente voltasse. Só que nesse período eu comecei a sair com as minhas amigas, comecei a me divertir, porque eu vivia presa. Sabe que vida de casado é diferente de uma vida de uma mulher solteira. Ele saía, ele bebia com os amigos dele quando largava da firma e eu largava do trabalho e ia para casa. Ele não deixava eu sair só! Mesmo que fosse só eu e meus filhos ele não dei-

xava. Minhas vizinhas me chamavam para a gente conversar uma horinha na frente de casa, porque também era tudo mulher casada. Mas para sair com amizade ele não deixava. Aí pronto! Eu já estava tão acostumada com aquela rotina que eu nem ligava mais [Entrevista, dezembro, 2012].

Joelma: Eu estou morando só, só eu e minhas filhas. Minha mãe que vem aqui, para eu não ficar sozinha, ela mora aqui do lado. O pai [da filha caçula] está na casa dele. Também não quero não. É porque para está mandando. Não gosto de homem mandando em mim não. Ele era assim ciumento demais. Ele ajudava em casa, mas o problema era esse querer mandar demais, ser controlador demais. [...] Eu tenho um gastoso, que me banca [risos]. É só gastar! Ele traz dinheiro para casa, mas não vive aqui direto, graças a Deus! Por isso que eu nem me estresso muito... [Entrevista, dezembro, 2012].

No que tange às condições de moradia e residência, em geral, os espaços de moradia são casas com dois e três cômodos (com poucos metros quadrados – média de 20m²), com ventilação restrita e sem janelas (o que implica temperatura interna elevada). As casas estão localizadas em ruas não asfaltadas (tal como muitas ruas no Coque) e sem acesso a saneamento básico, com esgoto a céu aberto na frente das residências. Vejamos relato de **Lívia**:

Lívia: Aqui a casa é muito quente e escura, é um forno essa casa, qualquer dia vou morrer assada. Não tem nem condições de abrir janela porque já é a parede do vizinho. Eu não gosto daqui por causa disso. [...] tem muita muriçoca também, a turma aqui são sebooso. A turma daqui não dá valor nem ao canal, quando está limpo. Mete lixo. Até colchão de cama a turma coloca no canal [Entrevista, abril, 2012].

As casas de **Joana** e **Lívia** são casas próprias compradas com recursos indenizatórios, na ocasião de desapropriação de barracos (construídos em áreas *invadidas*) em áreas do Coque para construção do Fórum Jurídico. **Eva**, **Virgínia**, **Joelma** e **Cristina** vivem em casas alugadas. **Severina** e **Jurema** vivem na casa das mães. **Diana** mora em casa de um cômodo, localizada no terreno da casa do pai do companheiro, o famoso *puxadinho* nas descrições de famílias populares. Na discussão sobre projetos de vida, veremos que um dos principais projetos se relaciona com moradia e obtenção da casa própria.

QUADRO - 3**Configurações Familiares**

NOME	IDADE 1ª GRAVIDEZ	IDADE INÍCIO DO 1º RELACIONAMENTO CONJUGAL	NÚMERO DE FILHOS	COMPOSIÇÃO DE RESIDÊNCIA FAMILIAR
Cristina	15 anos	15 anos	03 filhos	Companheiro (32 anos; 02 anos de convivência); Filho (05 anos – com ex-companheiro); Filha (02 anos – com ex-companheiro); Filha (recém-nascida)
Diana	16 anos (1º aborto espontâneo)	14 anos	02 filhos OBS: 02 abortos mencionados	Companheiro (25 anos; 09 anos de convivência); Filho (02 anos); Filho (recém-nascido)
Eva	16 anos	16 anos	04 filhos	Companheiro (30 anos; 09 anos de convivência); Filho (12 anos – com ex-companheiro); Filha (9 anos – com ex-companheiro); Filha (4 anos); Filha (recém-nascida)
Joana	17 anos	17 anos	03 filhos	Companheiro (34 anos – 16 anos de convivência); Filha (12 anos); Filho (10 anos); Filho (recém-nascido)
Joelma	13 anos	18 anos	03 filhos	Filha (11 anos – gravidez de primo); Filho (02 anos - com ex-companheiro); Filha (recém-nascida)
Jurema	16 anos	16 anos	06 filhos	Mãe (48 anos); Pai (52 anos); Irmão (19 anos); Filho (12 anos - com ex-companheiro); Filho (11 anos - com ex-companheiro); Filha (10 anos - com ex-companheiro); Filha (8 anos - com ex-companheiro); Filha (4 anos – atual companheiro) Filho (recém-nascido)
Lívia	22 anos	17 anos	03 filhos	Companheiro (39 anos; 17 anos de convivência); Filho (06 anos); Filha (03 anos); Filha (recém-nascida)
Severina	16 anos	16 anos	02 filhos	Companheiro (34 anos; 05 anos de convivência); Filha (05 anos - com ex-companheiro); Filha (recém-nascida); Mãe (66 anos); Sobrinho (10 anos)
Virgínia	17 anos	17 anos	03 filhos	Companheiro (36 anos; 02 anos de convivência); Filha (recém-nascida). OBS: tem dois filhos (17 e 10 anos de ex-companheiro, residentes em Natal (RN))

No último eixo de apresentação, informamos grau de instrução escolar e fontes de renda familiar (Quadro 04). **Lívia, Eva, Cristina, Jurema, Severina, Virgínia e Joana** informaram que têm Ensino Fundamental Incompleto. No momento da pesquisa, apenas **Cristina e Jurema** mencionam continuidade de estudos, retornaram aos estudos a partir da inserção no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem). Ambas objetivam concluir o Ensino Fundamental. Apenas **Diana e Joelma** têm Ensino Médio completo. Em geral, as mulheres relatam dificuldade de leitura e escrita, impossibilidades de permanência na escola após ocorrência da primeira gravidez e/ou dificuldades de retorno ao estudo devido às atribuições de mãe e esposa.

Em relação às fontes de renda familiar, destacamos que a principal fonte de renda permanente advém da participação no Programa Bolsa Família, e em alguns casos da associação do PBF com o Programa Bolsa Escola⁶. O benefício do PBF varia de acordo com o número de filhos. No grupo pesquisado, os valores mencionados variam entre R\$100,00 e R\$200,00.

Nos casos de **Eva e Jurema**, no mesmo cartão de recebimento do PBF, recebem também benefício do Programa Bolsa Escola Na aglutinação dos dois programas de transferência de renda, os valores chegam a cerca de R\$ 650,00 (valores aproximados ao valor do salário mínimo – referência ano 2013, quando o salário mínimo era de R\$678,00).

As fontes de renda advindas de trabalho masculino e feminino são substancialmente variáveis em função de ocupação, prioritariamente, em postos de trabalho informais. No que tange ao trabalho masculino e pro-

6 O programa Bolsa Escola Municipal do Recife (PBEM) tem o objetivo de garantir a permanência da criança ou adolescente na escola e visa também à inclusão socioeducativa de suas famílias através dos eventos promovidos pela Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Dentro dos critérios de renda familiar *per capita*, os beneficiários podem receber de meio salário mínimo, caso tenham apenas uma criança até um salário mínimo, caso tenham dois ou mais filhos. Para ser incluído ou permanecer no Programa, é necessário que o estudante tenha entre 6 e 15 anos de idade e esteja matriculado em uma das escolas da Rede Municipal de Ensino. Informações extraídas: <http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoes/projetos/bolsa-escola-municipal/>. Acesso: Julho de 2014.

vimento familiar, no momento da pesquisa, apenas os companheiros de **Lívia, Cristina e Diana** tinham empregos formais, com carteira assinada, no qual recebiam cerca de R\$500,00. Mas, cabe destacar que antes do término da pesquisa de campo, Lívia informa das dificuldades de subsistência familiar, em virtude da demissão do companheiro. **Eva, Joana, Severina, Virgínia e Joelma** relatam diversas dificuldades de provimento masculino, longos períodos sem aquisição de trabalho e/ou trabalhos informais dos companheiros, relacionados com *biscates*, que esporadicamente auferem alguma renda monetária. No quinto capítulo, veremos detalhamento sobre dificuldades de provimento masculino e como esse cenário contribui para a valorização dos rendimentos advindos do Programa Bolsa Família. Pelo momento, exemplificamos com o relato de **Eva**:

Eva: Jerônimo sempre vivia de biscate. Ele é pintor de casa. Mas nem sempre aparece. Pintar é só final de ano. Aí ele é o quê: pedreiro, levanta casa, reboca, o que mandar ele fazer ele faz. Encanador, só não mexe com energia. Faz sete anos só de ôia, às vezes tem dinheiro, muitas vezes não tem [Entrevista, janeiro, 2013].

Em relação aos postos de trabalho feminino veremos que as trajetórias produtivas são marcadas por trabalhos informais com remuneração irregulares e/ou sub-remuneração. No quinto capítulo, detalharemos percurso de acesso ao mercado de trabalho, postos de trabalho e relações com inclusão no PBF. Pelo momento, informamos apenas que a maioria das mulheres pesquisadas está fora do mercado de trabalho. Apenas **Diana e Severina** relatam realizar trabalhos de manicure no ambiente doméstico. **Severina** também tem como fonte de renda a administração de uma máquina de videogame, dentro de sua casa.

Ressaltamos que a renda para provimento familiar é composta por apoios financeiros e/ou alimentícios por parte da família de origem da mulher. Especialmente **Eva, Joelma, Jurema, Severina, Diana** mencionam apoio, sobretudo em momentos mais críticos de subsistência, relacionados com disponibilização de alimentos e de itens infantis, sobre-

tudo para cuidados com os filhos recém-nascidos. O apoio por parte da família do companheiro foi raramente mencionado.

No Quadro 04, apresentado em seguida, ratificamos que os valores monetários devem ser compreendidos dentro das dinâmicas transitórias de renda e são referentes às rendas familiares mais *fixas* (durante período da pesquisa de campo – 2012/2013).

QUADRO - 4

Grau de Instrução Escolar e Fontes de Renda Familiar

NOME	GRAU DE INSTRUÇÃO	OCUPAÇÃO ATUAL DA PESQUISADA	OCUPAÇÃO ATUAL DO COMPANHEIRO	RENDA MENSAL FAMILIAR (Média) 2012/2013 ¹
Lívia	Ensino Fundamental Incompleto (4ª série)	Não trabalha fora de Casa	Emprego de Padeiro	R\$ 600,00 - R\$ 134,00 (Bolsa Família) R\$ 500,00 (Trabalho do Companheiro)
Eva	Ensino Fundamental Incompleto (5ª série)	Não trabalha fora de Casa	Biscates como pintor	R\$ 650,00 R\$ 200,00 (Bolsa Família) R\$ 450,00 (Bolsa Escola)
Cristina	Ensino Fundamental Incompleto (6ª série) Projovem (cursando 8ª série)	Não trabalha fora de Casa	Emprego de Serviços Gerais	R\$ 780,00 R\$ 150,00 (Auxílio-Moradia) R\$ 100,00 (Bolsa Projovem) R\$ 530,00 (Trabalho Companheiro) R\$ 134,00 (Bolsa Família/Suspensão)
Joana	Ensino Fundamental Incompleto (7ª série)	Não trabalha fora de casa	Trabalho informal com frentes em armazém de construção e criação de animais domésticos	R\$ 480,00 R\$ 200,00 (Aluguel de Casa) R\$ 134,00 (Bolsa Família) R\$ 150,00 (Trabalho Companheiro)

Jurema	Ensino Fundamental Incompleto (5ª série) <i>Cursou Profjovem</i> (equivalência de 9º ano (Ens. Fundamental))	Não trabalha fora de Casa	No momento da pesquisa estava separada do companheiro	R\$ 950,00 R\$ 200,00 (Bolsa Família) R\$ 450,00 (Bolsa Escola) R\$ 300,00 (Trabalho do Pai de Jurema)
Severina	Ensino Fundamental Incompleto (7ª série)	Não trabalha fora de Casa Mas, em casa, administra máquina de videogame	<i>Biscates</i> como vendedor ambulante de alimentos	R\$ 900,00 R\$ 134,00 (Bolsa Família) R\$ 150,00 (Trabalho - Videogame) R\$ 620,00 (Aposentadoria da Mãe)
Diana	Ensino Médio Completo	Não trabalha fora de Casa. Mas, em casa, realiza serviços de manicure	Emprego de pintor de ônibus	R\$ 650,00 R\$ 100,00 (Bolsa Família) R\$ 550,00 (Trabalho Companheiro)
Joelma	Ensino Médio Completo	Não trabalha fora de Casa	No momento da pesquisa estava separada do companheiro	R\$ 166,00 R\$ 166,00 (Bolsa Família)
Virgínia	Ensino Fundamental Incompleto (5ª série)	Não trabalha fora de Casa	Trabalho informal como ajudante de caminhoneiro	R\$ 270,00 R\$ 200,00 (Trabalho Companheiro) R\$ 70,00 (Bolsa Família)

Na dinâmica transitória de renda monetária, cabe ressaltar a importância da maior *estabilidade* dos recursos financeiros advindos pelo PBF em detrimento da instabilidade dos trabalhos dos companheiros. No caso de **Lívia**, por exemplo, a realidade da renda mencionada no quadro, já era situação transformada na atualidade de desemprego do companheiro,

o que vem a reafirmar, como será apresentado adiante, seu discurso sobre importância do dinheiro *mensal* do Bolsa Família.

Observamos também variações entre os valores monetários advindos do PBF. Como será detalhado no quarto capítulo, notificamos que o cálculo para disponibilização dos benefícios é embasado em regulamentação de valores variáveis de acordo com quantidade de crianças, adolescentes e condição de mulher gestante.

Por fim, ressaltamos a importância da interlocução entre composição familiar e renda, **Jurema** apresenta a renda mais elevada, mas há de se observar que a mesma também apresenta a composição familiar mais numerosa, em residência no mesmo domicílio (10 pessoas). E aqui, a aglutinação da renda do PBF com o Bolsa Escola (de maior valor financeiro) é novamente apresentada como principal fonte de renda permanente.

Após essa apresentação do perfil sociodemográfico e informações geopolíticas da comunidade do Coque (Recife/PE), roteiro de entrevista semiestruturada e apresentação de perfil social, configurações familiares, graus de escolaridade e fontes de renda das mulheres pesquisadas, seguimos para os capítulos analíticos.

Bolsa Família: Foco nas Crianças

Neste capítulo, iniciamos o debate sobre o eixo analítico: direitos reprodutivos e maternidade entre mulheres titulares do PBF. Especificamente, focamos discussão sobre concepções e condicionalidades do PBF. Na primeira seção, que aglutina debate sobre concepções, são analisadas as repercussões nas trajetórias de vida femininas a partir de ingresso no Programa, usos do benefício e compreensão sobre titularidade feminina no PBF. Na segunda seção, debatemos as condicionalidades exigidas como contrapartida de inserção no PBF.

Em conjunto, as análises vão permitir compreensão sobre o *foco nas crianças* dentro do Programa, o que reforça, dentro do debate de Gênero e Desenvolvimento, análise sobre reducionismo da *focalização feminina* no PBF, numa perspectiva de *eficiência de gênero*. Enfatizamos, dentro desse reducionismo, formas de *reatualização da* abordagem *bem-estar* (Mulheres e Desenvolvimento – MED) dentro do PBF e restrição de ações do Pro-

grama, em relação às ações dirigidas para mulheres titulares, no âmbito da condicionalidade na área da saúde, mais especificamente restrição de políticas integradas de saúde reprodutiva, que garantissem exercício dos direitos reprodutivos.

Bolsa Família: ingresso, usos do benefício e titularidade feminina

Majoritariamente os discursos sobre PBF valorizam o benefício e o apresentam como importante veículo de sustentação financeira dos filhos e da família. Na comparação com gerações familiares precedentes, o ingresso em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, é mencionado como oportunidade de aumento no poder aquisitivo para compra de produtos alimentícios e de vestuário para as famílias, especialmente para as crianças.

Vejam os que dizem **Lívia, Cristina, Diana e Virgínia:**

Lívia: Hoje, nós como mãe temos muito conforto. Como para gente, como para os nossos filhos. Antigamente nós não tinha. Mãe quando teve a gente, meu Deus do céu, era uma dificuldade tão grande na vida [...] A turma fala muito de Bolsa Escola, Bolsa Família e realmente, porque hoje é mais fácil com esse dinheiro [...] É pouco, mas já é alguma coisa [...] Hoje é tudo no chique, hoje é tudo no luxo. É danone, é todinho, tem biscoito, tudo isso. Antigamente não tinha isso não. E assim comia ovo e estava bem. Hoje a gente pode ter um todinho dentro de casa, iogurte, que antes era uma coisa... Só quem tinha essas coisas era rico, minha filha. Quem podia ter uma coisa dessas dentro de casa, minha filha? Ninguém! [Entrevista, abril, 2012].

Cristina: E hoje é mais fácil do que antes, no tempo da minha infância que ainda não tinha essas ajudas que tem. Minha mãe mesmo passou muita, muita necessidade, dependia da família, de tudo, da aposentadoria do meu avô, para poder ajudar dentro de casa. Hoje tem Bolsa Família, tem auxílio moradia, tem Bolsa Escola, tem muito meio de sobrevivência. Melhorou muito! Quando minha mãe passou mesmo a receber o Bolsa

Família, já era um dinheiro certo, que sabia que todo mês ia ter aquela quantia. [...] A gente sabia que daqui há dois meses tinha que comprar gás de novo, antes, um mês antes, a gente podia gastar aquele dinheiro livre, não é? No outro mês a gente já separava, esse é o dinheiro do gás. Então é uma ajuda, e antes quando eu era pequena mesmo, na minha infância, não tinha. Então, se acabasse o gás, ia para lenha [Entrevista, setembro, 2012].

Diana: [...] Acho que tudo é diferente. Tem também que hoje é mais fácil criar. Porque tem ajuda do governo, tem ajuda de tudo, Bolsa Família, Bolsa Escola. Antigamente não tinha isso, não tinha dinheiro nenhum, hoje a gente pode comprar farda, sapato, roupa... [Entrevista, agosto, 2012].

Virgínia: Ah, eu acho que tem diferença do tempo da minha mãe. [...] É difícil, porque assim ter filho, tem que ter educação, cuidar direito [...] Até mesmo com alimentação? Tem o Bolsa Família! Pelo menos ajuda. Já é uma ajuda, assim por exemplo, de comprar algum material escolar, alguma roupinha [Entrevista, setembro, 2012].

Os relatos de **Diana** e **Virginia** também apontam melhoria na condição de matricular e manter os filhos na escola, com possibilidade de compra de material escolar e vestuário relacionado ao fardamento. Tal melhoria é comparativa com o ingresso delas na escola, em tempo de infância. Igualmente, o relato de **Joana**, na comparação com geração materna precedente, descreve maior facilidade de manutenção dos filhos na escola, a partir do ingresso no PBF:

Joana: Tem muita diferença quando vivia com minha mãe. Ela me educou de um jeito diferente que eu educo minha filha, meus filhos hoje. No caso, porque assim, nem as vezes a mãe sabe direito como educar eles. Tudo que eles pedem a gente faz. Faz os gostos deles [...] Antes era muito, era muito difícil mesmo, porque eu lembro até na minha infância. Na minha infância era tudo pago, no colégio para poder estudar tinha que pagar livro, pagar farda, as vezes não tinha uma renda para comprar o lanche, tinha que esperar a boa vontade que o colégio dava, a merenda e as vezes nem tinha. Acho difícil por causa disso, agora hoje é tudo bom, melhor para vista de antes. Hoje até para pagar para estudar eles pagam, Bolsa Família, Bola Escola. Tem um alimento certo em casa [Entrevista, maio, 2012].

Observamos, assim, a valorização do benefício de transferência de renda, especificamente do Bolsa Família e do Bolsa Escola, na relação com a condição de pobreza da família de origem da beneficiária. **Joana e Cristina** falam especificamente de como os benefícios permitem um “*meio de sobrevivência*” e uma “*melhoria em relação à vida de antes*”, na qual suas mães tinham parca condição de alimentar os filhos e mantê-los na escola.

Ao conseguir proporcionar mais do que *ovo* aos filhos, obviamente **Lívia** aponta a concretude de sair da *fome*, na comparação com a geração materna antecedente. Conseguir ofertar aos filhos produtos alimentícios de maior valor aquisitivo faz com que a mesma se coloque em patamar diferenciado da anterior condição de miséria familiar. Inclusive discursa possibilidade de se igualar as famílias *ricas* em face da condição de poder ofertar produtos industrializados e especializados para as crianças: “[...] *Hoje a gente pode ter um todinho dentro de casa, iogurte, que antes era uma coisa... Só quem tinha essas coisas era rico!*”.

Vemos que, na conjuntura socioeconômica, o valor recebido é apresentado como significativamente relevante. Assim, mesmo considerando os baixos valores monetários, o que observamos é que esse auxílio financeiro tem repercussão na organização e gestão do cotidiano dessas mulheres e da relação delas com os companheiros e filhos. Durante visita domiciliar, após o nascimento da terceira filha de **Lívia**, o assunto do Bolsa Família volta à cena. Ao comentar do *novo programa que vai aumentar o dinheiro do Bolsa Família* frisa a importância do benefício e realça a valorização do PBF pautada na sua condição de melhor independência econômica na relação com companheiro:

Pesquisadora: Pergunto se Lívia já incluiu sua terceira filha no cadastro do Bolsa Família. Lívia: responde que “tentou já colocar a filha, quando estava grávida, mas nada”. E comenta sobre novo programa [não diz o nome, mas pelo que fala, se refere ao Programa Brasil Carinhoso]: “Estou doida que chegue esse novo, que é R\$70,00 reais para quem tem bolsa família,

fui na EMLURB [local onde se realiza o cadastro no CadÚnico] e eles disseram que era auto... auto alguma coisa, [concluo a palavra, automático, que ela não sabia pronunciar]. Teve gente aqui [no Coque] que já recebeu, mas eu nada. Estou agora com R\$ 130,00 [refere-se ao valor do benefício que recebe], imagina mais R\$ 70,00, ia ser uma beleza, uma maravilha! Eu mesmo, se não fosse o bolsa família que eu recebo, eu estava frita! As minhas dívidas, que eu faço, eu pago tudo com minha Bolsa Família, eu não trabalho, só cuido dos meninos” [Diário de Campo, visita domiciliar, agosto de 2012].

A menção de recebimento de benefício no valor de R\$ 130,00 é expressa em tom de relevância, possivelmente mensurada na comparativa de conseguir comer além do *ovo*, na geração familiar passada, e na condição de mulher-mãe que deixou de trabalhar fora de casa com o nascimento consecutivo dos filhos. Aqui, a possibilidade adicional de aumento do benefício recebido reforça a fala sobre a relevância do benefício.

Em análise do campo econômico, o valor monetário do benefício e sua desvinculação ao salário mínimo configuram importante crítica dirigida ao PBF. Estudos apontam que sem a vinculação ao salário mínimo qualquer reajuste do valor dos benefícios pagos no âmbito do Bolsa Família impossibilita o enfrentamento eficaz e ampliado de combater a pobreza e a fome no país (Lavinias; Cavalcanti, 2007; Zimmermann, 2008, 2009).

Com base em dados de pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre a cesta básica nacional, Zimmermann (2009) aponta que o valor pago pelo PBF não cobre nem mesmo os gastos com uma alimentação básica. Em referência ao ano da pesquisa (2009), em 17 capitais brasileiras, um trabalhador em idade adulta teria um custo de R\$ 208,36 para satisfazer as necessidades alimentares mínimas. Dessa forma, o valor do benefício, com um teto de 200,00 por família (ano de 2009), não garantiria nem mesmo que todas as pessoas dentro da família estivessem de fato livres da fome.

Em 2012, a implementação do programa Brasil Carinhoso¹, o qual **Lívia** não soube nomear, que pretende adicionar R\$70,00 no valor do benefício para famílias que tenham crianças abaixo de 06 anos, é informado como uma tentativa de ampliação do valor do benefício.

No entanto, nos relatos que observamos, a relevância do benefício parece não se esgotar na análise do valor econômico do benefício. Na compreensão das trajetórias familiares, a condição de renda mensal sobressai na interpretação do valor recebido, frente ao universo socioeconômico em que viveram (e vivem) as famílias dessas mulheres.

Aqui vale destacar comparação com discursos masculinos sobre benefício do PBF. Em análise sobre importância do benefício com moradores de outra comunidade popular do Recife (PE) observamos, em contraposição aos relatos femininos, que valorizam os rendimentos e o apontam como importante fonte de renda familiar, discursos masculinos que tendem a diminuir a relevância desses rendimentos (Nanes, 2010; Nanes, Quadros, 2010). Havia muitas falas masculinas que indicavam falta de informações sobre o PBF e formas de uso dos rendimentos pela mulher; falta de interesse pelo valor recebido e afirmações de que a mulher não é capaz de empregar o dinheiro no que *realmente* é importante, com compras de utensílios fúteis (como roupas, sapatos). Nesse cenário, argumentamos que a titularidade feminina e a fonte governamental do rendimento parecem se configurar como os *inputs* de desvalorização pelos homens,

¹Segundo Osório e Souza (2012), o Programa Brasil Carinhoso (PBC), implementado em 2012, é uma estratégia de revisão da base de cálculo realizada dentro Programa Bolsa Família – introduz a transferência *per capita*, feita para as famílias com ao menos uma criança de 0 a 6 anos que, após receberem o PBF, permaneciam extremamente pobres. Da introdução do benefício do PBC, o hiato de pobreza extrema ganha um peso maior na determinação do valor da transferência do PBF. “A introdução do PBC altera de forma radical a orientação do desenho de benefícios. Considerando a soma dos benefícios por composição familiar do PBF com o PBC, a transferência total passa a ser no valor do hiato de pobreza extrema para as famílias com crianças de 0 a 15 anos que permaneceriam extremamente pobres após receber a transferência por composição familiar. Assim, os maiores valores transferidos a título do benefício variável do PBC são para as famílias grandes, com muitos adultos e muitas crianças, para as quais o PBF não era efetivo” (Osório, Souza, 2012:07), em relação à saída da extrema pobreza.

visto que, de certa forma, o *fracasso* da autoridade masculina (com todas as prerrogativas de homem provedor) ficaria mais visível se não fosse utilizada a estratégia de desvalorização do benefício do PBF (Nanes, 2010).

Em estudos com casais beneficiários, no Rio de Janeiro, Tebet (2012) também observa discursos masculinos de desconhecimento sobre aquisição do benefício e seus usos dentro da família. A análise igualmente abrange a possibilidade de produções simbólicas que afetem moralmente a honra masculina de *provedor*.

Contudo, cabe ressalva de que a *valorização* feminina, tal como observamos na presente pesquisa, não implica ausência de reflexão sobre o valor recebido e as condições de efetiva garantia da primeira meta do PBF: ampliação da segurança alimentar. Sobretudo, entre as pesquisadas que têm mais filhos, como **Jurema** (seis) e **Eva** (quatro), observamos menção de valorização permeada por críticas na possibilidade do sustento familiar. Ao falar sobre a gerência do benefício, **Eva** comenta: “[...] *também tem que saber puxar, se não acaba no mesmo dia, que esse dinheiro é por mês e é pouco. Esse dinheiro é por mês, mas tem pão todo dia, tem feira... A feira é cara!*” [Entrevista, janeiro/2013]. **Jurema** mais especificamente fala da impossibilidade de conseguir comprar alimentação *certa* (fala em termos de quantidade e qualidade) para as crianças com o valor recebido:

Jurema: Para uma família é uma ajuda! Independente assim do Bolsa Escola ou Bolsa Família é uma ajuda porque tem alimentação certa, dinheiro para um remédio... Porque se realmente a gente tem dinheiro para ficar comprando alimentação certa para crianças, o dinheiro não dá... Ainda mais para quantidade de filho que eu tenho... Mas ajuda, é uma grande ajuda [Entrevista, dezembro, 2012].

Porém, majoritariamente, nas falas sobressai o uso do benefício associado com discurso que valoriza o recebimento do PBF. No diálogo com as mulheres, a aplicação do dinheiro é prioritariamente direcionada para os filhos. Em geral, percebe-se que as mulheres discorrem sobre os aspectos econômicos proporcionados para suas famílias – especialmente

para as crianças – com ênfase na importância do benefício para subsidiar compras de alimentos e vestuário (sobretudo com filhos em faixa etária menor, em média de 0 a 6 anos) e utensílios domésticos (em geral, bens duráveis como móveis e eletrodomésticos). Seguem relatos de **Lívia, Jurema, Joana, Diana e Virgínia**:

Lívia: Gasto o dinheiro na escola, para dentro de casa, para roupa. A escolinha deles [refere-se às aulas de reforço dos dois filhos], eu pago quinze reais de um e quinze reais do outro. É um descanso. Eu compro roupa para eles. Se eu compro uma calcinha é com esse dinheiro, se eu compro uma calcinha para minha menina é com esse dinheiro. Se eu compro uma cueca para o menino é com esse dinheiro. Quando recebo já passo comprando umas coisas para dentro de casa. Eu estou sem nada de fruta para dar aos meninos. Mas quando eu receber eu já compro tudo. As vezes, compro água. Porque a água daqui é ruim para beber, água da torneira é ruim. Quando eu tenho dinheiro eu compro. Se não, compro fiado, na venda aqui na esquina, quando chego com dinheiro pago. Ele [Ricardo] mesmo já conhece, ele mesmo sabe disso. O dinheiro dele não dá, porque o que ele pega mal dá para comer, quanto mais para comprar roupa [...] [Entrevista, abril, 2012].

Jurema: O dinheiro do Bolsa Família é dos meus filhos. O dinheiro é dos meus filhos, e ele [segundo companheiro] ainda comprava as coisas para os meus filhos, do dinheiro dele. Com o dinheiro dos meus filhos [refere-se ao Bolsa Família], eu comprava o lanche deles, deixava dinheiro para levar eles para algum canto [Entrevista, dezembro, 2012].

Joana: [...] Esse dinheiro da Bolsa Família, é uma ajuda para quê? Para os meninos ir bem arrumado para o colégio, já é uma ajuda, é para não chegar criança com fome, todo sujo despenteado, e não ter a desculpa, porque têm um trabalho. [...] Então quer dizer é para isso, para uma criança ir bem arrumada, bem penteada, bem limpa, bem cheirosinho para o colégio, com um sapatozinho, porque no começo não tinha isso. [...] E quando não é roupa, é para ajudar na alimentação. O dinheiro do Bolsa [refere-se ao Bolsa Família] é uma ajuda. Já é uma rendazinha que você paga a roupa de uma criança, você compra um movelzinho você já conta com aquele dinheiro [...] Pronto, era essa mesa [refere-se à compra de uma mesa de

jantar] a gente pagava sete parcelas de R\$ 15,00. Aí ele [companheiro] bota a metade e eu a outra metade [...]. Quando ele não pode, eu vou e pago tudo. Tem meu dinheiro mais certo do Bolsa [Entrevista, maio, 2012].

Diana: Eu mesmo eu pago minhas coisas. Compro e pago com meu dinheiro do Bolsa Família. Eu tenho minha cama por causa dele, do dinheiro da Bolsa família, meu guarda-roupa também comprei com esse dinheiro. Eu mesma invisto em alguma coisa. Comprei aqui minhas coisas, comprei roupas, uns negócios para Pedro, não posso ver nada de criança que quero comprar. Aí tem que pagar. Estava devendo roupa antes de eu engravidar, quatrocentos e pouco, não estou comprando mais nada... Ele não vai se vestir de todo jeito, não de roupa de camelô, eu vou ali na C&A. E o pai dele não quer que eu compre nada assim no camelô. É tudo de loja! [...] [Entrevista, agosto, 2012].

Virgínia: Ah o Bolsa Família é bom! Pelo menos ajuda, não é? Já é uma ajuda, assim por exemplo, de comprar algum material escolar, alguma roupinha! Comprar comida, lanche para os meninos [Entrevista, setembro, 2012].

No uso do benefício, a compra de alimentos e vestuário é prioritária. Inclusive o relato de **Diana** destaca não só melhoria na quantificação do vestuário infantil, como na possibilidade de compra de melhor qualidade, quando a mesma faz diferenciação de roupas compradas em lojas e não em *camelô*, termo mencionado com uma conotação de acesso a produtos *superiores* aos outros pobres que não podem comprar em lojas.

Observamos também a possibilidade de ampliação do consumo para melhoria de mobiliário da casa. Nesse sentido, **Joana** e **Diana** falam da possibilidade de compra de móveis como cama, mesa e guarda-roupa. Aqui cabe mencionar que a faixa etária dos filhos parece também influenciar na decisão de destinação dos recursos. No caso de **Eva**, com filhos em idade maior (11 e 9 anos), a decisão de compra de um eletrodoméstico (um aparelho de televisão) é realizada com base em acordo prévio com os mesmos.

Eva: Essa TV [refere-se ao aparelho de televisão, instalado na sala] os meninos “mãe a gente não tem TV para gente assistir. Será que a senhora não pode pegar uma TV..” Aí eu fui pedi para minha comadre para passar no cartão [cartão de crédito bancário], estou pagando com dinheiro do Bolsa Família [Entrevista, janeiro, 2013].

A partir das menções valorativas e dos usos/aplicações do benefício, podemos refletir que o ingresso no Programa possibilita *melhoria* das condições das titulares e de seus filhos. Majoritariamente, as mulheres nos falam de melhoramento de formas de *sobrevivência*, na comparação com as gerações familiares precedentes, maiores condições de acesso a crédito no comércio do bairro, possibilidade de compra de itens de alimentação, vestuário e utensílios domésticos, com priorização de itens para os filhos.

Em conjunto, as análises apontam o *foco* nas crianças, a partir das próprias prerrogativas do Programa. Nesse cenário, frisamos que essa configuração parece basilar para pensarmos a concepção do PBF atrelada ao valor da maternidade relativo apenas ao cuidado com as crianças, em detrimento de ações que tangenciem maior acessibilidade aos direitos reprodutivos para as mulheres titulares, dentro da rede de serviços públicos de saúde.

Nesse sentido, a compreensão acerca da titularidade feminina igualmente contribui para solidificação de análise sobre o *foco* nas crianças. Quando afirmado “É um direito da mulher representar a família e receber Bolsa Família no lugar do homem!”, **Lívia, Eva, Joelma, Joana, Severina e Virgínia** concordam com a afirmativa.

Lívia: É direito das mulheres. Porque o homem já gosta de dinheiro e ele recebendo todo mês, no lugar da mulher, coitada. Só ia sair para beber. Essas coisas tem que ser a gente mesmo. E esse benefício já é para dar a mulher, não em prol homem. E tem muitos que recebem. Mas, certo é para mulher. Quem tem que receber é a gente mesmo. E porque assim ele fica preguiçoso, nunca quer trabalhar. Todo mês tem onde buscar. Tem nada haver isso. Tem que ser a mulher que tem que receber! [Entrevista, abril, 2012].

Eva: É direito da mulher, porque a mulher já sabe o que vai fazer. A mulher não gasta com bebida! Se fumasse não ia deixar de comprar comida para comprar cigarro [Entrevista, janeiro, 2013].

Joelma: Concordo, com certeza! Porque tem vários homens que a mulher recebe e ele já tem o sentido de pegar o dinheiro dela, querer pegar o dinheiro dela! Ela recebe e é dela! Ela quem sabe o que fazer! O dinheiro dela que a mulher deve decidir o que fazer e não dele! Para eles decidir, eles bebiam, fumavam e a mulher afora! Até porque é pouco! [Entrevista, dezembro, 2012].

As justificativas pela titularidade feminina transitam por argumentos que reforçam a prerrogativa de “mãe de família”, que não usa o dinheiro em favor de si mesma, distribui essa renda visando o bem estar das crianças e por isso merece ser a titular. Observamos que tais argumentos são permeados por simbologia do feminino atada ao estereótipo mulher-mãe, mulher que faz uso do dinheiro para fins da família e cuidado com filhos.

Ao mencionar a concordância com o direito feminino de representar a família e receber a Bolsa Família, **Cristina** comenta sobre essa simbologia atrelada com a *responsabilidade* materna: “Concordo, se bem que se o homem quiser receber ele pode, assim como a mulher solteira também. Mas a preferência é da mulher, é que a *responsabilidade* é dela” [Entrevista, setembro, 2012]. Assim, afirma que mulher, mãe de família, merece a tutela do benefício! Por sua dedicação à família, a mulher tem direito à titularidade do PBF. O termo *responsabilidade* abarca a vivência feminina de cuidado com crianças e família dentro da casa, descrita por estudos sobre distribuição de tarefas e responsabilidades domésticas em famílias de grupos populares (Woortmann, 1987; Scott, 1990; Sarti, 2005; Nanes, 2010).

Nesse diálogo, **Cristina** frisa como a experiência da maternidade marca renúncia comportamental de uma adolescente que foi “*muito virada e rebelde*”, para usar seu termo. Relata que antes de ser mãe frequentava casas de show de pagode, consumia bebida alcoólica e fazia uso de outras drogas, com colegas: “*Agora eu estou bem mais madura, por causa da experiên-*

cia, não é? Eu só vim mudar, vim melhorar, quando tive o meu primeiro filho, com 16 anos. Aí foi quando, eu disse: Não! Agora eu vou ter que parar” [Entrevista, setembro, 2012].

Sabemos que a importância da primeira gravidez para as mulheres de grupos populares marcam ritos de passagem da mocidade para vida adulta e podem constituir elementos essenciais para mudança de status, reconhecimento e afirmação de projetos de mobilidade social (Souza, 2012; Pantoja, 2003; Scott, 2001; Paim, 1998). Assim, compreendemos que os relatos de **Cristina** traduzem mudança de *maturidade* requerida simbolicamente pela maternidade responsável e *melhoria* de comportamento compreendido como inadequado para uma jovem na iminência de ser mãe. Nesse sentido, a referência simbólica de mãe que renuncia aos *prazeres* da vida adolescente e disponibiliza dedicação para cuidado com os filhos são acionados como elementos que reforçam a titularidade feminina no PBF.

Na contraposição, são apresentados homens e companheiros que gastariam o benefício na *rua* (e não na casa/família), em usufruto próprio e que usariam o recurso para subsidiar sua *natureza preguiçosa*, como nos falaram **Lívia** e **Joelma**, nos relatos apresentados. Na concordância da titularidade feminina, **Joana**, **Virgínia** e **Severina** reforçam também características de *circulação* dos homens dentro das famílias e distanciamento dos filhos na condição de ex-companheiro e formação de outras famílias. Em possibilidade de titularidade masculina é cogitado interrupção do recurso para os filhos, na ocasião de separação conjugal:

Joana: É a mulher, porque assim a mulher é mais confiança do que o homem. O homem fica na família, aí se separa, fica recebendo o dinheiro e nem para os seus filhos vem dar. O homem esquece, não é? Tem homem que é ruim mesmo, é o direito mais da mulher [Entrevista, maio, 2012].

Virgínia: É! Eu acho assim, acho que a mulher precisa mais que o homem. Porque assim também o homem não é muito família, ele vai embora

de casa, depois volta, eu passava muito tempo só com meus filhos, morava praticamente sozinha [Entrevista, setembro, 2012].

Severina: É a mulher quem tem o direito. É a mulher, não é o homem. Que o homem, assim, ele não é a mulher para ter filho, quem tem filho é a gente, ele só faz fazer, e a gente tem. Então a gente é quem tem direito de ter o Bolsa Família, o homem não, que ele tem possibilidade de trabalhar e lutar. Se fosse dos homens, a metade ia gastar dinheiro, ia beber, ia fazer o que quiser, não ia dar nada aos filhos, que nem meu irmão. Meu irmão recebe o abono do meu sobrinho e não dar nada [refere-se ao auxílio financeiro para filho, o sobrinho que é criado pela mãe de Severina e mora com ela]. Ele cria cinco filhos dos outros, de outra mulher dele, e o abono do meu sobrinho vai para quem? Para boca dos outros, para dele [sobrinho] e para aqui para casa é que não vai [Entrevista, novembro, 2012].

Inclusive mesmo na condição de cônjuge, em que o homem se disponha a gastar o benefício do PBF em casa, as *lacunas* masculinas na habilidade de gerenciamento no cuidado com os filhos não permitiriam o uso *eficiente* do recurso como a mulher-mãe faz, assim como **Diana** aponta:

Diana: É da mulher. Porque o homem tem mais possibilidades de trabalhar. Porque homem tem mais coisa pesada de homem pagar... Se fosse para o homem receber e eu sei o que é que ele ia fazer com o danado do dinheiro? Ia ser pior! Que tem homem que não quer dar o cartão a mulher. A mulher sabe o que vai fazer com esse dinheiro. Eu sei! Igor mesmo não sabe fazer feira, ele disse vou ali comprar uns negocinhos, só de salgadinho e coisa deu R\$100,00. Eu disse: “Que feira foi essa?”. Aí ele teve que me dar mais dinheiro para eu ir ao mercado e comprar arroz, macarrão... [Entrevista, agosto, 2012].

O companheiro, em posse do cartão, pode até ser solicitado para retirar o benefício – como é o caso de **Lívia** quando pergunto sobre a forma de saque do benefício: “*Ricardo tira. Eu dou a senha e ele vai e sacar. É na Caixa Econômica. Pode ser na Caixa mesmo ou na casa lotérica*”. No entanto, ratifica que o dinheiro é de propriedade feminina:

Lívia: Ricardo pega [refere-se a ir sacar o benefício], mas ele não me pede, nem nada não. É o meu, é o meu. Se eu fosse de beber, de fumar, de dançar, de curtir, eu podia até... Ele nunca mandou. E ele já recebe por mim. E ele sabe, se ele pegar meu dinheiro, eu vou fazer ele pagar minhas dívidas [...] [Entrevista, abril, 2012].

Jurema é a única pesquisada que concorda parcialmente com a afirmativa de que “é um direito da mulher representar a família e receber Bolsa Família no lugar do homem!”. Em seu discurso afirma que o benefício do PBF é da criança, assim a titularidade pertence a quem ficar responsável pelo cuidado dos filhos.

Jurema: Eu acho assim, por que as vezes tem filhos que não mora com a mãe, mora com pai, então se mora com pai é ele que tem que receber, e aquele dinheiro é para os filhos, não é para mãe, não é para o pai. O dinheiro é da criança, é para criança ter uma boa alimentação, para não ficar na rua. [Entrevista, dezembro, 2012].

A prerrogativa de que o recurso do PBF, com titularidade feminina, é da criança baliza, em alguma medida, todos os relatos das mulheres titulares. Essa leitura permeia tanto a compreensão dos discursos de *mãe de família* como os de *circulação* dos homens na formação de outras famílias. Quando indagadas se “mesmo que a mulher receba o Bolsa Família, é o chefe da casa, o marido, que deve decidir o que será feito com o dinheiro recebido?” as falas afirmam discordância com a afirmação e solidificam a prerrogativa de que o recurso é da criança. Vejamos justificativas de **Virgínia, Eva, Lívia e Joana**.

Virgínia: Não. Acho que é a mulher quem deve decidir o que comprar com aquele dinheiro, que aquele dinheiro não é dele, é praticamente dos meninos. [Entrevista, setembro, 2012].

Eva: Não, porque tem homem por aí, que vou dizer viu?! Porque tem gente aí que pega para farrar e não para os filhos [...] [Entrevista, janeiro, 2013].

Lívia: Não, o meu mesmo nunca dominou. O dinheiro que eu vou receber, lá mesmo eu recebo, lá mesmo eu posso deixar todinho. As vezes eu recebo que ele nem sabe. Quando ele vai saber, eu já tenho recebido. Aí, ele “já recebeu? E tu fez o que? Já paguei isso, já paguei na venda, já comprei comida para os meninos”. [Entrevista, abril, 2012].

Joana: Não. Não, porque quem deve decidir o que fazer com o dinheiro é a gente. A gente mulher, porque o homem não sabe o que fazer com o dinheiro não. Porque é a gente que cozinha. Se precisar de alguma coisa para dentro de casa, porque tipo, meu marido pergunta: “Filha, falta o quê? Aí eu digo: Está faltando isso, está faltando lanche para os meninos”. Se não fosse eu, ele não sabia o que estava faltando [Entrevista, maio, 2012].

Discursos da *simbologia mulher-mãe* para melhor gestão dos recursos familiares do PBF são dados também encontrados em análises que focam a gestão do PBF entre beneficiárias. Estudos apontam argumentos do tipo: as mulheres são mais preparadas do que os homens para receber e administrar o benefício; as mulheres conseguem ver o que falta dentro de casa melhor do que os homens; as mulheres têm mais visão do que os homens são menções afirmadas pelas beneficiárias (Suárez; Libardoni, 2007; Pires, 2009; 2013; Rabelo, 2011).

Nesse cenário, é importante atentarmos como tal discurso é apresentado de forma coadunada com menção sobre *eficiência*. Nessa simbologia de fazer uso do dinheiro para fins da família e cuidado com filhos é vinculada também menção de realce sobre o uso eficiente. Aqui, basta retomar alguns relatos – **Joelma** nos fala que a mulher é quem *deve decidir [...] Até porque é pouco!* **Jurema** nos fala que tem que *saber esticar* o benefício do PBF e **Diana** mostra que gasta o benefício com *arroz, macarrão* e não com *salgadinhos*, como faz seu companheiro ao ir feira.

Em conjunto, a simbologia mulher-mãe aglutinada com *eficiência* aparece vinculado ao discurso de *foco* nas crianças, de forma a reforçar os procedimentos de priorização dos gastos com os filhos. Nesse sentido, em análise do PBF entre famílias nas regiões rurais, Pires (2009, 2013) aponta importante reflexão sobre priorização dos gastos do benefício

com as crianças, ampliação do consumo alimentar infantil e simbologias morais de maternidade.

Segundo a autora, o fato das crianças serem privilegiadas nos recursos advindos do PBF não pode ser explicado apenas recorrendo à pobreza familiar. Na compreensão da dinâmica familiar, são defendidas duas razões que podem explicar os discursos de privilégio das crianças. “A primeira delas é o entendimento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças. A segunda razão diz respeito à função materna de nutrir e satisfazer os desejos alimentares de seus filhos como profundamente ligada a uma maternidade bem sucedida” (Pires, 2013:127).

No argumento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças, Pires (2009, 2013) debate que o reconhecimento da frequência escolar, como mote elementar para recebimento do benefício, gera a prerrogativa de um direito, um direito da criança em receber parte do dinheiro do PBF. Assim, esse esforço é recompensado com o privilégio nos gastos com os filhos “seja com roupas, calçados, material escolar e gêneros alimentares, sejam os básicos (arroz, macarrão, feijão), mas também aqueles considerados de luxo ou secundários, como bolacha recheada, iogurte, pipocas, chocolates” (Pires, 2013:128).

No entanto, na discussão sobre *focalização feminina* no PBF alçada no debate sobre gênero e desenvolvimento, refletimos como a abordagem de *instrumentalização* da mulher (no roll da *eficiência de gênero*) para fins de combate a pobreza é reforçada dentro da formatação do PBF, bem como, essa abordagem é *disseminada* entre as mulheres titulares, impossibilitando reflexão, articulação e potencialidades de mobilização feminina para reivindicação de ações mais específicas no que tange aos direitos femininos, como por exemplo, no campo dos direitos reprodutivos. Assim, a afirmativa de que *o dinheiro é da criança* pode inviabilizar reflexão de que a titularidade feminina no PBF também se enseja no debate sobre gênero, pobreza e desenvolvimento.

Nesse sentido, na retomada da diferenciação proposta por Kabeer (2005) entre *effectiveness of agency* e *transformative agency*, temos que atentar como a formatação do PBF, com valorização de discurso sobre *benefício da criança* e *eficiência feminina* no uso do benefício, pode atuar no sentido de *effectiveness of agency*; mobilizando, entre as titulares, argumentação de maior *eficiência* das mulheres pobres no reforço das responsabilidades com as crianças, com restritiva possibilidade de desafiar as limitações da associação entre mulher, *eficiência* e vinculação com as *obrigações maternas*.

Dessa forma, entendemos que o reforço discursivo sobre *foco* nas crianças contribui para distanciamento do potencial da titularidade feminina no PBF, no que tange à reivindicação e alcance de políticas embasadas no debate de gênero.

No primeiro capítulo discutimos as formas de resistência à abordagem Gênero e Desenvolvimento e as diversas tentativas de redefini-la, libertando-a de seus tons mais políticos e suavização das conotações que problematizam as relações de poder na esfera produtiva e reprodutiva, no contexto dos programas nacionais (Sardenberg, 2003; Farah, 2004; Camurça, 2002). Aqui, percebemos como a *focalização* feminina, dentro do PBF, pode ser tomada como um exemplo que ilustra essa tendência, porque a titularidade é veiculada como um mecanismo que garante o foco na criança, enfraquecendo a compreensão da titularidade como percurso estratégico para tencionar as relações de poder hierarquizadas e conjecturar ações específicas indicadas na força política do debate da *feminização da pobreza*.

Certamente, resgatando a titularidade feminina no debate de gênero, dentro da vertente de focalização feminina e constituição de direitos, veríamos o potencial de questionamento sobre relações de poder, por exemplo, no bojo das relações conjugais dessas titulares, no âmbito da esfera reprodutiva e não um reforço da instrumentalização de mulheres pobres, no combate à pobreza.

Na última seção desse capítulo, discutiremos sobre as condicionais do PBF, divulgadas como ampliação no acesso das famílias, inte-

grantes do Programa, aos direitos sociais básicos (saúde, educação e assistência social) e oportunidades de rompimento do ciclo intergeracional de pobreza.

Veremos que essas condicionalidades estão restritas aos cuidados da mulher-mãe para com os filhos em relação à vacinação e frequência escolar, o que, dentro do debate de Gênero e Desenvolvimento, reforça análise de reducionismo da *focalização feminina* no PBF, numa perspectiva de eficiência de gênero. Frisaremos formas *reatualizadas da* abordagem *bem-estar* (uma das abordagens Mulheres e Desenvolvimento) dentro do PBF, reforçando simbologia de que a criação dos filhos é o papel mais efetivo para as mulheres dentro do discurso político sobre o desenvolvimento social do país.

Condicionalidades do PBF: frequência escolar e vacinação das crianças

Pela ótica governamental, as condicionalidades do Programa Bolsa Família são argumentadas como reforço ao acesso a direitos básicos de saúde, educação e assistência social e oportunidades de rompimento do ciclo intergeracional de pobreza (Brasil, 2010; Currello, 2010; Soares; Sátyro, 2010). O guia de acompanhamento das condicionalidades do PBF apresenta objetivamente o âmbito desses serviços, no qual é visualizada priorização de ações voltadas para as crianças e gestantes/nutrizes, em decorrência também do cuidado infantil:

Na área de **Educação**, para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos: a matrícula e a garantia da frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal. Para os adolescentes de 16 e 17 anos, além da matrícula, deve-se observar a garantia de pelo menos 75% da frequência escolar mensal. Na área de **Saúde**, os compromissos dos pais ou responsáveis são: manter atualizado o calendário de vacinação das crianças menores de sete anos e levar as crianças para pesar, medir e serem examinadas, conforme o calendário do Ministério da Saúde. As gestantes e mães que amamentam devem par-

ticipar do pré-natal e ir às consultas na unidade de saúde. E após o parto, devem continuar o acompanhamento da própria saúde e do bebê, além de participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento e alimentação saudável. Na área de **Assistência Social**, o compromisso é a frequência mínima de 85% da carga horária relativa às ações de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos pelos municípios para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco de trabalho infantil no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)” (Brasil, 2010:11, grifos meus).

No tocante às condicionalidades, as mulheres pesquisadas comentam sobre frequência escolar dos filhos, responsabilidade feminina em não deixar os filhos faltar aulas, e manutenção do cartão de vacinação das crianças. Especificamente relatam as condicionalidades com a possibilidade de suspensão do benefício e/ou exclusão do Programa, tais como nos relatos de **Lívia** e **Eva**:

Lívia: Na metade do ano teve a inscrição, onde o meu menino estuda. Eu vou fazer. Só que agora a escola está exigindo dos meninos, para Bolsa Família, dos que são mais comportados, mais quietos, que estudam, que não tenham faltas. Pronto, esse colégio que meus meninos estão não pode ter faltar, porque toda sexta-feira a diretora pega o caderno e vai ver as notas, as faltas e quem estar presente todo dia. Aí toda sexta-feira ela tira esses documentos e manda já para Brasília. Todas essas coisas vão para Brasília. Eu mesma com essa bolsa família, eu não posso deixar meu menino faltar direto. E se faltar, for por médico, alguma coisa, tenho que levar o atestado, a declaração [Entrevista, abril, 2012].

Pesquisadora: E na área da saúde, tem alguma atividade?

Lívia: Eles [agentes de saúde] vêm todo ano aqui em casa. Esse ano eles já vieram já. Eles vêm saber se a criança está estudando, o peso, o tamanho. Todo ano elas vêm saber para confirmar e preencher os documentos [Entrevista, abril, 2012].

Eva: Bolsa família é para manter os meninos no posto, fazer consulta... Tem que levar os meninos no posto. É também porque a agente de saúde manda também para os encaminhamentos deles [refere-se aos registros de saúde

enviados ao Programa]. As vacinas tem que estar tudo em dia, se atrasar aí corta o Bolsa Família! [Entrevista, janeiro, 2013].

Os relatos de **Cristina** e **Virgínia** apontam também cobrança da frequência escolar e atualização do cartão de vacinação, acrescidos de concordância com a exigência das condicionalidades em função da saúde e permanência das crianças na escola:

Cristina: É uma obrigação que até mesmo é bom para gente, porque ter cartão de vacina atualizado, ter seu filho na escola é bom. É bom o que eles estão exigindo. Muitas mães não pensam em mandar o filho para escola por educação e sim pelo dinheiro, mas pelo menos o filho está na escola [Entrevista, setembro, 2013].

Virginia: Mesmo sem a Bolsa família tem que colocar o menino para estudar, vai aprender mais. É certo cobrar da gente [refere-se a condicionalidade de frequência escolar e vacinação das crianças]. Meus meninos tudo, é tudo certinho as vacinas deles. Mas é isso aí, independente do Bolsa Família é um direito da criança de vacinação [Entrevista, setembro, 2012].

Especialmente **Jurema** e **Joana** descrevem as penalidades de suspensão do benefício pelo não cumprimento da frequência escolar e consulta das crianças no posto de saúde. No caso de **Joana**, um erro de registro no cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) ocasiona a suspensão do benefício.

Jurema: Assim, minha bolsa família foi cortada, porque meu filho tinha saído do colégio, aí cortaram [...] Só aí depois de um tempo, quando eu matriculei na escola aqui no Coque, depois de uns dois meses que eu recebi de novo [...] [Entrevista, dezembro, 2012].

Joana: Passei três meses sem receber. Aí fui perguntar por quê?: “Porque você não está se consultando no posto [Posto de Saúde – USF] perto da sua casa”. Porque é posto, é falta no menino no colégio, eles cortam a Bolsa [Bolsa Família]. Eu estava levando meu filho para consulta, mas com

o cartão do Português [refere-se a um hospital privado, que realiza atendimentos ambulatoriais pelo SUS], lá no ambulatório, eu me consulto ali. Aí marcaram o cartão de um mês para o outro, eu nem me preocupava de marcar pediatra dos meninos no posto [USF] aqui do Coque [Entrevista, maio, 2012].

Na interconexão entre políticas sociais e relações de gênero, análise sobre condicionalidades apontam como os programas da transferência de renda que toma a família como unidade de intervenção podem contribuir para perpetuação da mulher e do feminino como sinônimo de família, por meio da idealização de atribuições tradicionalmente imputadas à mãe e à dona de casa, e que historicamente tem reforçado o lugar subalterno da mulher na sociedade capitalista (Mariano; Carloto, 2013; Carloto, 2012, 2006, 2004; Carloto; Mariano, 2010, 2009, 2008; Duque-Arrazola, 2010; Freitas; Barros; Braga, 2010; 2013; Mesquita; Freitas, 2013; Barbosa, 2012; Klein, 2007).

No debate sobre formas e discursos nos quais as mulheres pobres são incluídas e o seu contraposto de exclusão dos homens dentro das condicionalidades geridas pelo PBF, Mariano e Carloto (2009:49) apontam o “risco de cristalização das posições sociais de gênero, e, portanto do *status* desigual das mulheres atadas aos papéis tradicionais relacionados à esfera reprodutiva, em oposição às funções masculinas projetadas, idealmente, para esfera produtiva”.

Nesse sentido, os relatos das responsabilidades com as condicionalidades descritas pelas mulheres pesquisadas no Coque apontam maneiras como esses discursos sobre feminilidade e maternidade, captados nos regimentos do PBF sob a alegação de reforço nas ações no combate à pobreza, podem reforçar as simbologias das relações entre casa, família, cuidado e mulheres.

Particularmente, a menção sobre exigências da frequência escolar e cartão de vacinação dos filhos, além de apontar a ausência de políticas que privilegiem educação e saúde destinada às mulheres titulares, também

revelam como a formatação do PBF pode, na conjunção dos discursos sobre *eficiência de gênero*, *reatualizar* a abordagem *bem-estar* (delineada no conjunto de abordagens da MED), na ratificação de que a maternidade é o papel mais importante para mulheres (leia-se mulheres pobres) na sociedade e a criação dos filhos é o papel mais efetivo para essas mulheres, dentro do desenvolvimento social. Assim, o Programa acaba por reafirmar a díade mãe-filho e colocar a solução para o bem-estar das famílias pobres em mãos femininas, dentro de ausência de reflexões sobre as desigualdades geradas pelas hierarquizações das esferas produtiva e reprodutiva.²

Na abordagem de gênero, dentro de uma perspectiva de direitos das mulheres, continuaremos a analisar, no próximo capítulo, restrições políticas do Programa acrescentando análise sobre o percurso das mulheres titulares do PBF, dentro dos serviços de saúde reprodutiva.

Tal análise, certamente, não implica pleitear a inclusão do planejamento reprodutivo entre as condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família. Relembramos aqui os polêmicos discursos da ex-ministra Emília Fernandes (Secretaria de Políticas para as Mulheres), na tentativa de defesa da exigência de planejamento familiar como contrapartida dos beneficiários pelo PBF - “A paternidade atuante e consciente precisa ser tema discutido neste país. É impossível que mulheres e homens continuem colocando crianças no mundo para morar nas ruas, debaixo das pontes, [e viver] na prostituição, nas drogas” [Folha de São Paulo – 06/Janeiro/2004]. Na época, foram registradas diversas críticas à forma coercitiva de planejamento reprodutivo proposta para os pobres e

2 Em discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (2011), a representatividade da mulher no êxito do Programa Bolsa Família é discursada como meio de desenvolvimento do país - “Dos quase 13 milhões de benefícios que nós distribuímos atualmente, 93%, ou seja, quase tudo, é responsabilidade das mães de família. A mulher pega o dinheiro do Bolsa Família e vai comprar o alimento, mantém os filhos na escola e cuida da saúde deles. Essa mulher, está ajudando a construir o futuro dos seus filhos, e também o futuro do Brasil” discurso acessado em <http://blog.planalto.gov.br/reajuste-do-bolsa-familia-marca-comemoracoes-do-mes-da-mulher/18/03/2013>.

quaisquer tentativas de controle de fecundidade daqueles selecionados para inserção no PBF. Efetivamente foi descartada qualquer exigência de planejamento familiar como condicionalidade de recebimento do PBF (Alves, 2006).

Passada uma década do fato, nas análises sobre as trajetórias reprodutivas e *foco* nas crianças dentro do PBF, apontaremos o outro extremo dessa trama, tão grave quanto qualquer tentativa de cerceamento do controle de natalidade, entre mulheres pobres. As mulheres titulares do PBF procuram controlar o número de filhos, vislumbrando melhores possibilidades de condições de vida para as mesmas (e seus filhos) e não encontram políticas efetivas e integradas que possibilitem o exercício dos direitos reprodutivos.

Fecundidade, Bolsa Família e Direitos Reprodutivos

Um dos principais cálculos de distribuição de benefícios do PBF é estruturado de forma que o valor destinado a cada família é vinculado ao número de filhos(as), ou seja, quanto maior o número de crianças (0-12 anos) e adolescentes (13-15 anos), maior o valor do auxílio repassado, com limites de recebimento de cinco benefícios variáveis por crianças e dois benefícios vinculados aos adolescentes¹.

¹ Segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a regulamentação do PBF estabelece os seguintes tipos de benefícios: Benefício Básico: R\$ 70,00 (Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 70); Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 32,00 (Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade); Benefício Variável à Gestante: R\$ 32,00 (Pagamento de nove parcelas consecutivas - A identificação da gravidez tem que ser notificada no SUS); Benefício Variável Nutriz: R\$ 32,00 (Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses - Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 38,00 (Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos). Disponível: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso: 16 de maio de 2014.

Estudos demográficos sobre a relação entre fecundidade das classes populares e o Programa Bolsa Família vão argumentar que ter um desenho prónatalista não equivale a afirmar que, na prática, o programa tenha o efeito de aumentar as taxas de fecundidade no país (Alves; Cavenaghi 2013, 2012; Simões, Soares, 2012; Signorini; Queiroz, 2012).

Com utilização de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS, 2006), Simões e Soares (2012) defendem que o formato do PBF com exigências de condicionalidades e limite na concessão de benefícios, por número de filhos, não estimula aumento na taxa de fecundidade. Tal fator pode ser explicado pelos custos de cumprimento das condicionalidades não compensarem o valor do benefício por criança adicional (até maio de 2014, o benefício variável de famílias por criança era de R\$32,00 e de R\$38,00 por filho adolescente).

Na comparação entre taxas de fecundidade de mulheres beneficiárias e não beneficiárias elegíveis ao Programa (em referência as mulheres cadastradas no CadÚnico, mas que não são contempladas para ingresso no PBF), não são observadas diferenças significantes. Assim, Simões e Soares (2012) defendem a evidência de efeito negativo do PBF na fecundidade, sugerindo que “o custo de cuidado aos filhos já nascidos não é compensado por transferências extras para filhos adicionais. O fato de não haver aumento na demanda por filhos sugere que o valor do auxílio concedido não é suficientemente atrativo para aumento da fecundidade” (Simões; Soares, 2012:458).

A partir de estudo, de base demográfica, com mulheres beneficiárias do PBF no Recife (PE), Alves e Cavenaghi (2012, 2013) apontam também que o valor do benefício não é relatado como significativo na decisão de ter filhos. Especificamente, relatam que ter cônjuge morando no domicílio e grau de formalidade do emprego feminino está mais diretamente relacionado com o índice de fecundidade. “As mulheres, em geral, não têm mais filhos para entrar no PBF, mas entraram no programa porque tiveram mais filhos, aquelas mulheres pobres que tiveram mais filhos se qualificam nos critérios estabelecidos para ter o benefício”

(2013:40). Como os critérios estão relacionados com a renda *per capita* da composição familiar, quanto maior o número de crianças na família, menor índice de renda familiar e conseqüentemente maior possibilidade de ingresso no PBF.

Ressaltamos que tais estudos demográficos sobre taxas fecundidade e formatação do PBF, em parte, colocam em questionamento críticas veiculadas sobre Bolsa Família, na afirmação de que o Programa incentiva o aumento de número de filhos em famílias pobres².

Na conversa com as interlocutoras do Coque, escutam interpretações em relação a forma de cálculo dos benefícios variáveis na relação entre número de gestações/filhos e ingresso/permanência no PBF. Elas informaram que escutam, de forma recorrente, discurso de que as mulheres pobres estão tendo mais filhos por conta do PBF, mas ao mesmo tempo, também teceram críticas em relação à elevação do número de filhos por conta do Programa Bolsa Família.

Ao comentar sobre uma vizinha que tem três filhos e recebe benefício do PBF, **Lívia** fala, por exemplo, que: [...] *ter muitos filhos pensando no Bolsa Família é uma ilusão, o povo aqui sai dizendo que se tiver mais filhos o Bolsa Família cria, mas não dá* [Diário de Campo, visita domiciliar, maio, 2012]. Em conversa com **Eva e Joelma**, ambas também nomeiam como *furada* a lógica de elevar número de filhos em decorrência do auxílio financeiro do PBF ou do Programa Bolsa Escola.

2 Como exemplificação do debate sobre veiculação dessa crítica, trazemos uma das respostas políticas de representante do Ministério do Desenvolvimento Social. Na agenda de ações de comemoração dos 10 anos do PBF, em reportagem ao jornal inglês *The Guardian* [matéria de reportagem - *Brazil's cash transfer scheme a source of empowerment for women*, 18/12/2013], a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, com base em dados do IBGE sobre queda da taxa de fecundidade de mulheres pobres (30%) ter sido menor do que em outras classes sociais (20%), destaca como inverídico o mito de que o PBF estimula aumento de número de filhos. Na mesma reportagem, a ministra informa como repercussão de empoderamento feminino no PBF a ampliação da possibilidade de comprar e usar contraceptivos. Obviamente, essas informações precisam ser colocadas em análise, mas aqui o que queremos exemplificar é o debate acerca das críticas veiculadas sobre o Bolsa Família.

Neste capítulo, na compreensão das trajetórias de vida reprodutiva entre beneficiárias do PBF a partir de dados etnográficos que delineiam trajetórias marcadas por diversos obstáculos contraceptivos, colaboramos para desmistificar o discurso que relaciona o aumento do número de filhos entre mulheres pobres e o ingresso no PBF para garantia de renda financeira. A arguição de que as mulheres ingressam no PBF porque têm mais filhos (e não a via contrária) é um dado também reafirmado em nossa pesquisa. No entanto, aqui avançaremos no debate sobre *como* e em *quais contextos reprodutivos* esse ingresso/permanência acontece, dentro da reflexão sobre direitos reprodutivos entre mulheres titulares do PBF.

No contexto que aglutina, por um lado, estudos que apontam que a elegibilidade da mulher como beneficiária é maior para mulheres que possuem maior número de filhos e, por outro, alegações em relação ao discurso de que o PBF incentiva o aumento de fecundidade, a abordagem da trajetória reprodutiva dessas mulheres permite conhecermos os percursos que relacionam vida reprodutiva e inserção/permanência no PBF.

Analisaremos as trajetórias reprodutivas de **Lívia** (28 anos, três filhos – 06, 03 anos e filha recém-nascida), **Cristina** (20 anos, três filhos – 05, 02 anos e uma filha recém-nascida), **Jurema** (28 anos, seis filhos – 12, 11, 10, 8, 4 anos e filho recém-nascido), **Eva** (29 anos, quatro filhos – 11, 09, 04 anos e filha recém-nascida), **Diana** (25 anos, dois filhos – 02 anos e filho recém-nascido) e **Joelma** (25 anos, três filhos – 11, 02 anos e filha recém-nascida), que em comum relatam inserção no PBF após nascimento dos filhos e ampliação do benefício dentro de consecutivas gestações e nascimentos das crianças.

Certamente a primeira impressão sobre número e idade dos filhos pode nos conduzir à interpretação de aumento de número de filhos e busca por ampliação do benefício, o que poderia reforçar discurso de que o Bolsa Família incentiva a fecundidade. Contudo, veremos que

muitas dessas gravidezes ocorreram de forma não planejada e indesejada, dentro do que se nomeia *reveses* da contracepção entre mulheres pobres (Citeli; Melo e Souza; Portella, 1998; Portella *et al*, 2008), que delineiam trajetórias reprodutivas marcadas por caminhos de ineficiência de serviços qualificados de planejamento reprodutivo e prejuízos à saúde da mulher.

Na primeira seção, debateremos o uso de contracepção reversível realizado em contexto de ineficiência de serviços de saúde, ocasionando em decorrência de gravidez de filhos não planejados. Na segunda, o debate explicita obstáculos e negação no acesso aos serviços de contracepção definitiva. Os relatos delineiam em quais contextos as mulheres vão tendo gravidezes (não desejadas), ingressam no PBF e continuam ampliando o número de filhos. Tais relatos nos auxiliarão a problematizar a limitação do Programa Bolsa Família, na relação entre titularidade feminina e acesso aos direitos reprodutivos, no bojo das condicionalidades na área da saúde.

Trajetoórias reprodutivas: *reveses* na contracepção reversível

Entre os métodos contraceptivos reversíveis comentados por **Cristina, Lívia, Jurema, Joelma, Diana e Eva** estão a *inje o* (contraceptivo hormonal via venal) e pílulas anticonceptivas (contraceptivo hormonal via oral). O uso de preservativo masculino   mencionado em ocasiões particulares (por exemplo, em situa o de reconcilia o conjugal, em face da suspensão da inje o hormonal) e não configura contraceptivo habitual nos relatos femininos.

Realçamos que a experiência contraceptiva das mulheres em rela o às negocia es com os parceiros   atravessada por diversas dimensões de poder (representatividades de mulher, estabilidade de relacionamentos, faixa etária, condi es econ micas e profissionais...) e que os métodos de

prevenção ainda recaem majoritariamente sob responsabilidade feminina.³ Nesse âmbito, estudos em classes populares apontam que, tanto sob a perspectiva feminina quanto a masculina, a camisinha masculina é associada mais diretamente às infecções sexualmente transmissíveis e seu uso como método contraceptivo, dentro das relações estáveis, é limitado a determinadas situações e, em geral, não configura método rotineiro (Portela *et al*, 2008; Quadros, 2004; Fernandes, 2003).

O uso de contraceptivo hormonal é marcado por desconhecimento do modo de funcionamento do corpo feminino, uso incorreto e automedicação, solidificado por contexto de assistência reprodutiva inadequada e não qualificada dentro dos serviços públicos de saúde reprodutiva. Vejamos relatos de **Cristina, Jurema e Lívia**.

Num intervalo de cinco anos, **Cristina (20 anos)** engravida três vezes de forma não planejada, trajetória que se distancia do seu objetivo, no período da adolescência: *“fui muito boba, abestalhada, eu queria vida de princesa, pensava ‘vou me casar com um homem que tenha muito dinheiro, viajar muito, ter filho com 30 anos...’. Quer dizer 30 menos 14. Dois meninos e uma menina com 20 anos, não é?”* [Entrevista, Setembro, 2012]. Após separação do primeiro casamento, com dois filhos, fez cadastro no CadÚnico para inclusão dela e seus filhos no PBF. Recebe benefício há dois anos e no período da pesquisa, relata receber R\$134,00. Pretende incluir também a terceira filha (do segundo relacionamento conjugal) no cadastro, tendo em vista ampliação do valor monetário recebido.

3 O que não significa dizer que os homens estão ausentes na contracepção. Em pesquisa com homens de grupos populares recifenses e contracepção, Quadros (2004) argumenta que quando o assunto é contracepção existe, por parte dos homens, constante presença, de diferentes formas e pesos, nas decisões e práticas contraceptivas. Entre homens casados, a escolha de esposa com boas aptidões domésticas e pouca experiência sexual; ausência do uso constante do preservativo; preocupação com a prática contraceptiva nos momentos de complicações com métodos reversíveis mais usados pelas companheiras (pílula e injeção) e /ou nos casos de interferências de métodos sobre a saúde mulher; e usos de preservativo nas práticas sexuais, fora do casamento, corroboram os argumentos de participação masculina nos processos contraceptivos.

Cristina menciona que usa pílula e injeção como métodos de contracepção. Sobre a pílula fala que “*tomava remédios*”, porém mesmo assim engravidou do primeiro filho. Durante o primeiro relacionamento (entre 15 e 17 anos) relata que tomava o “*remédio apenas nos dias em que mantinha relações sexuais*”. Na descrição de sua terceira gravidez revela que engravidou, mesmo tomando injeção. As falas são caracteristicamente marcadas por um tom de desconfiança, como se o método não gozasse de muita eficácia: “*engravidou mesmo tomando injeção, tomei num mês, no outro estava passando muito mal, foi quando fui fazer exame de sangue e deu positivo*” [refere-se ao teste de gravidez] [Entrevista, Setembro, 2012].

Observamos relato semelhante em **Jurema** (28 anos), mãe de seis filhos. Afirma que a terceira e quarta gravidezes foram indesejadas, não planejadas e ocorreram mesmo com o uso de injeção contraceptiva. Ela tem seu primeiro filho aos 16 anos, e, consecutivamente, aos 17, 18 e 20 anos tem mais três filhos. Também fez uso de automedicação: “*depois do primeiro tomava remédios [refere-se às pílulas] e depois passei a tomar injeção, mas que o povo diz que mesmo tomando injeção engravida, foi assim comigo, com o nascimento das minhas filhas*” [3º e 4º filhas] [Entrevista, dezembro, 2012].

Segundo as mulheres pesquisadas, o uso de automedicação é concretizado em contexto de recorrente indisponibilidade de medicação contraceptiva na USF da comunidade. Então, elas relatam fazer aquisição e autoaplicação de contraceptivo hormonal, comprados em farmácia ou adquiridos por doação de outras familiares. Certamente, o uso de contraceptivo hormonal sem a devida orientação e assistência médica contribui para ineficácia da contracepção.

Jurema é beneficiária do PBF desde 2008, quando tinha quatro filhos. No ano de 2011, período concomitante com nascimento do 5º filho, foi contemplada também com o Programa Bolsa Escola. A partir da junção de ambos, recebe cerca de R\$650,00, no cartão do Bolsa Família. O nascimento do quinto filho (primeiro filho com o segundo companheiro) também não foi planejado e a gravidez ocorre em contexto de automedicação contraceptiva feita pela própria mulher. Jurema tenta um aborto, mas não tem

êxito. No relato da gravidez do sexto filho, compreendida como desígnio religioso em sua vida, sobretudo como castigo por tentativa de aborto anterior mal sucedida, compreendemos percurso da quinta gravidez:

Jurema: Desse meu sexto filho, a camisinha estourou... Quatro horas da manhã eu tive relação, oito horas da manhã eu estava no posto [Posto de Unidade de Saúde da Família - SUS], tomei a pílula... Comprimido. O primeiro eu tomei lá no posto mesmo. A doutora disse que eu estava assegurada porque é até 72 horas após a relação, e com 4 horas... Mas eu já sabia que eu ia ficar grávida [...] Quando eu peguei o resultado, vim até em casa chorando... Me joguei na cama, chorei de dia, chorei de noite... Mas vai fazer o que? Deixar! Encomendei Citotec [refere-se à medicação para aborto] Eu encomendei... Eu tomei desse meu quinto filho. Tomei quatro. Mas ela era gêmea... Aí morreu um menino. Aí o menino que morreu está vindo agora... Deus sabe o que faz, e a gente não sabe o que diz. Tomava a injeção certinha dessa que veio gêmea, então se Deus me deu, vou querer saber que vou criar mais um! [Entrevista, dezembro, 2012].

Com foco na relação entre titulares do PBF e assistência reprodutiva para as mulheres, o que queremos frisar é que não observamos relato de oferta de serviços de planejamento reprodutivo que auxiliassem **Jurema** e **Cristina**, enquanto titulares do PBF, no acesso a direitos reprodutivos e consequente apoio em utilização de método contraceptivo eficiente. O que vemos é uma tentativa unilateral feminina, que dentro de suas possibilidades de evitar gravidez não desejada, lida mais com os *fracassos* dessas possibilidades do que com a garantia de evitar gravidezes indesejadas. Quando mencionam a utilização de medicamentos contraceptivos, não observamos respaldo de assistência de serviço público de planejamento reprodutivo, apenas uma tentativa isolada por parte feminina.

Os relatos de **Lívia (28 anos)** apontam outro aspecto da experiência das interlocutoras com os serviços de saúde reprodutiva disponíveis: a qualidade dos serviços ofertados. Após nascimento do primeiro filho, **Lívia** tinha pretensão de ter mais um filho. No entanto, ficar grávida com o primeiro filho ainda pequeno foi ocorrência não planejada, contextualizada com indicação médica incorreta.

Lívia: Toda vida meu plano foi esse. Só ter dois! De preferência um casal, aí Deus me deu um casal, e me deu mais esse aqui também. Depois de três anos, aí fiquei grávida pela segunda vez. Da menina foi assim, eu queria de novo engravidar, mas não com meu menino pequeno. Eu já tinha planejado de ter outro, mas não agora. Ele nem três anos ainda tinha. Foi quando eu fui para o médico fazer a minha prevenção, aí acusou que eu estava com cisto no ovário. O médico pegou, eu estava tomando remédio [pílula anticonceptiva] de novo, e mandou eu parar. Mandou eu ficar tomando os antibióticos que ele passou para mim. Eu acreditei na palavra dele e parei de tomar o remédio. Ele disse que eu não engravidava: “esse cisto no ovário é anos e anos de tratamento, você não vai engravidar!”. Eu parei um mês, no outro mês eu estava grávida. Mas eu não fiquei triste não, fiquei alegre. Não queria naquela hora. Era para ter ela agora, depois que ele tivesse uns seis anos. Que ele já estava grande. Aí aconteceu e ela veio antes [Entrevista, abril, 2012].

Sem intenção de debate sobre usos de pílula anticonceptiva e efeitos sobre a saúde feminina, o que deve ficar frisado no relato, descrito por Lívia, sobre formação da *massinha* pelo uso continuado do método hormonal e consequente procedimento médico são os efeitos dos *reveses* que delineiam a ocorrência da segunda gravidez de forma não planejada. *Reveses* que também abrangem ineficiência na assistência de saúde reprodutiva e incluem, por exemplo, falta de diálogo/comunicação dos profissionais de saúde (que informasse modo de funcionamento do ciclo reprodutivo) e formação profissional adequada, que ofertasse assistência qualificada, e consequente garantia de direitos reprodutivos.

O planejamento de fazer a esterilização feminina foi então mobilizado por **Lívia**, na ocorrência da segunda gravidez: “*Eu já não queria mais, estava bom!*” Mas novamente os *reveses*, que agora incluem procedimentos ineficientes referentes à laqueadura tubária vão levá-la a ficar grávida pela terceira vez, mesmo após a cirurgia de esterilização.

Lívia não fornece muita informação sobre o percurso do primeiro procedimento de esterilização feminina. Sabemos que a cirurgia ocorreu depois do segundo parto, tal como podemos apreender a partir de sua fala sobre sexualidade e resguardo: “*Lá no curso a colega falando do resguardo...*”

[refere-se ao curso de gestantes e discussão sobre relação sexual após o parto] *Do menino eu passei quatro meses sem nada. Da menina a mesma coisa. Da minha ligação a mesma coisa. E desse aqui, pronto, vai ser a mesma coisa de novo*". No tocante à laqueadura, as falas sobre o engravidar, mesmo após a cirurgia, tomam todo o discurso. A situação é interpretada como a realização de um milagre: "*Esse aqui já veio por milagre viu*".⁴ Lívia não sabe informar que tipo de procedimento foi feito na primeira cirurgia de esterilização, mas em conversa sobre expectativa de eficácia com a segunda ligação afirma querer corte literal das trompas, para ter a certeza de que não vai engravidar novamente. A proximidade com Lívia começa no percurso da terceira gravidez, a partir da qual pudemos acompanhar o itinerário para realização da segunda laqueadura tubária, dentro do planejamento de não querer mais filhos.

Na próxima seção, debateremos especificamente os obstáculos da contracepção definitiva. Por hora, frisamos que a ocorrência da primeira gravidez conduz Lívia para inclusão no PBF. Ela recebe o benefício há pouco mais de 05 anos – cadastramento realizado alguns meses após o nascimento de seu primeiro filho. Iniciou o benefício recebendo cerca de R\$ 70,00 reais. No momento da pesquisa, a quantia era de R\$ 134,00 reais. Informa que assim que seu terceiro filho nascer, vai pegar o registro de nascimento e adicionar em seu cadastro [refere-se ao CadÚnico] para receber valor correspondente ao número de três filhos crianças.

Nas trajetórias de **Cristina**, **Lívia** e **Jurema** observamos experiências de acesso *ineficiente* aos serviços públicos de planejamento reprodu-

4 De forma geral, a técnica mais comum de esterilização feminina é a ligação de trompas (laqueadura tubária) realizada por oclusão com ligaduras, grampos ou anéis por meio de eletrocoagulação. Na maioria das vezes, o acesso às trompas é feito pelo abdômen, por procedimentos de laparotomia (requer internação, aplicação de anestesia e tempo de recuperação mais prolongando, em comparação com os outros procedimentos), minilaparotomia (dispensa internação, inclui deslocamento de trompas, separação com corte e ligação) ou laparoscopia (por meio de instrumento óptico, oclusão dentro do abdômen, com grampos ou ligaduras, sem remoção de tecidos, método que permite maiores chances de reversibilidade). Em cesáreas, geralmente o método Irving é o mais utilizado (remoção de uma seção de cada trompa e sutura, com rara chance de reversão) (Costa, 1995 *apud* Dalsgaard, 2006).

vo que contemplam: *descontinuidades* na oferta de medicação contraceptiva (na medida em que as mulheres informam que precisam comprar a medicação contraceptiva, em função das descontinuidades do serviço no PSF), falta de serviço qualificado e de diálogo/ comunicação da equipe de saúde com as usuárias, que pudesse garantir assistência adequada.

Obviamente esses *reveses* contraceptivos compõem, em graus de variância, cenários e experiências entre mulheres de grupos populares dentro dos serviços de saúde pública relacionados com saúde reprodutiva (ver Heilborn *et al*, 2009; Arilha; Berquó, 2009; Costa; Guilhem; Silver, 2006). Em pesquisa com objetivo de verificar as condições de acesso das mulheres aos serviços relacionados com planejamento familiar e métodos contraceptivos no Brasil, Costa, Guilhem e Silver (2006) ratificam restrições ao acesso e à oferta dos serviços de planejamento familiar em todas as regiões do país, ressaltando problemas relativos à disponibilização de métodos contraceptivos, assistência e práticas educativas que garantissem informações e tecnologias para o exercício das escolhas reprodutivas das mulheres que acessam os serviços de saúde pública.

Na especificidade de nossa pesquisa, frisamos que a compreensão do ingresso das mulheres no PBF e o aumento de números de filhos consecutivos a esse ingresso, como nos casos relatados, não pode desconsiderar as experiências femininas contextualizadas nos serviços/assistência de saúde disponíveis. Nesse sentido, refletimos que a relação entre mulheres pobres, número de filhos e ingresso/permanência no PBF abrange dimensões que extrapolam discurso simplificado de que “as mulheres pobres têm mais filhos como meio de ingresso/permanência no PBF e obtenção de renda financeira”.

Na continuidade da análise das trajetórias reprodutivas, vamos observar que as mulheres titulares do PBF não somente encontram obstáculos na contracepção reversível, como também no acesso à contracepção definitiva via laqueadura tubária, dentro dos serviços de saúde reprodutiva. Dados que nos auxiliam a alargar o contexto no qual se concretiza relação entre serviços de saúde disponíveis e trajetórias reprodutivas de mulheres titulares do PBF. Seguimos para a próxima seção.

Trajетórias reprodutivas: *reveses* na contracepção definitiva

No curso de quase duas décadas de implementação da Lei de Planejamento Familiar (nº 9.263/96) e legalização da esterilização cirúrgica dentro do SUS, estudos vão apontar diversos fatores que provocam dissonâncias entre as determinações legais e procedimentos adotados no âmbito da saúde pública: interpretações incorretas da lei, com regulamentações específicas, dentro dos estados e municípios, que tendem a restringir⁵ ainda mais os critérios de acesso à esterilização feminina e masculina⁶; alta burocratização (documentações, longo tempo de espera entre solicitação e cirurgia, sobretudo para esterilização feminina); resistência de aceitação dos profissionais de saúde sobre os critérios legais, especialmente os critérios etários; falta de estrutura física e de recursos humanos nas unidades e ambulatórios para ações de planejamento familiar e iniciação dos procedimentos no sistema de saúde pública (Berquó; Cavenaghi, 2003; Osis *et al* 2003, 2009; Portter *et al*, 2003; Vieira; Ford, 2004; Marcolino, 2004; Carvalho *et al*, 2007; Vieira; Sousa, 2009; Luiz; Citelli, 1999).

De forma geral, as mulheres entrevistadas também afirmam dificuldade para efetivação do procedimento de esterilização feminina. Ora o êxito em conseguir contracepção definitiva aparece como elemento de

5 A Portaria nº. 144 do Ministério da Saúde regulamenta a esterilização cirúrgica e trata do artigo 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.263 7, referente ao parágrafo 7o do Artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. No tocante a esterilização, o artigo principal da lei (Art. 10), prerroga que: “Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 25 anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso ao serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce” (Brasil, 1997).

6 Segundo os estudos de Berquó e Cavenaghi (2003:144), “a interpretação incorreta da lei mais comumente encontrada é a combinação dos critérios sobre idade e número de filhos, onde o critério 25 anos “ou” dois filhos é substituído por 25 anos e dois filhos” e em algumas regulamentações observa-se até mesmo aumento da idade e número de filhos exigidos. Segundo Dalsgaard (2006), em Pernambuco, norma técnica indica 25 anos de idade e dois filhos.

sorte, dentro do que observamos como tentativa exitosa de agenciamento feminino nas relações com os profissionais de saúde, no momento de realização do parto cesáreo. Ora escutamos relatos que apontam efetivo processo de negação do direito à esterilização. Vamos aos relatos de **Eva, Lívia, Cristina, Joelma e Diana**.

No período da pesquisa, **Eva** (29 anos) estava em seu segundo relacionamento marital, tem três filhos (em idades de 11, 9, 4 anos) e estava grávida do quarto. Quando o segundo filho tinha cerca de dois anos, Eva ingressou no Programa Bolsa Família. No mesmo ano, há cerca de sete anos, não lembra com exatidão, recebe o benefício unificado com outro programa de transferência de renda – o Bolsa Escola Municipal (PBEM). Os benefícios vêm aumentando com a ampliação no número de filhos, ao todo recebia R\$ 650,00 (na aglutinação do PBF e PBEM), na ocasião da pesquisa.

Vale destacar que Eva se declara contrária ao discurso de que as mulheres têm mais filhos para ingressar no PBF: “*Esse negócio de ter filho porque tem bolsa escola ou bolsa família é furada, o governo fica... [faz a expressão de folgado], e a gente tem que cuidar das crianças*” [Diário de Campo, visita domiciliar, dezembro, 2012].

Nos projetos reprodutivos, Eva pensava em ter apenas um casal de filhos: “*Se eu pensasse direitinho só tinha tido um casal... Porque tem que ter estrutura para criar filho!*” Nessa estrutura, demarca condições materiais adequadas (habitação, alimentação e vestuário) para criação e oferta de melhor futuro para os filhos, com destaque para maior dificuldade em ser de cor negra.

Eva: Graças a Deus, liguei agora [após o quarto filho e quarta cesárea conseguiu realizar laqueadura tubária [...]] Criar filho não é só leite e massa... Por isso que digo a eles [filhos], estude, estude porque no estudo pelo menos você vai conseguir ser alguma coisa na vida, ter onde morar, onde comer! Estude mesmo principalmente a gente que é negro, que é muito discriminado...e negro burro... Pode ser três negros, mas se tiver um branco cheio de tatuagem ainda vale mais do aquele negro... [Entrevista, janeiro, 2013].

Segundo Dalsgaard (2006), historicamente dentro da era do *Biopoder* e da lógica do controle dos corpos, as mulheres pobres incorporaram o papel que lhes imputaram como cidadã responsável e introjetam os ideais de que os filhos não devem apenas sobreviver, mas se tornar bons cidadãos, além da noção de não ser somente um corpo fértil, mas um corpo fértil regulado, o que garantem a regência de comportamentos responsáveis. Nesse sentido, compreendemos a fala de Eva dentro do que se nomeia como *maternidade responsável*, entre mulheres de grupos populares.

Observamos que Eva tenta se mostrar como *mãe responsável*, quando informa que criar filho não é só *leite e massa* e incentiva os filhos a estudar, principalmente na condição de ser pobre e negro. No mesmo relato, acrescenta que procurou fazer a *ligação*, o que reforça nossa compreensão da simbologia de maternidade responsável, na condição de mulher pobre. Contudo, veremos que as experiências femininas no acesso aos direitos reprodutivos, dentro dos serviços de saúde pública, caminham por percursos que posicionam a esterilização feminina no âmbito da *sorte* em detrimento ao *direito*.

Em visita domiciliar, **Eva** informa que teve de acessar serviço privado de ultrassonografia para diagnosticar a quarta gravidez, pois o serviço prestado pelo SUS realizou diagnóstico de doença uterina e não de gravidez:

Eva: Quando fiz ultrassom, a técnica disse que eu estava com um cisto, depois de um tempo a barriga mexeu muito, mexia muito, então eu disse: pronto virou mioma! Estava quase para tirar o útero, juntou também que tive um sangramento com a morte do meu irmão [assinado por traficantes de drogas]. Aí fiz outra ultrassonografia, agora pagando, a primeira tinha sido pelo SUS, aí a médica disse que não tinha nada de cisto, era criança mesmo [Diário de Campo, visita domiciliar, dezembro, 2012].

Durante essa conversa, chega **Joelma**, amiga de Eva, e continuamos a falar sobre gravidez. Pergunto se Eva pensa na possibilidade de esterilização. A resposta aponta o elemento de *sorte* no acesso aos direitos reprodutivos:

Pesquisadora: Eva, você não pensa em fazer ligação?

Eva: Eu quero pegar um bom plantão [refere-se a pegar um médico que queira ligar]. No mesmo momento, Joelma comenta que uma amiga dela deu sorte, na segunda gravidez, o médico perguntou se ela queria ligar, e ela fez a ligação logo. Joelma pergunta se Eva providenciou os papéis [refere-se à documentação de encaminhamento para ligação e termo de ciência do companheiro]. Eva então nos diz que o marido não quer que ela ligue: ele ainda quer ter um filho homem, tem duas, agora vai ter três meninas com essa [refere-se à sua barriga]. Joelma de pronto fornece resolutiva: mulher, lá na hora [durante o parto] se perguntarem se tu é casada, tu diz que é solteira e coloca o nome do teu irmão para assinar. Depois tu diz ao teu marido que te ligaram e tu só soube depois [Diário de Campo, visita domiciliar, outubro, 2012].

Os diálogos com Eva e Joelma ilustram experiência de distanciamento de garantias dos direitos reprodutivos entre as pesquisadas. Experiência que certamente fere o alcance de direitos básicos de cidadania, tais como discutidos por Barsted (1998), nos quais os direitos reprodutivos devem também contemplar discussões sobre escolhas reprodutivas que fazem parte de projetos de vida e exercício de poder feminino sobre seu corpo. Parafraseando Barsted (2005), ainda se faz plenamente urgente o reconhecimento dos direitos reprodutivos, para além do campo legal. A ideia de ter direitos tem de ser efetivada e implementada de forma a legitimar sua consolidação. A luta por acesso a ações de planejamento reprodutivo, entre os quais a esterilização feminina, deve articular autonomia das mulheres à garantia de uma sociedade mais democrática e mais respeitadora da liberdade, que reconheça os direitos das mulheres.

Historicamente sabe-se que as questões relativas à esterilização feminina transitam entre debates sobre opressão feminina, manipulações políticas das escolhas reprodutivas (permeada na relação entre políticas de desenvolvimento e populacionais) e defesa da esterilização feminina como direito reprodutivo e direito de escolha voluntária e livre das pessoas (Barsted, 1998; Hita; Silva, 1998).

No Brasil, Barsted (1998) aponta que as contradições desses argumentos foram arremetidas na dificuldade de articulação entre a defesa de direitos individuais e direitos coletivos, num contexto social fortemente marcado pelas desigualdades e por movimentos sociais (entre os quais o feminismo brasileiro), que no bojo de lutas por condições democráticas tenderam a polarizar (mais do que a complementar) questões coletivas e individuais. Tal conjuntura, de certa maneira, colocou empecilhos no processo de reconhecimento da legalidade da esterilização voluntária e no exercício de projetos reprodutivos das mulheres.

No posicionamento desse debate, ratificamos compreensão da esterilização feminina como escolha reprodutiva, configurada como campo de mobilização política de cidadania e justiça social feminina. Parafraseando Ávila e Correia (2003), dizemos que a busca pela esterilização feminina é uma das formas de incidir sobre o histórico “desposuimento de si” experimentado pelas mulheres na esfera do corpo como lugar de anatomia e heteronomia, paradigmaticamente na biologização do feminino no social.

Assim, no contexto que não concretiza legitimação de escolhas reprodutivas, compreendemos que as indicações de omissão da relação marital (como indica **Joelma**, no relato anterior) corporifica tentativa de agenciamento sobre o próprio corpo feminino. Nas múltiplas operações de discursos e práticas de prestígio e poder de gênero em jogo observamos que, na possibilidade de potenciais de desordens e sítios de resistências (Ortner, 1996), **Joelma** parece indicar a **Eva** alguma estratégia de agenciamento para conseguir burlar a apresentação do termo de ciência do cônjuge, o qual deve ser apresentado na ocasião de solicitação da esterilização feminina⁷.

Após o parto, na ocasião de outra visita, Eva relata o êxito de conseguir realizar a esterilização como uma *benção divina*, um *presente de natal*.

7 Segundo o §5º do artigo 10 (que dispõe das condições para esterilização voluntária) da Lei do Planejamento Familiar (nº 9.263/96): na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.

Pesquisadora: Pergunto sobre laqueadura e Eva relata a benção divina de conseguir a ligação. [...]

Eva: Quando cheguei foi um presente de natal, o médico perguntou se queria fazer logo ligação e eu disse que era o que mais queria, e perguntou se eu estava com documentação e eu disse que não, mas ele perguntou se eu queria mesmo fazer a ligação e disse com a Graça de Deus, porque já tem quatro filhos e não tenho como criar tanto filhos, aí ele disse então eu vou fazer [Diário de Campo, janeiro, 2013].

Durante a entrevista, Eva fornece mais detalhes sobre o processo de realização para laqueadura tubária e as informações reforçam a compreensão de *providência divina*, pelo fato dela ter conseguido pegar um *bom plantão*, como havia desejado.

Pesquisadora: Mas como foi o processo da tua ligação...

Eva: Esse negócio aí... Foi Deus mesmo que trabalhou na causa de gente [...] O doutor perguntou se eu pensava em ligar “pensa em ligar mãe?” Penso. Aí ele perguntou: “Você fez seu pré-natal onde?”, respondi: “no posto doutor perto da minha casa”. “E lá tem planejamento familiar, tem?”. Aí falei que: “a doutora falou em ligação, mas só depois que eu tirasse o resguardo”. Ele perguntou: “Você tem interesse em ligar?”, Na hora disse: “Eu queria um doutor enviado por Deus!” Aí ele disse: “Então, vai ser seu presente de Natal viu? Vou lhe ligar!” Que benção! [Entrevista, janeiro, 2013].

Advinda de relação conjugal e de assistência com médica em PSF (que lhe negam solicitação para tentar realizar esterilização na ocasião do quarto parto cesáreo), observamos que Eva interpreta o êxito em conseguir realizar sua esterilização no campo da *sorte*. Lembramos que o companheiro de Eva recusa assinatura de consentimento para esterilização feminina, porque deseja ter um filho homem (tem três filhas mulheres) e que a médica do PSF informa que só disponibilizará indicação para procedimento após o parto. Assim, na ocasião do parto, observamos que Eva tem de lançar mão de estratégias de agenciamento para conseguir ter um

direito reprodutivo garantido⁸, na medida em que nos informa necessidade de apelar para sua condição de pobreza (que é mencionada como empecilho para ter mais filhos) e fatores divinos (que posicionam o médico como um *anjo*, já que ele é um *enviado* de Deus).

Vemos percurso semelhante nos relatos de **Lívia**. Em um das visitas domiciliares, **Lívia** conversa sobre a necessidade de ter que fazer sua cirurgia de esterilização, no momento do parto. Imersa em realidade de efetivos obstáculos para esterilização feminina, sua fala expressa a importância de se fazer “tudo de uma vez” – parto cesáreo e laqueadura tubária. Nesse contexto, a indicação da norma técnica que não recomenda esterilização durante cesárea não tem sentido. Sair de casa duas vezes, mudar toda a rotina diária, ser hospitalizada, ficar em pendência com cuidados da casa e filhos, enfrentar dois períodos de recuperação, arriscar (com altos graus de possibilidades) não ter outra oportunidade de realizar a esterilização, não faz sentido para sua realidade de vida.

Percebemos a concretude dos obstáculos no relato de tentativa *fracassada* de agendamento da laqueadura tubária, via SUS, mesmo em posse de documentos de autorização da cirurgia disponibilizados por profissional de saúde da Unidade de Saúde da Família que assiste a comunidade:

Lívia conta que hoje foi para maternidade agendar sua cesárea e sua ligação, mas não teve êxito e fala em tom de revolta: “a recepcionista me atendeu muito mal, dizendo que não podia fazer esse agendamento e era até crime, eu falei que já tinha até o documento da assistente social, dizendo que onde eu tivesse filho era para mostrar esse documento para os médicos e já fazer a ligação na mesma cirurgia. Mas, na verdade sei que só não consegui agendar porque não tenho peixada [refere-se a pessoas que sejam

⁸Em prerrogativa da Lei do Planejamento, cabe ressaltar que é vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores. No caso de Eva, a equipe médica do PSF, na qual a mesma solicita previamente documentos de encaminhamento para esterilização, parece nem sequer realizar avaliação clínica considerando riscos de consecutiva gravidez após quatro partos cesáreos e especificidades de riscos relacionados com a saúde de Eva (que menciona problemas de saúde em relação às mudanças hormonais para trabalho de parto).

suas conhecidas dentro da maternidade que possam lhe servir de auxílio], falei com minha vizinha [que é uma pessoa de referência para a comunidade, que tem proximidade com a equipe médica que atende em uma das Unidades de Saúde da Família da área] para falar com a doutora desta USF, que também já trabalhou lá [refere-se à maternidade], vamos ver se assim eu dou mais sorte” [Diário de Campo, visita domiciliar, maio, 2012].

Mesmo preenchendo os pré-requisitos previstos na Lei (28 anos de idade, grávida do terceiro filho e em posse de documento indicativo da laqueadura durante o parto), a tentativa de acessibilidade aos direitos reprodutivos de Lívia é vetada. O diálogo com uma vizinha ratifica a *inacessibilidade*:

Durante a conversa, uma vizinha, pergunta “tu faz ligação é?”. Respondo que não, e Lívia comenta que quer fazer junto ligação e cesárea. Mas a vizinha a desanima “vai ser difícil... Eles só estão fazendo agora com quatro filhos” [Diário de Campo, visita domiciliar, maio, 2012].

A confirmação sobre a exigência de quatro filhos para realização da ligação tubária, no âmbito das maternidades locais, está fora do alcance desta pesquisa. Porém, o que ressoa da conversa cotidiana é a simbologia de inacessibilidade à esterilização, solidificada em face dos diversos obstáculos de acesso à contracepção definitiva.

9 Segundo Roberto DaMatta (1997), a *casa* e a *rua*, enquanto categorias sociológicas, são de fundamental importância para a compreensão da sociedade brasileira. É impossível “ler” o Brasil sem tomar os ângulos da *casa* e da *rua* (e do *outro mundo*, do sobrenatural). As leituras, pelo ângulo da *casa*, enfatizam a pessoa (processos/situações, com alto cunho emocional). A leitura, pelo ângulo da *rua*, é o contexto da lei, da norma, da impessoalidade (emoção disciplinada). Nas interconexões entre a *casa* e *rua* na sociedade brasileira, os modelos de operação da cidadania se vinculam mais diretamente com a esfera da casa e suas características (relacional, culturalista e/ou familística). Em seus termos “isso nos faz entender porque os brasileiros sempre navegam socialmente realizando um cálculo personalizado de sua atuação. Assim antes de ir a qualquer agência pública, a norma e a ‘sabedoria’ indicam sempre que se deve descobrir as nossas relações naquela área” (DaMatta, 1997:83). Ao fazer referência a não ter *peixada* e recorrer a *pegoas conhecidas* para agir dentro da instituição de saúde, Lívia indica os percalços sofridos de quem não tem relacionamentos *necessários* para ter *sorte* na situação.

Em visita domiciliar, após o nascimento da filha, durante preparação do almoço, Lívia menciona que conseguiu fazer a segunda laqueadura tubária durante realização do terceiro parto. Observamos que o elemento *sorte* (em detrimento de “acessibilidade a direitos”) também é trazido para justificar o êxito de seu planejamento de não ter mais filhos.

Lívia fala da cesárea [...]. Pergunto se conseguiu fazer a ligação e ela me afirma que foi para Olinda [Cidade vizinha ao Recife] para fazer o parto e ligação juntos: “A doutora foi muito boa, **eu tive muita sorte**, eu fiz o maior pranto... Conteí da minha situação: que já tinha feito uma ligação, mas engravidei de novo por milagre, que não trabalho, só recebo Bolsa Família... Quando ela afirmou que ia fazer a ligação, aí pronto eu chorei mais ainda, mas agora de feliz” [Diário de Campo, visita domiciliar, agosto, 2012].

Nota-se que o êxito de conseguir a esterilização é interpretado como *bondade* da médica, integrante do serviço público. Assim como no relato de **Eva**, observamos que sem lançar mão de estratégias de agenciamento, que tentam convencer a equipe médica da condição de pobreza, enquanto titular do PBF e do *milagre* de engravidar (em face do procedimento ineficiente da primeira laqueadura tubária), certamente **Lívia** não teria êxito na solicitação de esterilização, no momento do terceiro parto cesáreo. Inclusive, ressalta-se que em termos de parâmetros legais, ela atendia a todos os critérios exigidos nas normativas médicas e estava de posse de documentos indicativos para realização da esterilização.

A partir de pesquisa etnográfica com mulheres pobres residentes em comunidade de Camaragibe (Recife/PE), Dalsgaard (2006) discorre sobre esterilização feminina como uma maneira de controle feminino e experiências de reconhecimento, fatores que transbordam a compreensão da esterilização como método de controle de natalidade. No mosaico social (pobreza, sociedade de consumo, falhas do Estado Brasileiro em oferecer variadas formas de contracepção, experiências mal sucedidas com métodos reversíveis hormonais), as diversas gestações indesejadas burlam as expectativas de responsabilidade e autocontrole que os múltiplos sociais ensinam para a

vida de mulheres pobres. Assim, “a intervenção cirúrgica transforma-se em meio para lidar com essa fraqueza, e mudando o próprio corpo, as mulheres lutam por ser reconhecidas como membros dignos da própria sociedade que tantas vezes as trata com desprezo e violência” (Dalsgaard, 2006:286).

Assim, no jogo entre *reveses* contraceptivos e estratégias femininas, observamos que **Eva** e **Lívia** tentam efetuar *dribles* e possibilidades de ação. No cenário de vida que burlam as expectativas de *mulher responsável*, a busca pela esterilização feminina e *apelos* emotivos nas relações com os agentes sociais contribuem para reflexão de como, relegadas ao campo da *sorte* em detrimento de *direitos*, as mulheres tentam formas de *infiltração*, dentro dos jogos de dominação e resistência, que possam transformar o histórico percurso de mulheres pobres, maternidade e número elevado de filhos.

A escolha pela esterilização feminina não encerra um comportamento simplesmente passivo; ao contrário, o fenômeno é processado com significados próprios no imaginário feminino. Nesse sentido, corroboramos com a argumentação de Serruya (1993) quando menciona que:

Na construção histórica da esterilização, se a imagem da mulher que recorria à esterilização começava a ser construída como a de uma mulher rica, instruída, e portanto, inteligente: tem poucos filhos; criava-se a sua antítese no extremo oposto – mulher pobre, ignorante e portanto burra: todo ano tem um filho [...] na apropriação de um comportamento de outra classe, as mulheres de baixa renda passaram a ver na ligação de trompas a possibilidade de igualarem-se em condições (pelo menos no comportamento) com as mulheres de alta renda, transformando sua imagem social, a realização da cirurgia tem também o significado de estabelecer uma ponte entre dois mundos (Serruya, 1993:60).

Na compreensão da busca pela esterilização feminina mais do que ver submissão podemos ver também agenciamento nas formas com que as mulheres usam os meios dos sistemas de saúde postos a sua disposição para se sentirem capazes de algum poder de escolha sobre si. Esterilização feminina também implica a sensação de controlar a própria vida. Assim, a *conquista* da esterilização passa a simbolizar uma vida estruturada, inclusão

social e poder, em oposição às referências de instabilidade, exclusão social e impotência. As mulheres enxergam na esterilização uma forma de mudar seus “eus” e sua vida via esterilização, dessa maneira, almejam serem reconhecidas como membros dignos em seu meio social. Além de uma questão de controle no plano simbólico e imaginário, nas relações sociais dos grupos populares, o reconhecimento é crucial para a sobrevivência social e física e a esterilização assume maior *status*. (Dalsgaard, 2006).

Contudo, situadas no campo da *sorte* (como o termo nomeia, jogo volátil de perdas e ganhos), mulheres podem conseguir (ou não) êxito nas suas tentativas de agenciamento feminino, na busca da possibilidade de transformação e reconhecimento de maternidade responsável. Nesse contexto, diferentemente de **Eva** e **Lívia**, os relatos de **Diana**, **Cristina** e **Joelma** apontam efetiva negação ao direito de esterilização feminina, dentro do serviço público, mesmo na tentativa de agenciamento feminino para conseguir êxito em obter a contracepção definitiva.

No período da pesquisa, **Diana** (25 anos) estava grávida do seu segundo filho. O primeiro tinha dois anos. Durante a entrevista, informa que recebe R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) do PBF e que depois do nascimento do segundo filho, vai fazer a inclusão do mesmo e terá aumento do benefício. A previsão é que passe a receber cerca de R\$ 170,00 (cento e setenta reais).

Diana deseja fazer a esterilização feminina durante o segundo parto cesáreo, mas nos primeiros contatos durante o pré-natal na maternidade, a médica já indica negação do procedimento, mesmo diante de documentos de autorização para laqueadura tubária advindo de profissionais do sistema básico de saúde, pela USF (que informam históricos de 02 abortos espontâneos e riscos à saúde de **Diana**, na ocorrência de terceira gravidez). Ao sair da casa de **Cristina**, no caminho até a parada de ônibus, encontramos **Diana**:

[...] Ela comenta que conseguiu fazer a ultrassom para saber o sexo do bebê: “Gisa é menino, fiz lá no Ibura [Bairro do Recife-PE], se não for particular, demora muito. Marquei consulta estava com três meses, agora

estou com cinco meses e agora que chegou o dia da consulta no IMIP [refere-se ao Instituto Materno-Infantil de Pernambuco - hospital onde realiza o seu pré-natal, via SUS], a médica disse que não vai fazer a ligação. Disse que só é a segunda cesárea, só se fosse a terceira ela disse que fazia. Mas eu disse que tinha encaminhamento da enfermeira aqui do posto [refere-se ao Posto de Saúde da Família instalado na Comunidade] e ela falou: pois quem encaminhou que vem fazer, eu não faço só com a segunda cesárea. Mas me abrir de novo, depois da cesárea... Só vou fazer ligadura com um ano" [Diário de Campo, setembro, 2012].

No relato sobre dificuldade de acesso aos serviços de pré-natal (como realização de exames) e impeditivo médico de realizar a laqueadura tubária, mesmo com indicação de outra equipe médica para procedimento contraceptivo, realçamos como o caminho de **Diana** para efetivar o planejamento de não querer mais filhos é dimensionado no campo *sorte* (e neste caso, *sem sorte*, já que a médica veta possibilidade de realizar esterilização feminina) e não do direito reprodutivo.

Durante visita na casa de sua mãe, ao mostrar as roupas do bebê, **Diana** ratifica os planos de sua ligação no momento de realização do parto cesáreo. Ao mencionar diálogo com sua tia, expõe seu desejo de não se *encher* de filhos, tendo em mente a sobrecarga feminina com a maternidade e as condições de pobreza da sua casa, que não comporta muitos filhos:

Ao mostrar as roupas do bebê, **Diana** me diz que depois desse segundo filho não quer mais filhos e comenta: "minha tia mesmo não queria que eu ligasse? Diz que estou muito nova, porque vai me prejudicar. Aí eu disse, Deus me livre, a senhora é doida, minha casa bem pequenininha eu vou encher de menino [Diana, marido e filho moram em casa de um cômodo, cedido pelo sogro]. Quem fica cheia de menino sou eu, quero não, eu botei na minha cabeça que se for cesárea vou ligar. Se não conseguir ainda volto com um ano porque não vou fazer uma cirurgia em cima da outra, não é?" [Diário de Campo, visita domiciliar, outubro, 2012].

Diana não consegue ser esterilizada durante o parto do segundo filho e nem consegue marcar procedimento de esterilização feminina de-

pois de um ano do filho nascido. Assim, nem atendendo aos parâmetros de idade e número de filhos (como previstos em Lei do Planejamento Familiar, para autorização da esterilização feminina) e nem a posse da documentação que valida indicação do procedimento contraceptivo são suficientes para possibilitar acesso à contracepção definitiva. Esta experiência pode também ser adicionada ao cenário dos *reveses* contraceptivos entre mulheres pobres.

Cristina, na tentativa de não ter mais filhos, após o nascimento terceiro (na ocorrência dos *fracassos* com os métodos reversíveis) busca informações para realização da laqueadura tubária. Mas, novamente, assim com no diálogo com a vizinha de **Lívia**, as prerrogativas de ter no mínimo quatro filhos para conseguir tentar o procedimento contraceptivo mínguem suas chances. Na ida à Unidade de Saúde, que assiste a comunidade, o enfermeiro nega a entrega de documentação indicativa da esterilização, para encaminhamento dentro da maternidade.

Cristina: Fui ao posto, mas o enfermeiro me disse que só ia me dar o papel da ligação com quatro filhos, só que aí uma colega minha disse: “Cristina, minha irmã fez a ligação dela, aí quando ela chegou na maternidade, ela chorou, chorou, chorou e fizeram. E foi o mesmo caso da menina, também ia ser cesárea, com três filhos” [Entrevista, setembro, 2012].

Se, por um lado, dentro dos encaminhamentos legais, **Cristina** não encontra possibilidade de obter documentação indicativa para laqueadura, por outro, uma colega também tenta ensinar alguns *dribles* e formas de comportamentos, que apelem para dimensões emocionais entre mulher e equipe médica, na hora do parto, e que podem oportunizar a efetivação da laqueadura.

Na ocasião da terceira cesárea, os *apelos emotivos* não oferecem a mesma sorte de **Lívia** e **Eva**. Na aglutinação dos condicionantes de falta de documentação indicativa da Unidade de Saúde e não autorização do companheiro para procedimento de esterilização feminina, a médica não cede à solicitação de **Cristina** para realizar a laqueadura tubária.

Cristina: [...] A médica começou a perguntar pela quantidade de filho, perguntou se algum médico do posto, tinha me dado algum papel para ligação, disse que não, aí eu disse: “Mas eu quero fazer minha ligação, eu não trabalho, vivo de Bolsa Família”. Ela disse: Mas e seu esposo, esse é seu primeiro com ele? Quantos anos você tem, ele tem quantos? Ele tem outros filhos? Aí eu fui dizendo, tem outros três filhos, mas moram com a ex mulher dele... Um tem 10, a outra tem sete e a outra tem seis anos. Aí a médica disse: Olhe, eu sinto muito, mas eu não vou poder fazer sua ligação, porque no seu caso seu esposo tinha que vim aqui assinar por causa da sua idade, e você mora com ele, e só ele para assinar. Porque se eu ligar e ele quisesse ter algum filho, e ele me processasse? Aí eu ia responder processo por que eu fiz sua ligação sem autorização do seu esposo”. Aí foi ruim, eu queria fazer minha ligação, mas não consegui [Entrevista, setembro, 2012].

Na trama de agenciamento de **Cristina**, a tentativa de *convencimento* é rapidamente desfeita. Aqui, mais precisamente retoma-se que os históricos de contradição que marcam *liberdade* e *repressão* dentro dos debates sociojurídicos sobre os direitos reprodutivos (Basterd, 1998) parecem, na atualidade dos anos 2000, continuar a enquadrar as mulheres pobres, agora titulares do Bolsa Família, na dimensão mais limitadora desse pólo: a repressão!

O diálogo sobre situação de vida, experiência de maternidade, dificuldade relatada sobre condição de provimento, dependência de um programa de transferência de renda é desvalidado na ausência de termo de consentimento do companheiro para realização da esterilização feminina. Assim, observamos como os *reveses* continuam a retardar o êxito da construção dos direitos reprodutivos e reatualizam práticas históricas de “desposuimento de si” experimentadas pelas mulheres (Ávila; Correia, 2009; Ávila, 2002a; 2002b).

Após o parto do terceiro filho e tentativa *fracassada* de solicitação da esterilização, o sentimento de frustração de **Cristina** é expresso recorrentemente, durante convivência na pesquisa. Possivelmente ela antevê mais *reveses* de contracepção, previsões que englobam, em questão de

poucos anos, mais filhos. Frente à impossibilidade de realização da laqueadura tubária, durante ocasião do parto, a médica indica procedimento de esterilização em momento posterior.

Cristina: Aí eu acabei não fazendo minha ligação... A médica era até um pouco legal, disse para eu procurar um hospital depois do meu resguardo para poder marcar minha ligação. Agora só depois do resguardo. Uns quatro meses. Mais daqui a quatro meses, ela disse que eu ia ter que fazer os exames, que é obrigatório, para poder fazer cirurgia. Aí meu Deus, conseguir marcar aquele negócio de coração, sangue é uma resenha. Para me abrir de novo depois de quatro meses de cesárea não dá! [Entrevista, setembro, 2012].

Entende-se que a expressão “*não dá*” contempla parco vislumbramento de conseguir a esterilização depois da cesárea e muitas dificuldades pela frente: dificuldades estruturais dentro do sistema público de saúde e restrição das ofertas de esterilização; dificuldades para autorização, realização e devolutiva de exames pré-operatórios (requeridos para esterilização pós-parto); dificuldades de mobilidade entre espaços públicos de saúde; dificuldades de saída da casa com filhos pequenos.

Assim, de modo geral, entendemos que o diálogo etnográfico permite maior compreensão de *como* as mulheres tentam efetivar as expectativas de *maternidade responsável*, mas continuam a se deparar com obstáculos que reforçam os *reveses* contraceptivos. Aqui, no contexto de titulares do PBF, com o agravamento dessas mulheres estarem suscetíveis a formulação de discurso simplista que associa ampliação do número de filhos na busca de ingresso e/ou ampliação do benefício e permanência no Programa.

Ratificamos que as mulheres não têm mais filhos para ingressar no PBF, antes observamos uma trilha inversa. No debate sobre *como* e em quais *contextos reprodutivos* acontecem o ingresso e permanência no PBF, arguimos que é infundado relegar às mulheres pobres discursos de que elas têm muitos filhos como meio de ingresso no PBF e obtenção de renda financeira.

Nesse sentido, problematizamos as limitações do Programa Bolsa Família, na relação entre titularidade feminina e acesso aos direitos reprodutivos. Ratificamos que a *ineficiência* na assistência reprodutiva, que repercute diretamente na vida das mulheres beneficiárias do PBF, impõe desafios para a proposição de *condicionalidade* na área de saúde, arregimentada na proposta do Programa.

Para receber o benefício, as famílias assumem compromissos relacionados com o acesso dessas famílias a direitos sociais básicos, a chamada *condicionalidade* do benefício, como visto no capítulo anterior. Na área da saúde, as condicionalidades enfatizam serviços públicos relacionados com saúde da criança e da mulher nutriz (referente ao período de aleitamento materno). Dessa forma, ratificamos como o reducionismo da *focalização feminina* no PBF está associado a uma perspectiva de *eficiência de gênero*, que reforça o posicionamento do lugar da mulher dentro do Programa apenas como mãe, inviabilizando proposição de ações de assistência que poderia promover melhoria no acesso aos direitos reprodutivos das titulares, incluindo a escolha de planejar a trajetória reprodutiva em relação aos métodos contraceptivos, número de filhos desejados, períodos da gestação e/ou mesmo a escolha de não querer ter mais filhos dentro desta trajetória.

As trajetórias das mulheres titulares do PBF evidenciam a necessidade de promoção e implementação de políticas integradas de serviços de saúde, que não permitam que a garantia dos direitos reprodutivos seja sobrepunjada por *reverses* da contracepção entre mulheres pobres. *Reverses* que abrangem ineficiência na assistência de saúde reprodutiva, solidificando experiências que lidam com falta de acesso permanente a contraceptivos reversíveis, ausência de informações qualificadas sobre ciclo reprodutivo, oferta de assistência não qualificada e não eficiente na garantia de contracepção, bem como experiência de contracepção irreversível relegada ao campo da *sorte*, dentro de um sistema público de saúde.

Na compreensão de que o percurso de legitimação da titularidade feminina no PBF também é formatado no cenário de mobilizações do

movimento feminista pela promoção de políticas de gênero vemos como a avaliação do PBF demanda indicadores avaliativos que permitam análise entre titularidade feminina e acesso a direitos reprodutivos.

Contudo, como mencionado nos objetivos desta pesquisa, dirigimos nossa atenção não apenas para os processos de reprodução, mas também para possibilidades de transformação das relações de gênero, no contexto do PBF e titularidade feminina. Vimos, até então, discussão que corrobora para ênfase no que tange a reprodução do histórico percurso que associa mulheres pobres, casa e cuidado com as crianças, dentro do debate de políticas de desenvolvimento, mulheres e gênero.

No próximo capítulo, aprofundando o debate sobre a possibilidade de transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina no PBF, traremos experiências que permitem visualizar a formulação de estratégias femininas no tocante a associação entre recebimento de recurso financeiro e potencialidades de maior autonomia feminina, na relação entre âmbito produtivo e reprodutivo. Debateremos o segundo eixo de discussão da pesquisa: inserção produtiva, titularidade feminina no PBF e jogos de agência feminina, que esboça processo de autonomia/empoderamento.

Empoderamento, Bolsa Família e Inserção Produtiva

Nesse capítulo, apoiado na triangulação analítica que aglutina *recursos, agência e realizações* (Kabeer, 1999; 2005) para avaliação do processo de empoderamento, vamos analisar relações entre recebimento de renda monetária, inserção na esfera produtiva, conciliação com o ciclo de vida familiar e processo de empoderamento feminino. Na integração da perspectiva de *Jogos Sérios* – que entrelaça discussão sobre agência e poder (Ortner, 2006b) – e triangulação analítica para avaliação de processo de empoderamento (Kabeer, 1999, 2005) colocamos em análise o segundo eixo analítico da pesquisa: inserção/qualificação produtiva, estratégias de agência e processo empoderamento dentro do PBF.

Na primeira seção, descrevemos as trajetórias na esfera produtiva das mulheres pesquisadas. Essa descrição vai permitir entender como o aces-

so ao mercado de trabalho, pelas pesquisadas, é marcado por trabalhos informais com remuneração irregular e/ou subremuneração, incluindo situações de trabalhos vexatórios e degradantes.

Na segunda seção, analisamos o enredamento dessas trajetórias com o percurso de inclusão no PBF e debatemos sobre possibilidades de autonomia, via empoderamento feminino. Veremos que na formulação de estratégias femininas, a partir da condição de titularidade do PBF, as mulheres, em alguma medida, nos falam da possibilidade de rejeição aos postos trabalhos mais desvalorizados/subremunerados e ampliação da possibilidade de procura por empregos formais, que ofereçam direitos trabalhistas.

Por fim, com base em crítica advinda das mulheres, discutimos a condição de *temporalidade* do benefício do PBF (condicionado a faixa etária das crianças e adolescentes na família) e relatos sobre ausência e/ou ineficiência de políticas de formação e qualificação profissional, que viabilizassem maior acesso aos postos de emprego formal. Argumentaremos que poderia existir solidificação do processo de autonomia (processo, como veremos, mobilizado pelas próprias mulheres, no contexto da titularidade) se a formação do PBF contemplasse, dentro de uma abordagem política de gênero, concretizando também propostas de qualificação profissional e geração de renda entre as mulheres pobres.

Trajetórias produtivas

As trajetórias produtivas das mulheres pesquisadas são marcadas por trabalhos informais com remuneração irregular e/ou subremuneração. Caracteristicamente, mencionam experiências em serviços domésticos (na ocupação de faxineira/diarista); trabalhos em bancas de Jogo de Bicho, localizada na comunidade; ocupação de camareira em motéis; e trabalhos como cozinheira ou auxiliar de serviços gerais em bares. Diversos relatos nomeiam: i) ocupações compreendidas como degradantes e vexatórias; ii) trabalhos que colocam em risco a saúde física e psicológica das

mulheres; e iii) dificuldades de conciliação de inserção/permanência na esfera produtiva com o ciclo de vida familiar. Vejamos relatos de **Jurema**, **Diana**, **Joana**, **Severina**, **Joelma**, **Cristina** e **Eva**.

Por volta dos 20 anos de idade e quatro filhos crianças **Jurema** (28 anos) tem seu primeiro trabalho remunerado em um motel, como camareira. O local de trabalho é mencionado como insalubre, devido à disponibilização de materiais inadequados para realização da função. Inclusive relata ocorrência de demissão, em virtude de adoecimento relacionado com as condições trabalhistas.

Jurema: No meu primeiro trabalho, eu cheguei a trabalhar num motel de camareira. Depois eu saí porque eu não aguentei por causa dos produtos de limpeza, que eram muito fortes, e eu tenho asma, tenho cansaço. O dono comprava só a essência e ele mesmo fazia, ficava muito forte. Eu cheguei a ficar doente, fiquei um dia sem ir, aí mandei avisar, ele disse que não foram avisar. Quando foi no outro dia que eu cheguei lá o dono disse que tinha feito minhas contas. Também eu não ligue não, que eu nem tinha carteira assinada. Até hoje esse motel não assina carteira de nenhuma camareira. Junto tem outro motel, que é menor e assina carteira, mas esse dono não assina, é clandestino mesmo e para pagar misericórdia, é uma demora. Aí eu também não fiz questão [Entrevista, dezembro, 2012].

Na nomeação de *trabalho clandestino*, **Jurema** aponta o caráter de informalidade do trabalho que deveria ser formalizado com assinatura da carteira e também informa as irregularidades no uso de produtos de limpeza disponibilizados para as trabalhadoras. Essa clandestinidade acomete a saúde de Jurema, que se ausenta e é demitida em função de ocorrência gerada entre doença e falta ao dia trabalho. Dessa forma, a demissão é discursada como um prejuízo menor, na compreensão dos riscos que degradam a saúde, com inviabilidade de permanência adicionada com as irregularidades na remuneração.

A irregularidade de pagamento pelo trabalho exercido também é mencionada na trajetória de **Diana** (25 anos). Na única experiência de emprego fora de casa, como vendedora em um quiosque de água de

coco, instalado dentro de um supermercado no bairro de Boa Viagem, relata atrasos e dificuldades de recebimento financeiro pelo trabalho realizado: “*Trabalhei, antes de eu engravidar de Pedro [primeiro filho], mas foi só uns três meses. Mas o patrão para pagar misericórdia! O homem era tão bom de pagar que não pagou nem ao supermercado, aí foi retirado do local! Ele não pagou nem o aluguel*” [Entrevista, agosto, 2012].

O segundo posto de trabalho de **Jurema** é de faxineira/diarista em domicílio. Os trabalhos de faxineira/diarista das mulheres pesquisadas são realizados a partir de *acordos* (o termo é usado em contraposição ao termo *contrato*, que conota legalidade trabalhista) com as *patroas*. Majoritariamente, esses trabalhos são realizados em residências localizadas em bairros como Boa Viagem, Piedade e Candeias (bairros litorâneos e de alta concentração de renda da Região Metropolitana do Recife).

No trabalho em domicílios, a *indicação* informal é a principal via de acesso para os *acordos* de trabalho. Dessa forma, as indicações de familiares, que também trabalham como faxineiras, constitui importante meio de conseguir trabalho. A fala de **Jurema** explicita a ocupação de faxineira, em gerações femininas dentro de sua família e, ao mesmo tempo, relata como essa perpetuação é mantida no ciclo de indicação:

Jurema: Minha mãe ficava trabalhando numa casa de família, minha mãe sempre trabalhou de faxineira em Candeias. Tinha uma moça que tinha chegado de São Paulo, aí estava precisando de uma pessoa para fazer faxina, minha mãe foi e arrumou pra mim. Eu fiquei indo, era muito longe, passei mais de cinco meses na casa dessa menina. Num era carteira também não, era fazendo faxina, mas ela me ajudou [Entrevista, dezembro, 2012, grifo nosso].

Certamente, a compreensão dessa *ajuda* tangencia recebimento de auxílios que dinamizam os jogos de negociação de benefícios extrassalariais e troca de serviços não vinculados no acordo de trabalho, dentro dos serviços domésticos, entre patroas e empregadas. No caso de Jurema, conversas

informais vão mencionar, sobretudo, recebimento de roupas “*que não dava mais na patroa*” e alimentos “*que iam ficar estragados na geladeira*”.

Além do caráter de informalidade, o relato também apresenta a dificuldade de conciliação do trabalho fora de casa com o cumprimento das atribuições femininas, dentro da casa. No trecho “*Eu fiquei indo, era muito longe, passei mais de cinco meses na casa dessa menina*”, ressalta-se que a compreensão da distância geográfica parece perpassar uma série de elementos que são ponderados dentro dos cálculos entre trabalho, características do ciclo de vida familiar e responsabilidade materna. Na menção da distância geográfica, os cálculos parecem adicionar as condições de trabalho com baixa remuneração e ajuda recebida, tempo de realização de atividades, deslocamento trabalho-casa, caráter de informalidade e não garantia de direitos trabalhistas.

No intercurso de inserção produtiva, **Jurema** tem mais um filho, somando-se aos quatro filhos anteriores do primeiro casamento. O número de filhos também vai aparecer como um fator considerável nos cálculos entre trabalho fora de casa e ciclo de vida familiar, intensificando a dificuldade dessa conciliação.

Na oportunidade de trabalho com valor remunerado maior e fixo, no próprio bairro, geograficamente próximo à casa da mãe, onde as crianças eram cuidadas durante o dia, **Jurema** vai trabalhar em banca de Jogo de Bicho: “*eu fui e entrei na banca de bicho. Era aqui perto da casa da minha mãe. Era um salário mínimo e ainda tinha comissão. Não tinha carteira assinada, mas o salário era certo*”. Ela informa que passou três anos nesse trabalho (entre 2009 e 2011) e sua saída foi ocasionada por conflitos com a gerência. Vale salientar que esses conflitos foram incitados por discussão acerca de dispensa de dia de trabalho, em função de cuidados maternos, e falta de reconhecimento do empenho, por parte dessa gerência.

Jurema: *Passei três anos na banca de Jogo de Bicho. Eles ainda querem que volte. Eu pedi minhas contas. Eu pedi por causa da gerente, eu discuti com a gerente e não estava aguentando. Ela era muito cheia de frescu-*

ra. Um dia minha filha foi socorrida, que ela tinha convulsão. Avô dela socorreu, ligou para mim chorando. Independente de morando com avó é minha filha. Eu fiquei desesperada querendo ir, aí eu liguei para gerente, ela disse tome um remédio e se acalme que eu não posso fazer nada! Eu deixei a Banca aberta e fui embora para o hospital. [...] No outro dia alguém ligou para ela e disse que eu não estava. Aí toda vez meu dinheiro vinha descontado, eu não aguentei mais... Porque ela vivia discutindo comigo no telefone, qualquer coisa discutia. Se eu chegasse 10 minutos atrasada, já pegava no meu pé, já devido a esse problema que teve. Aí eu fui e pedi para sair. Agora elas querem que eu volte, outra gerente mandou me chamar. Eu chegava na hora, abria na hora, fechava na hora, lavava a loja, ficava tudo limpo. Hora do almoço a gente comia na banca. A gente comia na banca mesmo, não tinha nem intervalo. Eu peguei as contas, fui arrumar outro trabalho [Entrevista, dezembro, 2012].

A experiência anterior também estava inserida no roll de trabalhos informais, sem garantias de direitos trabalhistas e acentuava a dificuldade de conciliação com o ciclo de vida familiar, porém a essa segunda experiência de trabalho é acrescida outro componente: a *desvalorização* do trabalho exercido. No detalhado relato de trabalhadora que efetua sua função, cumpre horário, faz a limpeza do espaço de trabalho e não chega nem a ter intervalo para refeição, **Jurema** realça uma gerência que não valoriza o empenho despendido ao trabalho. Uma gerência que apenas exerce exigências e faz cobranças.

Cabe destacar que temporalmente a saída do trabalho, expressa no termo “*Eu peguei as contas, fui arrumar outro trabalho*”, é concretizada no cenário de recebimento do benefício do PBF, e aumento da renda advinda da integração com outro programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Escola. Na próxima seção discutiremos detalhadamente o entrecruzamento com esfera produtiva e participação no PBF. O que queremos enfatizar, nesse momento, é o percurso de trabalho e especificidades correlatas das mulheres pesquisadas.

Joana (29 anos) teve seu primeiro trabalho fora de casa por volta dos 23 anos, quando os filhos tinham sete e cinco anos. Informa que, após *crescimento* dos filhos, procurou obter renda própria. O companheiro, com

quem convive desde os 16 anos, nunca teve emprego de carteira assinada. Ela também informa dificuldade de manutenção de alimentação dos filhos pequenos, no decorrer do casamento.

O primeiro trabalho foi como faxineira em residência, localizada no bairro de Boa Viagem. O tempo de duração foi pouco mais de um ano e sua saída foi devido à recusa de proposta para assumir a função de babá e dormir no local de trabalho.

Joana: Meu primeiro trabalho foi fazendo faxina, eram três dias na semana. Passei um bom tempo lá. Aí foi quando minha patroa chegou pra mim e disse que a babá ia sair, e queria que eu ficasse pra dormir, aí eu disse: “Oh, doutora dá para mim não, porque eu tenho filho e tenho marido”. Dá não! Porque como ela, ela trabalhava no hospital, era pediatra. Aí ficava o marido dela em casa e as duas meninas, ela queria que eu dormisse entendesse? Eu disse: “Não dá não, porque meus filhos são ainda pequenos”. Mas eu passei, passei mais de um ano, eu passei lá, como diarista, agora ela pagava por mês. Eu me lembro nessa época que era duzentos reais que ela pagava. Fora a passagem que ela pagava. Era em Boa Viagem. Eu limpava o banheiro, o quarto das meninas, o quarto dela, a sala, essas coisas [Entrevista, maio, 2012].

A fala de **Joana** reafirma dificuldade conciliatória de inserção no mercado de trabalho e ciclo de vida familiar. Ela considera inviável a proposta de maior tempo de trabalho, com adicionais em período noturno, sendo mãe de filhos, em faixa etária infantil, e mulher casada. Obviamente, tais relatos condensam diversos processos hierárquicos de divisão sexual do trabalho, entre esferas produtiva e reprodutiva, que continuam a arregimentar desigualdades na inserção e permanência de mulheres pobres no mercado de trabalho.

Fator também mencionado, na trajetória de **Joana**, são os sentimentos de humilhação e vergonha proporcionados pelo serviço como empregada doméstica em *casa de família*.

Joana: Depois dessa casa de família, não trabalhei na casa de ninguém. Porque também eu achava um pouco humilhante, porque a pessoa que

trabalha em casa de família tem que aguentar muita coisa. Assim, em termos dos filhos das donas, entendesse? É saliente, muito mimado. Você diz: Dá licença e eles: “ah, não vou sair daqui não, atrasa o seu serviço”. Nessa casa que te falei, as meninas era muito mimadas, eram daquele tipo que beliscavam, dava tapa, e você não podia fazer nada, nem dizer nada. A gente dizia fulaninha sai daí pra gente espanar esse sofá, vá para aquele, já espanei aquele. Aí ela dizia: “Ah, vou não!” e começava a chutar. Eu disse: “isso, não vai dá para mim não!”. Foi que não deu certo. Só que a mãe dela gostava de mim, do meu serviço. Aí ela pegou veio falar comigo para ficar a noite, como babá, era a hora, eu disse quero não. E quando chegava uma visita a mãe e o pai ficavam eu quero isso, quero aquilo. Ela: “Dá para tu fazer isso pra fulaninha, aí eu ia ajeitar” Ah! Mas, desse jeito não! Fazendo você passar vergonha, era muita humilhação. Eu disse quero não! [Entrevista, maio, 2012].

A experiência descrita por **Joana** aponta desde relações emocionais desagradáveis (que incluem desafetos); perpassando por situações de desrespeito ao trabalho exercido e agressões (praticadas pelas *crianças mimadas*); *humilhações* do ato de *servir* (patrões e crianças) e impossibilidade de assumir trabalho em tempo integral (inclusive período noturno) na condição de mulher, com companheiro e mãe.

Novamente reaparecem questões acerca da *valorização* dos postos de trabalho ocupados. Os sentimentos de trabalho vexatório embasados na sensação de humilhação do ato de servir, a partir das maneiras desrespeitosas de solicitação dos serviços pelos patrões (que incluem não só os adultos, mas as crianças também), sustentam as vivências de desvalorização do trabalho.

Pesquisas em diversas regiões do país sobre trabalho doméstico e relações de gênero vão apontar condições de trabalho desvalorizantes do trabalho feminino: insalubridades, altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras; jornadas de trabalho exaustivas e desregulamentadas; níveis baixíssimos de remuneração; flagrantes práticas de desrespeito aos direitos humanos; abusos das mais diversas ordens nos níveis moral e também sexuais (Costa *et al*, 2010;

Ávila, 2009; Dultra; Maori, 2008; Sanches, 2009, 1998; Souza, 2002; Melo, 2002).

Estruturalmente, essas condições desvalorizantes aglutinam concepções sociais, historicamente construídas, dentro de um modelo de divisão sexual do trabalho que desvaloriza o trabalho *privado* em detrimento dos trabalhos exercidos no âmbito *público*. Nos termos de Sanches (2009:879) “incontáveis preconceitos, estereótipos e discriminações, que pesam sobre a atividade doméstica, são fruto de heranças históricas do patriarcado, da servidão e da escravatura e que se reconstruíram, de outras formas, nas sociedades capitalistas modernas”.

A experiência descrita por **Joana** aponta como algumas dessas dinâmicas de desvalorização são vivenciadas pelas mulheres pobres. No entanto, também chamamos atenção para as possibilidades de rejeição ao posto de trabalho, compreendido como vexatório. Vale destacar que pela condição de mãe de dois filhos e um companheiro que tem uma renda variável (mensalmente, em média ganha cerca de R\$140,00), os relatos levam a compreender que a vivência de trabalho vexatório é insuficiente para tessitura analítica da possibilidade de rejeição e tomada de decisão de saída do trabalho, enfatizada na afirmativa: “(...) *era muita humilhação. Eu disse, quero não!*”.

O companheiro de Joana trabalha, porém tem renda variável e não tem emprego de carteira assinada. Trabalha com fretes em armazém de construção próximo ao Coque, conduzindo carroça guiada por cavalos.

Joana: Meu marido num trabalha assim de carteira assinada, ele vai para o armazém, fica lá e alguém vem e pede para levar os materiais... É de construção, areia, tijolo, essas coisas... Quando vem alguém comprar o material, ele vai levar com a carroça de cavalos. Cada viagem que ele faz ganha um pontozinho, dia de sábado e quarta a dona do armazém vai e faz o pagamento dele. Ele recebe um trocadinho todo fim de semana, às vezes ganha R\$20,00 por semana, às vezes ganha R\$30,00 reais [Entrevista, maio, 2012].

Em média mensal, o trabalho do marido, como carroceiro, rende cerca de R\$100,00. Na complementação de renda, o companheiro também tem criação de animais (porcos, bodes, galinhas) no quintal de sua casa. O marido recebe animais, de conhecidos e familiares, para *engorda* e fica responsável pelos cuidados de alimentação. O pagamento do serviço é feito no momento da venda do animal. Pagamentos que, segundo **Joana**, não geram mais de R\$50,00 no mês.

Joana: Ele também cria cavalo, cria porco, às vezes quando ele pega um bodezinho, ai bota ai atrás [no quintal]. As pessoas compram porco e diz: “tu cria que é pra mim e tu, quando eu vender a gente divide o dinheiro”. Porque ele vai buscar a lavagem, ele bota comer para os porcos. Tem uma porca enorme ali, cheia de filhote. Ai quando vende, o dono divide o dinheiro com ele [Entrevista, maio, 2012].

Em pesquisa sobre estratégias de sobrevivência e complementação de fontes de renda em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife/PE, Roberto Motta e Parry Scott (1983) apontam que o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que excluiu uma parte substancial de trabalhadores, em antítese, gerou a inclusão, dentro da mesma formação social, de modos subsidiários de produção ou de estratégias relativamente informais de captação de renda. Uma entre as estratégias postas em ação pelos membros familiares para manutenção do provimento, observa-se o plantio, criação e coleta de alimentos, animais e outros materiais, em terrenos improvisados, dentro das casas (Motta; Scott, 1983). Situação análoga é encontrada na família de **Joana**. Na condição de estratégia de sobrevivência, em face de trabalho com renda variável e subremunerado, o companheiro, em terreno improvisado (quintal da casa), cria animais para auferir mais renda.

A condição insuficiente de provimento do companheiro de Joana e estratégias de sobrevivência com procura de *bicos*, *biscates* e/ou ocupações em trabalho subremunerado é uma situação cotidiana não só para seu companheiro. Como descrito, no segundo capítulo, a situação de desem-

prego masculino permeia as experiências da maioria dos cônjuges das mulheres participantes da pesquisa, como as de **Severina, Jurema, Virgínia, Lívia, Joelma e Eva**.

Em pesquisa sobre experiências de emprego/desemprego entre homens moradores em outra comunidade popular do Recife, notificamos semelhante cenário de desemprego/subemprego e procura por outras estratégias de sobrevivência (Nanes, 2010). Há algumas décadas, estudos com famílias populares brasileiras (Motta; Scott, 1983; Zaluar, 1985; Scott, 1990; Fonseca, 2000; Nascimento 2001; Sarti, 2005; Nanes, 2010) apontam que as condições de trabalho e geração de renda por parte desses homens não possibilita a manutenção da função de *homem provedor*, no entendimento tradicional que o termo simboliza.

Neste cenário, na experiência das mulheres pesquisadas no Coque, queremos frisar que o histórico de trabalho feminino no setor informal (em ocupações compreendidas como não valorizadas, com subremuneração e difícil conciliação com o ciclo familiar) é entremeado por experiência de trabalhos dos cônjuges que também apresentam impossibilidade de provimento familiar.

Especificamente nos relatos de **Joana**, na procura pela compreensão das condições que possibilitam a rejeição e tomada de decisão de saída do trabalho, as condições de provimento do companheiro não parecem garantir um efetivo eixo de apoio para a tomada de decisão de rejeição ao trabalho *humilhante*.

Aqui, cabe frisar que a família de Joana (composta por ela, dois filhos, 12 e 10 anos, e companheiro, 36 anos) também não recebe auxílios ou contribuições financeiras da família do companheiro, que poderiam ajudar no provimento mensal de sua família. Frente à afirmativa “Quando a sogra mora com o casal, é obrigação da esposa cuidar da sogra quando ela estiver doente e idosa!”, Joana afirma não manter relações de proximidade com a família do companheiro e informa que recebia auxílios (como alimentos, fraldas e remédios) apenas quando os filhos eram menores.

Joana: Assim, a mãe dele no começo, quando eu tive minha primeira filha, a mãe dele ajudou muito. Mas eu não sou assim de falar, de ficar conversando, eu não vou lá não [visitas na casa da sogra]. Não vou mentir. Mas, ela no começo mandava por ele, lata de leite ninho, mucilon quando eles [filhos] era novinho, as vezes uma fralda, um remédio, ela ajudava. Mas depois não ajudou mais não. É eles [família do companheiro] para lá e eu para cá. Eu digo porque hoje se ele precisar assim de alguma coisa, um acidente, ou for preso, se você chegar na casa deles, ou ligar para eles, eles são os primeiros a ajudar, mas tirando isso, não! Não mandam é nada! [Entrevista, maio, 2012].

No contexto de fontes de renda familiar e trajetórias de trabalho o que veremos, como será descrito na próxima seção, é que Joana vai encontrar na titularidade feminina do PBF, com garantia de renda fixa, uma via de possibilidade de rejeição ao trabalho de faxineira em *casa de família*, compreendido com vexatório.

No mesmo sentido de ocupação em postos de trabalho compreendidos como vexatórios e degradantes, observamos relato de **Joelma** (25 anos). Por volta de 16 anos, e com uma filha de dois anos, Joelma vai trabalhar como empregada doméstica. Menciona informalidade do trabalho e exaustão de trabalho sem direito a descanso semanal.

Joelma: Eu nunca trabalhei de carteira assinada não! Trabalhei assim em casa de família. Eu tinha já minha primeira filha, fiquei uns quatro anos. Trabalhei numa casa só. Faz tempo, é estresse demais, tem que fazer tudo do jeito que a patroa quer! Era em Afogados [bairro vizinho], era todo dia, nem no domingo ela [refere-se à patroa] dava folga. Ela não queria nem que eu voltasse para casa para ver minha filha. E era clandestino [refere-se a não ter carteira de trabalho assinada]. Escravidão já passou! Eu vim embora... Depois de uns quatro anos assim, aí vim embora [Entrevista, dezembro, 2012].

Na ocupação do segundo posto de trabalho, **Joelma** continua a relatar trajetória no mercado informal. Igualmente é relatada queixa de não direito ao descanso semanal do trabalhador e dificuldade de conciliação com o ciclo de vida familiar:

Joelma: [...] Trabalhei também num mercadinho aqui no Coque, foi agora a pouco [há cerca de dois anos] Mas não deu certo, não! Eu saí sem justa causa. Eu não sei nem porque eu saí... Também achei bom. Era todo dia, não tinha folga não, de domingo a domingo. Aí também a galera não quer dar nem um sábado e nem um domingo para relaxar. Eu tenho família, tenho casa, tenho minhas filhas, na época essa aqui tava dois meses de nascida [refere-se à segunda filha]... [Entrevista, dezembro, 2012].

Os relatos de **Severina** (21 anos), **Eva** (29 anos) e **Cristina** (20 anos) ilustram também experiências de mulheres pobres em setores informais e subremunerados. No entanto, contribuem para análise acerca de geração de renda por ocupações que trilham caminhos de fontes ilícitas e/ou percursos de renda análogos à condição de esmola, bem como esboçam trajetória de vida feminina marcada por restrições de trabalho por parte dos companheiros, solidificando dificuldade conciliatória entre ciclo de vida familiar e participação na esfera produtiva.

Advinda de família na condição de extrema pobreza, a trajetória produtiva de **Severina** começa no período entre a infância e a adolescência. Aos 13 anos, vai *trabalhar* em pontos de sinais de trânsito, próximo ao Coque, como lavadora de carros. Nesse intercurso, conta relato de inserção em tráfico de drogas. Aos 13 anos, por porte de arma e assalto, foi presa em Casa de Detenção para Menores Infratores.

Severina: Eu ia para o sinal [refere-se ao trabalho de limpar vidro de carro em pontos de Semáforos de Trânsito]. Ganhava R\$ 10,00, chegava em casa dava uma parte para minha mãe e ficava com o resto. Aí chegou um cara, amigo de um namorado meu, aí disse: “Severina, dá para tu levar um revólver ali? Eu disse: meu irmão não dá não, eu vou para o sinal... Aí ficou me atentando, atentando, eu disse: eu vou levar [...] Botei a arma debaixo da blusa, e ele me deu uma grana”. Os de menor sofrem muito mais, do que os de maior. Porque eles [refere-se aos traficantes e assaltantes adultos] ficam exigindo em cima e os de menor não quer, eu passei por isso [...] Eu fui e dei a arma ao menino, ele foi e assaltou um carro. Ouvi aquele negócio dos policiais [refere-se à sirene]. Apanhei muito minha filha! De menor, quem apanhou foi aqui, cassete mesmo, cortaram até minha cara. Aí foi três anos presa [...] [Entrevista, novembro, 2012].

A complexidade da criminalidade feminina¹ e conjuntura da participação das mulheres fogem ao escopo da presente pesquisa, sobretudo com aditivo de envolvimento de meninas crianças e adolescentes (menor de idade). O que nos cabe ressaltar é: i) a iniciação de trabalho infanto-juvenil feminino para provimento familiar, numa situação de extrema pobreza e miséria, ii) fonte de geração de renda análoga à condição de esmola, como estratégia de sobrevivência, que expõe a riscos de diversas ordens a vida física e psicológica de garotas, como **Severina** e iii) fonte de renda gerada em trabalhos não lícitos, associado com tráfico de drogas, armas e criminalidade.

Como descrito, a comunidade do Coque é circunvizinha de uma das principais avenidas rodoviárias da Região Metropolitana do Recife (Avenida Agamenon Magalhães). É recorrente ver crianças e adolescentes meninas se dirigirem aos semáforos nos pontos de intercruzamento próximos ao Coque para pedir esmolas ou lavar para-brisas de carros em troca de moedas. O relato de **Severina** apresenta que tal ocupação constituiu sua primeira via de aquisição de renda, dinheiro compartilhado com a família; mas, ao mesmo tempo, foi uma porta de entrada para envolvimento com a criminalidade, tráfico de armas e detenção.

A experiência com tráfico de drogas e criminalidade para fins de obtenção de renda para a família também é descrita por **Eva** (29 anos). Advinda de família na condição de extrema pobreza, no período do primeiro casamento (iniciado por volta dos 15 anos), a mesma relata dificuldade de sustentar seus filhos, em virtude do não provimento financeiro do companheiro. A primeira fonte de renda de **Eva** também é na condição de

1 Sobre o tema ver: Ribeiro, 2012; Carvalhaes; Toneli, 2011; Barcinski, 2009a, 2009b; Campos; Trindade; Coelho, 2008. De forma geral, esses estudos vão refletir compreensão no campo das relações de gênero que transitam entre as pluralidades dos contextos de vitimização, protagonismo e agência/intencionalidade feminina. Observa-se descrição dos diversos dilemas que compõem a participação das mulheres na criminalidade e tráfico de drogas: condições estruturais dos sistemas sociais de desigualdade; descrições de vitimização a partir de relacionamento com parceiros criminosos violentos e/ou ênfases relacionadas com provimento familiar; e discursos na órbita da deliberação, poder e controle feminino.

pedinte/lavadora de para-brisas em semáforos: “*Meu primeiro marido não trabalhava em nada e nem procurava fazer ôia! Eu que tinha que me virar para eu e para meus filhos, e para ele também. Eu ia para o sinal lavar carros, pedir uns trocado, eu entrei até em negócio de tráfico de droga*” [Entrevista, janeiro, 2013]. Percebe-se que Eva conduz o discurso numa associação entre busca por fontes de renda para sustentar seus filhos e envolvimento com o tráfico. Inclusive chegou também a ser presa em presídio e cumprir pena de detenção por cerca de três anos.

Os relatos de **Severina** e **Eva** são importantes na ilustração de que algumas trajetórias produtivas de mulheres, residentes em comunidades populares, com índices de criminalidade e tráfico de drogas, perpassam também por fontes de renda não lícitas. Aqui a aquisição de renda análoga à condição de esmola em semáforos, como estratégia de sobrevivência, é uma via para envolvimento de garotas e mulheres nessas atividades ilícitas.

Aos 16 anos, depois de período de detenção, **Severina** conhece o primeiro companheiro, com o qual vai conviver por um ano e tem sua primeira filha. Nesse mesmo período, começou a trabalhar em banca de jogo de bicho, instalada em parada de ônibus, em frente à estação de metrô, localizada dentro do Coque. Relata que sua mãe é quem cuidava de sua filha, enquanto ela trabalhava, e levava a filha para amamentação na própria banca:

Severina: Porque eu tive minha filha, eu trabalhava de passar jogo de bicho, aí minha filha sempre ficou com mãe. Quando era no tempo de dá peito [refere-se ao período de amamentação], mãe levava ela, eu lá mesmo na Banca eu dava o peito, porque minha filha só vivia no peito, ela não pegou chupeta, não pegou mamadeira, não pegou nada. Quando estava na hora do almoço, eu ia embora para casa, e depois voltava para Banca de novo, até de noite [Entrevista, novembro, 2013].

Segundo, **Severina** o trabalho na banca de jogo de bicho não era de carteira assinada, mas pagava semanalmente. Sem trabalho formalizado, a licença maternidade também não se concretiza em direito. Aqui, a rede

de trabalho com outra mulher (no caso, a avó) efetiva os cuidados para com a filha e garante deslocamento da criança, em período de amamentação, ao posto de trabalho da mãe.

No âmbito do trabalho informal, a permanência de maiores graus de desvantagens de classes sociais e de gênero é indiscutível. Para Ávila (2004; 2011), tais cenários e condições só podem ser compreendidos na relação mulher, corpo/reprodução e trabalho que está na fundação da dimensão discursiva da dominação capitalista/patriarcal, materializada na divisão sexual do trabalho. E aqui, a questão racial também vai determinar o valor da força de trabalho e as oportunidades de emprego.

Na condição de mulher pobre e negra, a oportunidade ofertada a **Severina** limita sua ocupação em setor informal, que não lhe permite nem mesmo o direito a licença maternidade. Mas, no ciclo de *responsabilidades* maternas, entram em ação as *cadeias de substituições* (Ávila, 2004, 2011) de uma mulher por outra, para garantia do cuidado com os filhos, ao mesmo tempo em que conseguem trabalhos que auferam alguma renda para a família. Certamente, tal percurso perpetua ciclo de trabalho feminino que condensa trabalhos nas esferas produtiva e reprodutiva, sem limite de tempo entre ambas.

Quando a filha completou seis meses de vida, o primeiro companheiro de **Severina** foi preso por envolvimento com assaltos. Em virtude de não ser considerado nem bom pai, nem bom companheiro, afirma que na ocorrência da prisão rompeu o relacionamento. Nesse período, conheceu o segundo e atual companheiro. O conheceu no local de trabalho, o mesmo era vendedor ambulante (vendia picolés na frente da estação de metrô, onde Severina trabalhava).

Ao residir com o companheiro, na casa da mãe dela, Severina foi impedida de trabalhar fora de casa. Afirma que o companheiro é muito ciumento e não permite que ela trabalhe fora de casa: “*Ele diz se eu voltar a trabalhar na rua, ele me mata, eu morro!*”. Aqui vale destacar que foi no ambiente de trabalho de Severina, *livre na rua*, onde conheceu o companheiro. Nesse sentido, a restrição do companheiro aparece como tentativa

de inviabilizar o contato com outros homens e possíveis relacionamentos advindos da vivência na rua.

Ressaltamos que a trajetória de **Cristina** (20 anos) também é marcada por proibições de trabalho fora do espaço doméstico pelos companheiros. No primeiro relacionamento (iniciado por volta de 15 anos), o companheiro (23 anos mais velho do que ela) a proibia de trabalhar fora de casa, alegava que mantinha financeiramente a casa. Na ocasião do segundo casamento (18 anos) é proibida novamente de trabalhar. Assim, a trajetória de trabalho profissional de Cristina é realizada em momentos onde não há convivência marital (antes do primeiro relacionamento e no intervalo entre primeiro e segundo relacionamento): “*Quando saí da casa do pai dos meus filhos, comecei a trabalhar de fazer panfletagem para uma loja de ótica [...] Quando eu fui morar junto com Rivaldo, aí eu saí, ele não queria que eu trabalhasse na rua*” [Entrevista, setembro, 2012].

Dois fatores parecem aproximar as trajetórias de **Cristina** e **Severina**: a faixa etária e a ocupação de trabalho literalmente na *rua*. Entre as mulheres pesquisadas, as duas são as mais jovens e seus discursos ressaltam a proibição marital no âmbito produtivo. Os trabalhos de ambas são realizados na rua: Severina, em banca de jogo de bicho instalada em parada de ônibus na Estação Joana Bezerra, e Cristina, realizando panfletagem em frente da loja contratante, no centro comercial da cidade do Recife. Nesse sentido, a possibilidade de trabalho em locais de grande circulação e que possibilitam/incitam contatos das companheiras jovens com outros homens parece ser importante elemento na análise dessa proibição.

Especificamente, no caso de **Severina**, mesmo na impossibilidade de se fazer *provedor* da família, o companheiro veta sua permanência em trabalho fora de casa. Em virtude do histórico de trabalhos esporádicos sem renda fixa, como vendedor ambulante – no qual constantemente tinha mercadorias apreendidas pelos órgãos de fiscalização de comércio ilegal do município – o companheiro tinha parcas condições de sustento financeiro da família.

Em 2012, após cinco anos de convivência, **Severina** relata que o companheiro (34 anos) conseguiu ter emprego fixo, com “*carteira fichada*”. No período da pesquisa, estava iniciando trabalho como jardineiro (estava com três meses de experiência), dentro de empresa de serviços terceirizados, que presta serviços para empresa em Suape².

Em uma das visitas familiares, após o nascimento da segunda filha, a mãe de **Severina** enfatiza a impossibilidade do genro em ser *provedor*, antes do atual emprego, e menciona o benefício do PBF como garantia de renda fixa da família. Inclusive, relata período em que Severina teve de usar o benefício para pagamento de agiota, em vista de empréstimos financeiros para compra de alimentos e pagamentos de dívidas familiares.

Conversamos sobre a melhoria da renda financeira familiar, agora que o companheiro conseguiu emprego, como jardineiro. A mãe de Severina ressalta então as lutas da filha em conseguir manter o sustento da casa: “Ela começou a ganhar o cartão do Bolsa Família, mas teve um tempo que ficou no agiota, tinha que pagar as coisa em casa, a gente faltou muita comida, porque às vezes o marido ganhava, às vezes não ganhava, muitas vezes não trazia um real aqui para dentro. Quando ele era ambulante, vendia cremosinho, aí vinha o pessoal [refere-se aos funcionários de órgãos de fiscalização de comércio ilegal do município] e levava tudo que estava vendendo na carrocinha. Ele só levava tromba... Ele comprava uma caixa de picolé para vender no metrô, os ladrões [refere-se aos funcionários de órgãos de fiscalização de comércio ilegal do município] vinha e pegava... Aí perdia o lucro dele todinho, aí vinha para casa e dizia: ‘Severina eu perdi!’. Era sufoco... Se não fosse o dinheiro do Bolsa Família...”. Nesse momento, Severina reforça: “Agora está até melhorzinho, com ele trabalhando lá em SUAPE” [Diário de Campo, visita domiciliar, janeiro, 2013].

2 O Complexo Industrial Portuário de Suape construído em Pernambuco é o maior do Norte e Nordeste. A divulgação do crescimento econômico exibida nos meios de comunicação se reporta sempre à grandiosidade dos empreendimentos em Suape. As atuais instalações são: refinaria de petróleo, três plantas petroquímicas e estaleiro Atlântico Sul (Souza, 2010). Dentro do Coque, outras duas mulheres me contam com orgulho que seus companheiros conseguiram um emprego em Suape, especificamente em postos de serviços gerais e de jardineiro, na condição de carteira assinada, o que possibilita valorização do trabalho, em parte também pela simbologia de *status* de Suape.

No contexto que aglutina impedimento de trabalho fora de casa e parca condição masculina de provimento familiar, em função das irregularidades financeiras advindas de um trabalho no setor informal e ilícito de comércio ambulante de alimentos, a inserção como titular do PBF é importante via de provimento familiar e aferição de renda fixa para Severina. Como será descrito adiante, inserida como titular do PBF, as formas de gestão financeira de Severina irão ampliar as possibilidades de participação na esfera produtiva, mesmo com a proibição imposta pelo companheiro.

No registro de campo acima, também cabe ratificação da expressão de Severina sobre a condição de empregado do companheiro: “*Agora está até melhorzinho, com ele trabalhando lá em SUAPE*”. Essa expressão nos leva a compreender que a ocupação de um posto de trabalho, em emprego de carteira assinada, necessariamente também não supre a posição de homem provedor. Um problema adicional surge: a destinação de parte do salário para provimento de pensão alimentícia de filhos anteriores, com outras mulheres.

Durante a entrevista, **Severina** ressalta que o salário do companheiro não fica exclusivamente na sua família. Como o mesmo tem duas filhas de relacionamento anterior com outra mulher, parte da renda dele é subtraída para sustento das filhas. Tal desconforto é realçado em face da gravidez e nascimento do primeiro filho dela com o companheiro, após cinco de convivência.

Severina: Agora meu marido tem que mandar R\$140,00 todo mês para ela [ex-companheira do marido]. Porque na época que trabalhava só de ambulante, não podia mandar. Ele não tinha como mandar, ele mandava cinco, dez reais! Quando ele recebe eu digo a pulso “o dinheiro das meninas”. Ele me dá e eu levo, tem vez que é ele que leva. Ela quer mais o quê, diga aí? Mas agora vai mudar, ele tem o direito de mandar o dinheiro das despesas das filhas dele, mas ele tem que lembrar que ele agora tem mais uma filha comigo, agora mudou as coisas. Agora mudou. Agora vai vim o meu, o meu tem direito também, entende? Se as filhas dela for receber mais, eu entro na justiça também! Se elas tem o direito de receber mais, o

meu filho também, e aí? É igual, pensa que eu vou querer o pior é? Porque ele vive comigo, mora comigo... Se ele vivesse com ela, aí as coisas eram diferentes [Entrevista, novembro, 2012].

Em suma, as trajetórias produtivas descritas apresentam ocupações em setor informal, com remuneração irregular e/ou subremuneração. As ocupações são compreendidas como degradantes e vexatórias; os trabalhos colocam em risco a saúde física e psicológica das mulheres; e existem diversas dificuldades de conciliação de inserção/permanência na esfera produtiva com o ciclo de vida familiar e com as relações de gênero vigentes no casamento.

Nesse contexto, coadunadas com as trajetórias, descrevemos: as vivências de desvalorização do trabalho exercido; companheiros sem emprego, sem renda fixa e com impossibilidades de provimento; na ocasião em que conseguem emprego, o salário tem que ser dividido com filhos de outros relacionamentos, com diminuição no orçamento familiar com atual companheira; companheiros que impedem mulheres de trabalhar fora da casa; e experiências de inserção na criminalidade e tráfico de drogas como fonte de renda ilícita para provimento familiar.

Certamente, o detalhamento dessas trajetórias contribui para compreensão da vivência dos postos de trabalhos informais pelas mulheres pobres, nos centros urbanos, e o fenômeno da bipolarização da inserção profissional feminina (entre outros, ver: Hirata, 1998; 2002a; 2002b; 2003; 2010; Bruschini; Lombardi, 2000; Guimarães, 2010; 2007; Ávila, 2011; Melo; Di Sabbato, 2011; Ferreira, 2005), no que tange ao polo de trabalho feminino nos setores mais precarizados, debatido na literatura sobre divisão sexual do trabalho.

Contudo, na especificidade de pesquisa com mulheres titulares do PBF, colocamos em análise os enredamentos dessas trajetórias no contexto de participação no Bolsa Família e obtenção de renda permanente. Argumentaremos que a inserção no PBF, na condição de titular, amplia possibilidades, por parte das mulheres, de rejeição aos trabalhos mais desvalorizados e compreendidos como degradantes/vexatórios.

Bolsa Família e autonomia feminina

Analisando as trajetórias das mulheres pesquisadas após a inserção como titulares do PBF, vemos importante desdobramento deste fator com a inserção no PBF e recebimento de renda fixa. Nesse sentido, cogitamos possibilidade, em face da inserção em programas de transferência de renda, de maior fonte de apoio para rejeição de trabalhos inseguros, degradantes e insalubres, o que nos leva a refletir sobre a possibilidade de ampliação do poder de escolha em não aceitar qualquer posto de trabalho, em contexto de *certa segurança* financeira, advinda da renda do benefício. Vejamos relatos de **Jurema, Joana, Joelma e Severina**.

No caso de **Jurema**, temporalmente a saída da terceira experiência de trabalho (trabalho em banca de jogo de bicho) entrecruza-se com recebimento do benefício do Bolsa Família e aumento da renda advinda de integração com outro programa de transferência de renda, o Bolsa Escola.

A ênfase de Jurema ao “*pedir as contas do antigo trabalho*” [banca de jogo de bicho] e “*ir arrumar outro trabalho*”, parece ganhar maior significância, na garantia de renda fixa para sustento dos, até então, cinco filhos. No argumento de ampliação de maior poder de rejeição de trabalhos de negridores, compreende-se a procura por *arrumar* um emprego e buscar trabalho de *carteira assinada*. Após solicitar demissão da banca de jogo de bicho, cerca de cinco meses depois, consegue um emprego em empresa de telefonia fixa, como vendedora de linha telefônica, em domicílio.

No entanto, no intercurso do período de experiência trabalhista ocorre a gravidez do sexto filho. Em vista de possibilidade futura de contratação com carteira assinada opta por informar imediatamente de sua gravidez à empresa:

Jurema: [...] quando eu estava perto de assinar minha carteira, eu estava em experiência. Aí eu descobri que tava grávida, eu não quis enganar ninguém, eu falei a verdade, aí ela disse que não podia assinar a carteira... Porque provavelmente eu já estava grávida na experiência, eu disse que achava também, que eu não sabia o tempo que eu tava, para enganar e depois sair por justa causa e sujar minha carteira... Eu não quis mentir! Aí

eu fiquei em casa! Eu descobri que era de risco a gravidez e não pude mais trabalhar... [Entrevista, dezembro, 2012].

No discurso, fica marcado o *desejo* de conquista de emprego de melhor qualidade e com garantias legais. Jurema não quer só um *trabalho*, quer um emprego que ofereça condições ocupacionais e salariais regulares a uma trabalhadora, o que desvalida proposição de que a inserção em programa de transferência de renda é desencadeador do *efeito preguiça* (Oliveira; Soares, 2013, 2012).

Segundo Oliveira e Soares (2013, 2012), a expressão *efeito preguiça* relaciona-se com a crítica que enfatiza que um dos efeitos de outorgar um benefício monetário para as famílias de renda baixa pode ser acomodação por busca de trabalho, entre seus membros. O relato de Jurema mostra o contrário, uma mulher que busca melhoria das condições de trabalho e um emprego que possa garantir direitos, como por exemplo, direito a preservação da saúde da trabalhadora e remuneração regular (que possibilite sair do “*trabalho clandestino*”, como ela mesma nomeia na sua experiência de trabalho como camareira em motel).

No caso de **Jurema**, mãe de seis filhos, vale ressaltar que essa ampliação de possibilidade de busca por trabalho mais valorizado é respaldada não apenas pelo caráter de renda fixa do benefício do PBF como também pelo aumento do valor monetário recebido, advindo de junção com o benefício do Programa Bolsa Escola. Nos valores referentes ao ano de 2012, os benefícios vão somar R\$650,00 (R\$200,00 Bolsa Família e R\$450,00 Bolsa Escola), aferindo uma renda comparativa ao salário mínimo vigente da época (R\$622,00).

Seguindo análise da trajetória de **Joana**, cronologicamente, a decisão de saída do trabalho também ocorre em período de inserção no PBF. Joana não faz menção direta entre recebimento do benefício e ocorrência da saída do trabalho como faxineira, em domicílio. No entanto, esse parece ser componente com influência na tomada de decisão.

Na busca por outro posto de trabalho *menos humilhante* (do que como faxineira em *casa de família*, como relatado), Joana consegue trabalho

como auxiliar de cozinha em restaurante, trabalho que não fornece garantia de direitos, condições ergonômicas e de gestão apropriadas.

Joana: Trabalhei também como auxiliar de cozinha num restaurante, mas não era carteira assinada, trabalhava de contrato. Não era restaurante, era bar e servia almoço. Era na cozinha, eu passei menos de um ano. Faz tempo, faz uns quatro anos. Assim, eu não me dei bem com a mulher do dono, ela era muito chata, aí peguei e sai. Porque ela é uma pessoa assim muito chata, na cozinha era uma correria muito grande, muito trabalho, uma quentura na cozinha, aquele aperto. Aí a dona veio me esculhambar, dizer coisa comigo, eu peguei e vim embora. Muita gente foi demitida, e não recebeu nada de indenização. Eu tive sorte, o dono pagou direitinho o meu, quando eu levei minhas contas. E as outras meninas que disseram que ia colocar ele na justiça, não pegaram foi nada, saíram tudo foi correndo [Entrevista, maio, 2012].

Novamente, perante experiência de trabalho degradante, com exposição a situações humilhantes (no exemplo, de ser “*esculhambada pela patroa*”) e sem garantias legais de recebimento pelo trabalho exercido (que fica a cargo da *sorte* e não dos direitos trabalhistas), Joana pode tomar decisão de saída do trabalho. Em frente de poucas opções de trabalho – para uma mulher, negra, com baixa escolaridade, moradora de *favela* (como a própria nomeia) – a saída encontrada, no contexto de inserção no PBF, parece ser a recusa por trabalhos degradantes e busca por fontes de renda, que necessariamente não requeressem situações vexatórias e humilhantes.

Ao sair do trabalho como cozinheira no bar, segue para trabalho autônomo, como vendedora de utensílios domésticos, produtos cosméticos e acessórios, via revista de venda por catálogos. Porém, no contexto de baixa escolaridade e ausência de formação profissional para serviços em vendas e compras, as tentativas de sucesso financeiro e possibilidade de maior fonte de renda fracassam:

Joana: Passei um bom tempo vendendo Natura, ajuda muito, eu vendia, eu era ótima, mas eu me atralhei, acabei ficando suja. Eu vendia Natura, vendia negócio de sabonetes, perfumes. Já cheguei a vender Hermes,

Quatro Estação, Vitória [revistas de venda por catálogo]. Por isso que eu tenho minhas coisinhas por que eu não fico só esperando por ele [companheiro]. Ele pode trabalhar, eu não fico dentro de casa esperando por ele, eu gosto de fazer alguma coisa. Eu estava indo até bem, tinha meus trocadinhos, ajuntava dinheiro, comprei esse armário [refere-se armário da cozinha], com meu dinheiro mais certo do Bolsa [Bolsa Família] e assim foi. Eu fico dando minhas viravoltas. Mas de repente eu fui juntando um boleto com outro aí me atrapalhei, acabei me sujando. Aí para quem não tem como pagar, fiquei suja [referência a ter débitos que não podem ser quitados] [Entrevista, Maio, 2012].

Essa foi a última experiência de trabalho mencionada. Sem apoio financeiro da família do cônjuge e renda variável advinda do trabalho do companheiro, dentro de sua família, no momento da pesquisa, as únicas rendas fixas eram o benefício da PBF [R\$ 134,00] e rendimento de aluguel de um barraco³ [R\$200,00]. Cabe ressaltar que esse “dinheiro mais certo do bolsa” é que permite Joana “dá suas viravoltas” e conseguir, após saídas consecutivas de trabalhos humilhantes, tentar iniciar trabalho autônomo como vendedora de revista por catálogo. Veremos, no próximo capítulo, que apesar da primeira experiência mal sucedida de trabalho autônomo, Joana tem projetos de trabalho, apoiada na renda fixa do PBF, que continuam a delinear fontes de renda que possam lhe permitir procura por trabalhos mais valorizados.

Mas, aqui, evidenciamos que essa trajetória reforça nossa suposição de que a possibilidade de rejeição aos trabalhos degradantes parece contextual à garantia de renda fixa do PBF. Na expressão *Ele pode trabalhar, eu não fico dentro de casa esperando por ele, eu gosto de fazer alguma coisa*, Joana posiciona suas estratégias de agência dentro dos jogos de poder possíveis e limitados pelos condicionantes estruturais (origens socioeconômicas, raça/etnia, geração, responsabilidade reprodutiva) que restringem as oportunidades de trabalho para as mulheres.

3 Joana afirma que tem um barraco (referência a um espaço de moradia) que está alugado. O barraco foi adquirido, sem documentação formal, na ocasião de indenização governamental de retirada de parte de espaços de moradias do Coque para construção do Fórum de Justiça.

Nesse sentido, a obtenção de suas “*coisinhas*”, na medida em que “*não fica só esperando por companheiro*”, ancorada na busca por trabalhos mais valorizados, também ratifica que, mesmo diante do recebimento do benefício do PBF, **Joana** continua a buscar melhor postos de trabalho que ampliem sua renda e dinamizem processos de autonomia feminina.

Em relação à **Joelma** (que estava na terceira gravidez), também observamos possibilidade de ampliação de busca por postos de trabalho mais valorizados, no contexto de inserção no PBF, via recebimento de renda financeira permanente. Ela nos fala que desde que saiu do último emprego (atendente em “*mercadinho do bairro*”) há dois anos (2010), ainda não tinha “*achado*” outro emprego. Ressalta que pretende ter um trabalho em que possa ter direito a folga semanal e não trabalhar todos os dias da semana, de domingo a domingo, sobretudo diante da dificuldade de conciliação com o ciclo de vida familiar (Joelma estava em sua terceira gravidez e sua segunda filha estava com dois anos de idade).

O período de inserção no Programa Bolsa Família é concomitante a saída do último trabalho. Joelma ingressou no PBF em 2010, quando sua segunda filha tinha cerca de cinco meses de nascida. Aqui também a inserção no Programa aparece como esteio a partir do qual pode ter possibilidade de não aceitar ofertas de trabalho sem garantia de dias de folga trabalhista.

Inclusive, cabe ressaltar que um ano após inserção no PBF Joelma consegue romper relacionamento com o companheiro (no qual relatava vivência de *controle* e *vigilância* constante do companheiro – 20 anos mais velho que ela) e alugar uma casa próxima à moradia da sua mãe. Nesse relato, enfatiza que a partir da renda do PBF, mesmo sem renda advinda do trabalho, consegue efetivar mudanças em sua vida:

Joelma: Para mim Bolsa Família é uma ajuda! Mudou tudo, praticamente tudo. Eu comecei a receber ela [segunda filha] estava com cinco meses de nascida. Eu tomei a iniciativa de vir morar só por causa disso, mesmo sem trabalho, porque estava recebendo o Bolsa Família. Faz mais de um ano que eu moro aqui, eu morava aqui na frente, mas era muito pequeno, um vão [cômodo], aí vim pra cá, são dois vãos [cômodos] [Entrevista, dezembro, 2012].

Na trajetória de **Severina**, no cenário de proibições de trabalho fora de casa e impossibilidade de provimento masculino, vemos que a inserção como titular do PBF também permite vivenciar formas de gestão financeira que ampliam possibilidade de participação na esfera produtiva.

No percurso de vida com o segundo companheiro, marcado por períodos de *falta de comida* e necessidade de sustento da casa, adicionado com impeditivo para voltar a trabalhar fora de casa, a titularidade feminina do PBF constitui importante via de provimento familiar. No acúmulo de dívidas familiares, o benefício permite acionamento de agiota e dentro dos recursos financeiros *emprestados* **Severina** elabora estratégias de gestão financeira que permitem obter outra fonte de renda, dentro de casa: aluga uma máquina de videogame.

No início do ano de 2012, **Severina** alugou uma máquina de videogame e colocou na entrada da casa onde reside. A máquina fica aberta das sete da manhã até vinte e uma horas, sem intervalo de almoço. Inclusive, durante a entrevista e visitas domiciliares, constantemente crianças e garotos adolescentes vinham comprar fichas e jogar na máquina: “*Isso aqui do vídeo game, é meu ganha pão, ajudo minha mãe. (...) É alugado. Ele ganha [refere-se ao dono da máquina] e eu ganho também*” [Visita Domiciliar, outubro, 2013].

Observamos que a partir de renda fixa advinda do Programa Bolsa Família, Severina concretiza caminhos para geração de renda, dentro do espaço doméstico. Os primeiros aluguéis de máquina de vídeo game são possibilitados pelo recebimento do PBF. Assim, sem desconsiderar as vivências de opressão conjugal e limitação das condições de pobreza, cabe ressaltar também as margens de agência de **Severina** que possibilitam solidificação de estratégias de agenciamento feminino dentro das relações maritais e também no âmbito da esfera produtiva.

No conjunto dos relatos de experiência na esfera produtiva das mulheres titulares do PBF observamos que elas almejam trabalhos mais valorizados do que as restritas opções destinadas às mesmas. A inserção no PBF não acomoda as mulheres na busca por outras fontes

de renda, invalidando o discurso de *efeito preguiça*. O que escutamos são formas de estratégias femininas, a partir da condição de titularidade do PBF, que possibilitam, em alguma medida, condição de rejeição aos trabalhos mais desvalorizados/subremunerados e ampliação de possibilidade de procura por trabalho melhor remunerado e valorizado e/ou empregos formais.

Nesse sentido, em oposição de discurso que interliga disponibilização de benefícios monetários e *efeito preguiça*, as experiências relatadas contribuem para observarmos possibilidade de *agência*, em decorrência de ação feminina – incluída no hall dos *menos poderosos* (Ortner, 2006b) – dentro de matrizes determinadoras de subempregos e trabalhos informais para mulheres pobres. No aporte de recebimento de renda fixa, advinda do PBF, as mulheres conseguem tecer formas de agir que, em alguma medida, desafiam e impõem resistência à ocupação de postos de trabalho não valorizados, tentando também reconfigurar o percurso de trabalho feminino dentro das gerações familiares.

Coadunada com exercício de agência, observamos reverberação no processo de empoderamento feminino. Ao compreender o empoderamento como processo que se concretiza no intercruzamento das dimensões de *recursos*, *agência* e *realizações* (Kabeer, 1999; 2005) e que busca subverter relações de poder opressoras e tomam lugar entre contextos institucionais, materiais, discursivos (Rai, 2007; León, 1997, 2001; Sardenberg, 2006; Sardenberg; Capibaribe; Santana, 2008), a ampliação de possibilidades de fazer escolhas sobre outras oportunidades ocupacionais parece traçar importante indício de empoderamento.

Aqui, especialmente, a partir da triangulação analítica de *recursos*, *agência* e *realizações* (Kabeer, 1999, 2005), analisamos que a aglutinação do acesso a *recurso financeiro permanente* (advindo da inserção em Programas de Transferência de Renda com titularidade feminina – Bolsa Família e Bolsa Escola) incide sobre *agência* (com ampliação de escolhas ocupacionais) e promove *realizações* (potencialidades de transformações no poder decisório dentro da esfera produtiva).

Compreendemos que o empoderamento é essencialmente relacionado com ações e mobilizações coletivas dentro de um processo político (León, 2001); processos de transformação das estruturas e instituições que perpetuam as desigualdades de gênero (Sardenberg, 2006); e com a melhoria na agência e mudanças de vida das mulheres, que devem contemplar mudanças coletivas e reestruturações das desigualdades de gênero (Kabeer, 1999).

No entanto, igualmente entendemos que precisamos compreender que: os processos de empoderamento devem ser analisados de forma contextual, relacionado com o âmbito sociocultural vivido (Kabeer, 1999); compreendem nível em que as pessoas adquirem o controle sobre suas vidas, logram a habilidade de fazer coisas e definir suas agendas (León, 2000, 2001) e que devemos ampliar análises que contemplem a intersecção entre as dimensões pessoais do empoderamento e aquelas ditas sociais, econômicas e políticas (Sardenberg; Capibaribe; Santana, 2008).⁴

Com base nessas reflexões, no contexto sociocultural de exclusão e opressões de gênero (com intersecções de raça/etnia e condição social), vivido pelas mulheres pesquisadas, consideramos que ter maior oportunidade para rejeitar trabalhos degradantes/vexatórios e ampliar busca por trabalhos mais valorizados pode ser analisado como ampliação de *escolhas e realizações*, que tangenciam dimensões de autonomia feminina, no contexto do percurso de empoderamento.

Aqui, ao fazer uso do conceito de autonomia, rejeitamos qualquer posicionamento relacionado com autossuficiência e autogoverno, tal como formulado dentro do clássico discurso do *liberalismo moderno*, na

⁴ Sardenberg, Capibaribe e Santana (2008:03) argumentam importante reflexão sobre a relação entre empoderamento, mudança individual e mudança social. Nesse sentido, mencionam afirmativas reflexivas sobre: “Mulheres podem tornar-se poderosas sem que haja efeitos positivos nas outras mulheres ou na ordem social; mulheres podem experimentar empoderamento pessoal, mas podem descobrir que muito em sua vida não é passível de ser corrigido pela mudança através de seu agenciamento individual; e mudanças sociais que favorecem o empoderamento feminino podem acontecer sem o engajamento ativo das mulheres” – certamente afirmativas que nos conduzem a problematizar o percurso de empoderamento na relação entre mudança individual e social.

prerrogativa de autonomia como ideal pessoal, segundo a qual indivíduos são autores de suas próprias vidas e são capazes de escrever a história de sua própria vida (Di Stefano, 1996). Em análise sobre os problemas epistemológicos do uso do conceito de autonomia, Di Stefano (1996) afirma que, se por um lado, dentro do feminismo, o discurso de autonomia é usado para nomear espaços de lutas e conquistas das mulheres dentro das opressões históricas de gênero, por outro, é também usado na defesa de que a autonomia, em nível individual, está intrinsecamente relacionada com as relações sociais, políticas e econômicas⁵.

Assim, na argumentação sobre ampliação de autonomia feminina no contexto de titularidade do PBF (na possibilidade de ter maior oportunidade para rejeitar trabalhos degradantes/vexatórios e ampliar busca por emprego/trabalhos mais valorizados), compreendemos a potencialidade das estratégias de agência das mulheres em relação ao processo de articulação que entrecruza a discussão de *focalização feminina* (no tensionamento entre perspectiva de gênero e abordagem que *instrumentaliza* a mulher, no roll do discurso sobre *eficiência*) no PBF.

Como descrito e analisado nos capítulos anteriores, a titularidade feminina no PBF perpassa, por parte do discurso político, apropriação de abordagens de *eficiência* e resgate de abordagem de *bem-estar*, reforçando entre as titulares as *atribuições* femininas com o cuidado dos filhos. Mas, na ação e interação da vida cotidiana, atravessada por essa titularidade, as mulheres mostram também como podem usar intenções políticas a seu favor, dentro de cenário de desigualdades de gênero (Ortner, 1996) e mobilizar sítios de ações que podem exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam (Ortner, 2006b).

Nesse sentido, no contexto de vida cotidiana, as mobilizações femininas nos mostram como as mulheres titulares do PBF podem delinear

5 Segundo Di Stefano (1996:71) - “si la autonomia se inventó pra proteger y proporcionar ‘limites’ a um yo amenazado, para proporcionarle alguna garantía de su integridad frente a incursión de los ‘otros’, entonces quizás la ‘autosuficiencia’, e ya la ‘autodirección’ sean apropiadas para apoyar a las mujeres em su crítica sistemática de los acuerdos y estructuras sociales, políticas y económicas que parecen socavar, costumazmente, la autonomía de las mujeres”.

canais de *entrecruzamento* das diferentes perspectivas da focalização feminina, adicionando conotações particulares a partir do contexto sociocultural vivido.

Porém, nessa reflexão sobre processo de autonomia feminina, dentro de indicativo de empoderamento temos que incluir, a partir de críticas tecidas pelas próprias mulheres, discussão sobre a *temporalidade* do benefício do PBF (condicionado à faixa etária das crianças e adolescentes na família) e relatos sobre ausência e/ou ineficiência de políticas de formação e qualificação profissional, que viabilizassem maior acesso ao mercado de trabalho formal. Argumentaremos que poderia existir solidificação do processo de empoderamento (mobilizado pelas mulheres) se a formatação do PBF fosse elaborada dentro de uma abordagem de política de gênero, concretizando propostas de qualificação profissional e geração de renda entre as mulheres titulares. Esse debate finaliza este capítulo.

Bolsa Família: qualificação profissional entre mulheres titulares

Entre as titulares pesquisadas, **Eva**, **Joana** e **Jurema** questionam a temporalidade do benefício condicionado à faixa etária das crianças e adolescentes na família (o benefício vinculado às crianças 0-15 anos e benefício vinculado ao adolescente 16-17 anos – ver nota 21 – são suspensos na medida de crescimento dos filhos e saída dessa faixa etária) e tecem crítica ao foco do PBF apenas nos filhos, sem a contemplação de ações propostas para a qualificação profissional feminina, entre as titulares. Vejamos relato de **Eva** quando discorre críticas aos programas de transferência de renda em relação às restrições de políticas de empregos para as mulheres:

Eva: [...] O governo pensa que dá Bolsa Família, Bolsa Escola, pensa que é tudo! Que nem eu digo direto era para eles dar era emprego a

gente, e não bolsa escola, bolsa família. Aí diz: “Não, estou fazendo isso por causa do bolsa escola, aí é para cuidar dos filhos”, E eles ficam com os filhos? Eles estão no dia a dia com os filhos? Eles estão pensando que Bolsa Escola e Bolsa Família é tudo na vida da pessoa? É não! [Entrevista, janeiro, 2013].

Essa fala aponta importante análise sobre discurso que aciona as equações família-mãe e mulher-mãe no bojo das políticas sociais de transferência de renda (Klein, 2007). Eva problematiza a associação família–mulher, incorporada pela maioria de seus pares (beneficiárias dos programas Bolsa Escola e Bolsa Família) e realçada dentro dos discursos sobre programas sociais de transferência de renda (Bolsa Escola e Bolsa Família) (Mariano; Carloto 2013, 2009; Carloto, 2012, 2006, 2004). No relato acima, vemos como a advertência de Eva transborda a sobrecarga do papel de *cuidadora* da mulher pobre que, em geral, é desprovida de serviços públicos de qualidade (para si mesmas e filhos – saúde, educação, habitação) e alijada de perspectiva de vida que transpasse a destinação unívoca da maternidade.

Questionada sobre comparação com as gerações passadas que não contavam com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o relato de Eva tangencia questões referentes às provisões de futuro de mulher pobre, sem filhos pequenos e perda do benefício:

Eva: Hoje [em comparação com gerações passadas] é mais fácil, é uma ajuda... É fácil! Mas achava melhor dar um emprego, é mais digno, saber que a gente estava suando e estava ganhando o dinheiro da gente, a gente ia fazer um futuro. Porque bolsa escola o menino chega aos 14 anos a gente perde, corta a bolsa. Bolsa família, a mesma coisa, os meninos estão grandes a gente deixa de receber. Aí como é que a pessoa vai viver? Mas com emprego, não! Eles dando emprego era outra coisa, a gente ia ter os direitos da gente. Eu achava melhor eles pegar esse dinheiro e investir em emprego, cursos [Entrevista, janeiro, 2013].

Quando questionada se há oferta de cursos de qualificação profissional para beneficiários do PBF⁶, Eva afirma que há, mas relata a frustração em relação às propostas dos cursos de capacitação oferecidos e desarticulação com encaminhamento para vagas de emprego:

Eva: Eles dão cursos, mas você tem que ter passagem para ir... E tem vez que eles dão, mas o curso que eles dão só é para falar, não tem uns negócios para gente praticar... Eu tenho dois cursos... Curso de Cabeleireiro e de Culinária... Mas eu não sei de nada porque só faz falar, como é que eu vou aprender? Nem o de culinária, nem o de cabeleireiro teve prática... Seis meses de curso... Sem experiência, sem nada... Eu tenho um irmão que fez de garçom... Meu irmão fez o de garçom, fez o negócio de gesso... Fez negócio de pedreiro, e cadê emprego? Está aí desempregado. Era para empregar a gente, teve esse negócio do shopping [refere-se a uma obra de construção de grande shopping construído ao lado da comunidade do Coque, que desapropriou algumas áreas da comunidade]. Teve esse negócio da copa lá [refere-se à construção da Arena Pernambuco – Estádio de Futebol, construído em virtude da Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014)]. Cadê? Nada! O que é que adianta? O governo dá curso de graça! Ele dá o curso de graça, mas cadê a prática, porque a gente só aprende se praticar e tem que ter emprego para gente trabalhar [Entrevista, janeiro, 2013].

6 Ressaltamos que na formatação do PBF um dos objetivos é o desenvolvimento de ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias e superação do ciclo de pobreza intergeracional. A integração com políticas públicas de geração de trabalho e renda constitui uma dessas linhas complementares de ação. A Portaria GM/MDS n.º 246 (20 de maio de 2005) que aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao PBF, estabelece caber aos municípios comprometer-se com o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais para a oferta de programas complementares aos beneficiários do Programa Bolsa Família, especialmente ações de alfabetização, de capacitação profissional e de geração de emprego e renda desenvolvidos na sua esfera de competência. Na cidade do Recife, parceria entre Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, oferece cursos de qualificação profissional (entre outros, nas áreas de higiene e beleza, vestuário, artesanato, construção civil, arte, idiomas, alimentação, turismo). Esses cursos têm cotas de vagas reservadas para titulares e beneficiários do Programa Bolsa Escola e Bolsa Família, entre outros beneficiários de programas sociais [Informação acessada: <http://www2.recife.pe.gov.br/abertas-12-mil-vagas-para-cursos-profissionalizantes-no-recife/>]. No entanto, no limite analítico desta pesquisa, só tecemos reflexão baseada em informações relatadas pelas mulheres pesquisadas. Não encontramos disponíveis publicamente informações que apresentassem formatação dos cursos ofertados (níveis de qualificação, periodicidade) e particularidade relativa aos beneficiários do PBF.

Dessa forma, pode-se indicar que as críticas de Eva acerca das desigualdades estruturais das relações de gênero e classe, na qualidade de beneficiária do PBF e Bolsa Escola, sinalizam crítica à antiga (reatualizada) fórmula de políticas de desenvolvimento para mulheres – a histórica tríade da abordagem bem-estar (dentro do campo MED): 1) as mulheres são receptores passivos de desenvolvimento, em vez de participantes ativas no processo de desenvolvimento; 2) a maternidade é o papel mais importante para mulheres na sociedade e 3) a criação dos filhos é o papel mais efetivo para as mulheres em todos os aspectos desenvolvimento econômico.

Isso implica reforçar debate de que as políticas de superação do ciclo de pobreza feminina tem que necessariamente repassar questões de acesso, permanência e condições da participação no mercado de trabalho, rompendo as barreiras do aprisionamento da dicotomia mulher-mãe.

Incentivos e ampliação de cursos profissionalizantes, para além das típicas formações nas áreas compreendidas como *femininas* (culinária e higiene/limpeza), condições de acesso à qualificação profissional e integração com políticas de emprego devem ser ações efetivadas para mulheres que participam de Programa de Transferência de Renda, com titularidade feminina. Assim, certamente estaríamos em percurso de solidificação de empoderamento feminino para além da temporalidade de uma política de transferência de renda.

Em conversa sobre Bolsa Família, **Joana** também enseja crítica acerca da responsabilidade delegada à mulher, dentro da família, nos programas de transferência de renda. Discute sobre a *temporalidade* do benefício e as relações *desvantajosas* de vinculação com número de filhos e inserção no Programa.

Joana: Eu acho que isso é ilusão da gente dizer assim, ter menino confiando em bolsa família e bolsa escola, isso não é futuro. Porque dinheiro é uma coisa, para pessoa educar, criar, é outra coisa. [...] Agora eu digo uma coisa, eu conheço gente assim, que cada vez que o filho vai ficando maior, aí para o bolsa família não acabar, vai tendo filho pequeno. Isso não existe,

vai se encher de filho? E se disser: agora acabou o dinheiro. De repente pode passar, a gente bloqueou os cartões de todo mundo, todo mundo vai gritar, fazer zuada lá, eu quero meu dinheiro, mas vai estar tudo bloqueado [Entrevista, maio, 2012].

A reflexão de **Joana** chama atenção para a discussão sobre diferenças entre políticas de gênero e políticas públicas para mulheres (Bandeira, 2005; Farah, 2004; Carloto, 2004). Ao ressaltar a relação desvantajosa estabelecida entre aumento do número de filhos para continuidade da mulher no PBF, o seu discurso ratifica a limitação de tomar o feminino apenas em sua função reprodutiva e urgência de políticas de desenvolvimento que integrem as mulheres pobres ao mercado de trabalho em postos mais qualificados e com maior garantia de direitos trabalhistas. Certamente a concretização do PBF como política de gênero transformaria a visualização de *futuro* cogitada por Joana.

No entanto, no inter cruzamento entre condicionantes estruturais da titularidade feminina no PBF e estratégias de agência, cabe ressaltar os esforços de **Jurema** para inserção no mercado de trabalho, mesmo no cenário de ausência de políticas que incentivem a formação profissional mais qualificada. Ela ratifica que está em busca de melhoria de condições de vida, via conquista de maior formação escolar e posterior procura por ocupação em emprego, que lhe ofereçam garantias sociais. Sobretudo, baseada na compreensão de temporalidade dos programas de transferência de renda:

Jurema: Tinha cursos pelo Bolsa Escola, era para quem quisesse, não era obrigado ir não. Só que assim... Eu não tenho tempo também por conta do colégio, porque eu já estou ficando fora de noite. Que eu estou querendo terminar meus estudos, passei para o terceiro ano. Aí quando for ano que vem dentro de seis meses eu concluo [Ensino Médio] porque é EJA. Vou descansar [referência ao parto do sexto filho] em março, vou ficar em casa uns quinze dias, porque mesmo de resguardo eu vou pra escola... Quando for em julho eu já tenho feito a formatura [...] Eu quero mesmo um trabalho de carteira assinada. Porque eu quero meus direitos tudo certinho. E esse dinheiro aí [Bolsa Família, Bolsa Escola]

não é para toda vida, tanto faz você continuar recebendo e eles vêm e cortam quando os meninos crescerem [Entrevista, dezembro, 2012].

Vemos que **Jurema** apresenta a compreensão de que o baixo grau de escolaridade limita substancialmente oportunidades de trabalho com melhores remunerações. E que a exigência de escolaridade é fundamental para a conquista de um emprego que ofereça garantias legais. Nesse sentido, o relato reforça a compreensão de formas (aqui, aumento do nível de escolaridade, para busca de emprego formal) como as mulheres buscam acionar *projetos de ação* para maior acesso ao mercado de trabalho, mesmo em face de políticas que persistem em concentrar o foco de ações na dualidade mulher pobre-maternidade-casa.

Na seção anterior, debatemos que no histórico de ocupação em trabalhos informais, subremunerados e desvalorizados, as mulheres fazem com que a obtenção de renda permanente do PBF amplie a possibilidade de rejeição a essas ocupações, com repercussão na prospecção de empregos e trabalhos mais valorizados e consequentemente dinamização de ampliação de autonomia, no processo de empoderamento feminino. No entanto, o debate sobre *temporalidade* do benefício do PBF também aponta ausência de políticas integradas de emprego e qualificação profissional, o que diretamente impõe obstáculos à solidificação do processo de autonomia feminina.

Um dos temas pouco comentados nas conversas sobre Bolsa Família é a inserção no mercado de trabalho, a partir da oferta de cursos de qualificação profissional. **Diana, Lívia, Virginia, Joelma e Severina** não fazem nenhuma menção a cursos de qualificação, desconhecendo esse tipo de ação direcionada para titulares do PBF. **Cristina** informa apenas que são ofertados cursos para os adolescentes, registrados no cadastro das titulares, e que não há caráter de obrigatoriedade.

Cristina: Eles indicam, mas não é obrigatório não! Tem curso de capacitação para os filhos adolescentes. Minha mãe mesmo tava falando que ia mandar meu irmão (15 anos) porque ia sair uma ajuda de RS100,00, para o adolescente participar [Entrevista, setembro, 2012].

As informações relatadas pelas mulheres, nos leva a refletir sobre a limitação do Programa Bolsa Família na elaboração e execução de projetos de qualificação profissional das mulheres beneficiárias. Tal limitação consequentemente reduz as potencialidades de seu objetivo de superação do ciclo de pobreza, via integração com outras políticas públicas de geração de trabalho e renda, tal como formatado em sua proposta.

Em suma, no cerne deste capítulo, as trajetórias produtivas descritas apontam possibilidades de empoderamento, dentro do que se compreende como processo de autonomia na aglutinação com o acesso aos recursos financeiros (advindos da inserção em Programas de Transferência de Renda com titularidade), agência (com ampliação de escolhas ocupacionais e maritais) e realizações (transformações de vida). A ampliação das margens de agência na rejeição de trabalhos vividos como *vexatórios* e degradantes constituem importante esteio no percurso de empoderamento feminino e transformação nas dimensões de sua autonomia, no contexto de opressões estruturais das relações das esferas produtiva e reprodutiva.

Contudo, na medida em que os relatos também levantam a problemática da limitação de tomar o feminino apenas em sua função reprodutiva e ineficiência e/ou ausência de políticas de inserção e qualificação profissional, também apontamos as limitações da titularidade feminina no Programa Bolsa Família, na definição dessa titularidade apenas em via de *instrumentalização* da mulher para fins de combate à pobreza. Especialmente, realçamos como essas limitações fragilizam a potencialidade de solidificação dos processos de empoderamento, mobilizados no roll de ação das mulheres titulares em busca de empregos e superação de ocupação de postos de trabalhos informais, no ciclo de pobreza intrageracional.

Ao traçar trajetórias produtivas e tecer argumentações acerca do empoderamento de mulheres de pobres, gostaríamos de fazer uma última ressalva que baliza nossa compreensão de agência dentro da perspectiva etnográfica. Em análise sobre o fenômeno nomeado de *recusa etnográfica*, Ortner (1995) afirma que estudos em torno do tema da resistência podem ser fortemente limitados pela falta de perspectiva etnográfica. His-

toricamente, resistência foi uma categoria construída na limitada visão binária entre resistência e dominação. Na tentativa de superação dessa ordem dicotômica, compreende-se resistência imersa nos graus de ambivalência ligados com as subjetividades. Defende-se que nas relações de poder com o dominante nunca há uma subordinação unitária.

Norteados por tais discussões, defendemos que o caminho etnográfico, a partir do qual buscamos compreender as trajetórias produtivas, forneceu subsídios para pensar estratégias de agência feminina na relação com conjuntura das macropolíticas de desenvolvimento para as mulheres. Para além de retratar mulheres pobres moradoras do Coque e beneficiárias do Programa Bolsa Família, a apresentação de algumas das configurações culturais em que vivem essas mulheres, aglutinada com a observação de estratégias de agência, buscou retratar os *caminhos de resistência* para além das oposições binárias com as *dominações de gênero*. Aqui, pela perspectiva dos Jogos Sérios, compreendendo que o ponto de vista é sempre um ponto do processo importante, as trajetórias femininas pesquisadas lançam importante componente para observação do *como* podem ocorrer alguns desses processos de transformação das relações de gênero, no contexto de titularidade feminina dentro do PBF.

Por fim, no último capítulo deste livro, debatemos os projetos de vida formulados e reformulados dentro dos enredamentos dessa titularidade e dinâmicas socioculturais locais.

Projetos de Vida: Perspectivas de Futuro

Por fim, neste último capítulo, norteado pela discussão que interliga subjetividade e agência, analisamos projetos de vida de mulheres titulares do Programa Bolsa Família.

Os projetos de vida mencionados estão associados com questões de habitação, de busca por acesso ao mercado de trabalho formal e de vida reprodutiva, delineados em planejamento e busca por *melhoria* de vida. Isso ratifica, no conjunto dos capítulos anteriores, a importância de nossa discussão de que a avaliação da titularidade feminina no PBF não deve estar dissociada do debate sobre Gênero e Desenvolvimento, fomentando abordagem de temas essenciais na luta feminista pela equidade de gênero, tais como direitos reprodutivos e divisão sexual do trabalho.

Projetos de ter uma *casa* própria

Quando indagadas sobre projetos de vida, em projeção temporal de uma década, prioritariamente as mulheres mencionam o desejo de ter uma *casa* própria. Assim falam **Diana, Eva, Jurema, Joelma, Cristina** e **Severina**. Os relatos correlacionam discussão que ora ressalta a problemática sobre desenvolvimento urbanístico e regularização de moradias dentro da comunidade do Coque, ora frisa oportunidades de independência feminina na relação conjugal com companheiros *controladores*, e/ou realçam a intenção de reconstrução conjugal e familiar, após vivência de relacionamentos permeados de violência doméstica.

No que tange ao debate sobre desenvolvimento urbanístico e regularização de moradias dentro da comunidade do Coque, os relatos de **Diana, Cristina** e **Joelma** auxiliam na compreensão da intersecção entre o projeto de ter uma casa, no contexto de desapropriação territorial, regularização de moradia e direito habitacional:

Joelma: Queria estar com minha casa! Acho que vou ganhar ajuda do auxílio moradia, essa parte que eu moro, no Coque, parece que vai sair também por causa do crescimento do terminal [refere-se às obras de ampliação do Terminal Integrado de Passageiros] [Entrevista, dezembro, 2012].

Diana: Queria ter uma casa... Uma casa mesmo, maior. Porque com o pedaço do terreno do pai dele, a gente podia botar laje, aí ficava os quartos em cima, a cozinha e a sala embaixo, aí ficava maior [...] quando a gente foi morar junto a gente alugou um quarto [Diana e o companheiro, Igor], que a tia dele tem um quarto e alugou para gente morar lá do outro lado [refere-se ao lado do Coque que foi reapropriado para construção do Fórum Jurídico]. A gente ficou morando, depois se separou eu vim embora para casa da minha mãe. Depois a gente voltou de novo, foi quando Igor saiu do emprego. O pai dele deu uma parte do quintal dele, aí Igor fez um vãozinho, que é onde a gente mora agora. O vão [cômodo] é quatro metros, e tem um banheiro no quintal, fora da casa. Ainda bem que a gente não paga aluguel para o pai dele. É horrível pagar... E não paga nem água e luz. Mas eu acho que daqui há dois ou três anos a gente sai dali. Porque o meu quarto é logo na pista. Já tirou uns barracos de lá, eu estou achando que

mais seis casas assim do Capitão Temúdio [refere-se a Viaduto construído em território do Coque] para cá é a minha. Aí eles tão tirando tudo. Acho que vão tirar tudinho daqui da favela, porque vão fazer prédio. Essa parte aqui da favela todinha, onde a gente entrou [região invadida], está tudo sendo demolida. Por isso que eu estou dizendo: O Coque vai sumir! Vai ser tudo Coque rico agora [Entrevista, agosto, 2012].

Cristina: Eu penso em estar na minha casa. A gente [Cristina, companheiro atual e filhos] começou a morar junto numa casa alugada, mas com essas obras do viaduto e do terminal [Terminal Integrado de Passageiros] a casa foi derrubada, era bem perto da avenida e agora eu recebo auxílio moradia [...] Assim, antes desse programa da casa, a gente estava planejando construir uma casa, ia se apertar, para ir guardando uma quantia todo mês para poder começar a fazer. Só que como teve esse negócio dessa casa, essa benção por uma parte, que pelo menos agora eu vou ter um cantinho certo, mas a parte ruim também é que a gente não sabe para onde vai, pode ser aqui, pode ser no Ibura, pode ser no Pina, e eu tenho que ir para onde eles quiserem, não é? Então, essa é a parte complicada, porque se eu for morar num canto longe, vou ter que sair de perto da minha mãe, fica ruim porque eu sou muito apegada com ela. Ruim de tudo! Um lugar que a gente não conhece, apenas que vai ser um conjunto habitacional, vai ser praticamente um bairro! Mas o lugar aonde você vai mesmo, você não conhece e sempre é longe [Entrevista, setembro, 2012].

No processo de desterritorialização de áreas do Coque e desapropriação de casas, observamos que **Diana, Joelma e Cristina** e suas famílias estão sendo deslocadas de suas moradias, com possibilidade de saída definitiva da comunidade, em vista dos projetos de desenvolvimento urbanístico da cidade, como descrito no segundo capítulo.

A menção sobre “*Coque Rico*”, tal como expressado por **Diana**, certamente não engloba as atuais famílias e moradores. Aqui o recurso linguístico do verbo “*sumir*” parece presumir os diversos obstáculos que implicam deslocamento habitacional para outra comunidade. Obstáculos que tangenciam dimensões da rede de sociabilidade, meios de produção de renda e maior dificuldade de mobilização para outras áreas da cidade.

Como visto no relato de **Cristina**, as mulheres e suas famílias transitam entre a possibilidade de ter *um cantinho certo* (que não implique contínuo deslocamento da família, na ocasião de recebimento de uma casa dentro de Programa de habitação popular) e projeções adversas de saída da comunidade, na qual contam com rede de apoio de familiares/vizinhança e têm facilidade, pela localização geográfica, de residir em área próxima ao centro urbano do Recife.

Vejamos relatos de **Joana, Diana, Jurema e Eva** sobre moradia no Coque, nos quais enfatizam centralidade geográfica da comunidade em relação ao centro urbano do Recife e rede de sociabilidade familiar (sobretudo menção de apoio das mães e avós, que auxiliam as mulheres nos cuidados maternos e afazeres domésticos):

Joana: Eu acho bom morar aqui no Coque porque é perto de tudo. É perto da cidade [refere-se ao centro comercial], perto de Afogados [comunidade vizinha que tem feira popular de alimentos], você vai de pé. Tem metrô e assim é um lugar que dá para ir para outros lugares. É bom porque muitos lugares não têm por aí colégio perto, aqui tem dois municipal e um colégio do governo, o estadual. Os postos [posto de saúde] é perto também [...] Eu me dou bem com os vizinhos aqui, eu só não me dou muito com minha vizinha [...] É ela lá e a gente cá. Mas com todo mundo eu me dou bem. De vez em quando eu me sento aqui na porta, como é muito quente dentro de casa, quando tem alguma companhia ainda fico com minha mãe, minha cunhada, que moram aqui na frente da minha casa [Entrevista, maio, 2012].

Diana: É muito bom aqui. Perto de tudo! Praia nós vai a pé. Aqui Afogados [comunidade vizinha que tem feira popular de Alimentos] vai andando também, acho que é uns 15 minutos. A cidade [refere-se ao centro comercial] é perto também. Acho ótimo morar aqui! Passo o dia aqui na casa da minha mãe com meus filhos, só vou para casa de noite quando Igor chega do trabalho, é bom aqui [Diário de Campo, visita domiciliar, julho, 2012].

Jurema: [...] Aqui é bom, porque é perto da cidade é tudo perto. Saiu da maternidade, se não tiver dinheiro vai até andando, porque é perquinho. Tem aqui perto o IMIP [hospital público de referência em assis-

tência materno-infantil] e a Restauração [hospital público de referência em assistência de diversas especialidades e urgência médica] [Entrevista, dezembro, 2012].

Eva: Eu acho um lugar bom. Tem muita miséria, mas também em compensação tem muitas pessoas para ajudar, tem muita ajuda. Os vizinhos daqui é bom, porque eles estão aqui para ajudar, nós briga tudinho por causa de menino, aí daqui a pouco estão tudo junto. É tudo perto, Afogados a gente vai a pé, Santo Amaro a pé, se morrer um vizinho, a gente vai embora de pés [refere-se ao bairro de Santo Amaro, no qual está localizado um cemitério público]. Depois que saí daqui, depois que minha casa foi baleada [na p. 58 descrevemos ocasião em que a casa de Eva foi invadida por homens armados] sabe aonde eu consegui comprar um barraco? Em Campo Grande! [comunidade popular localizada em região de divisa territorial entre cidades de Recife e Olinda]. Só que aqui é mais perto das coisas, minha mãe mora aqui, me ajuda com os meninos. A escola dos meninos é aqui. Eu disse ai meu Deus e agora? Tudo para mim lá é difícil, não tem linha de trem para cá, para trazer os meninos para escola. Aqui se a gente precisa de alguma coisa a gente tem um vizinho para pedir e lá que não tinha ninguém. E lá é cada um por si. Aí eu peguei eu disse eu vou alugar e vou morar de aluguel aqui no Coque, voltei. Só morei dois meses, aluguei lá e vim embora para cá. Aqui se você não tiver um trabalho, mas tem Afogados bem ali, você vai ali na feira [feira popular no bairro de Afogados] traz uma tomate, traz uma cebola, pega no chão da feira, não passa fome não. Tem o sinal ali é melhor pedir do que roubar, não é? É um lugar bom de se morar, para a gente de baixa renda é melhor ainda [Entrevista, janeiro, 2013].

Observamos que os relatos enfatizam como a centralidade geográfica do Coque facilita a circulação por outras áreas da cidade, tais como a mobilidade ao centro comercial da cidade, aos hospitais públicos, proximidade da comunidade em relação à praia de Boa Viagem (que é apresentada como uma das poucas opções de lazer gratuita), proximidade de feira popular de alimentos (em bairro vizinho) e estação metroviária integrante de sistema de metrô do Recife. Tal centralidade muitas vezes dispensa uso de transporte coletivo, na qual a condição de poder fazer o deslocamento sem pagar tarifas de transporte é fundamental para a mobilidade mencionada.

Em relação à rede de sociabilidade, como descrito no segundo capítulo, majoritariamente as pesquisadas moram em proximidade com familiares do parentesco materno (**Joana, Joelma, Eva, Diana, Cristina**) ou mesmo coabitam na casa das mães (**Severina e Jurema**). Nesse sentido, observamos auxílio contínuo nos cuidados com os filhos, sobretudo com os filhos recém-nascidos e em idade infantil. A experiência descrita por **Eva**, no momento que teve que morar em outra comunidade, longe de sua rede de sociabilidade materna e de vizinhança, demonstra os obstáculos do deslocamento habitacional. Obstáculos que podem ampliar restrições de mobilidade para outras áreas da cidade, dificultar acesso aos meios de sobrevivência (como por exemplo, poder recolher alimentos em feira popular) e restringir a convivência com outros parentes, que incluem aumento da sobrecarga com as atribuições domésticas e cuidado com os filhos, na medida em que a mulher se vê longe da rede de apoio da família materna.

Ratificamos que o agravamento das condições de deslocamento também é extensivo as oportunidades de trabalho e conciliação com o ciclo de vida familiar. Como visto no quinto capítulo, sobre trajetórias produtivas, a proximidade com parentes da família materna possibilita, de alguma forma, que essa conciliação seja mais viável. Na próxima seção, veremos também que os projetos de trabalho e emprego, no processo de ampliação de rejeição a trabalhos degradantes, perpassam projeções de trabalho autônomo dentro da própria comunidade. Dessa forma, as desapropriações também podem restringir oportunidades de trabalho feminino.

Ressaltamos também que nos relatos de **Diana e Cristina e Eva**, observamos críticas ao modo como vem sendo implantado o processo de desapropriação das casas e famílias residentes no Coque para obras imobiliárias e viárias. Vejamos relato de **Eva**, na complementação de sua fala sobre moradia no Coque:

Eva: [...] Eu estou achando uma coisa ridícula que estão querendo expulsar a gente de todo jeito. Acabar com o Coque. Começou por esse Fórum,

depois esse viaduto, agora disseram que vão fazer condomínio fechado. Vai acabando aos poucos. É para lascar os pobres, não é? É porque a maioria pensa que é besteira, pensa só no dinheiro que vai receber. Porque pobre num instante gasta, aparece uma doença, filho morre, mãe adocece, aí gasta. E com o dinheiro [recursos indenizatórios] que eles dão não dar para comprar é nada hoje, aí o pobre fica sem dinheiro e na rua [Entrevista, janeiro, 2013].

O relato aponta como sistematicamente as famílias vêm sendo *expulsas* dentro de um processo compulsório de desapropriação que não garante o direito à moradia e regularização fundiária e que desconsidera a desproporção entre prejuízos e benefícios da desapropriação para a população (mais especificamente, os prejuízos que agravam a condição de vida das mulheres pobres). Cabe lembrar que essa *expulsão* é agravada, sobretudo na condição de que a comunidade do Coque é uma área legalmente demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) (ver Anexo I), que por direito prescrito em lei é área na qual se devem resguardar direitos de moradia, implantar ações de requalificação urbanística e inviabilizar processos de especulação imobiliária dos terrenos urbanos demarcados como ZEIS, que desapropriem moradores.

Assim, os projetos de *desenvolvimento* urbano vêm *expulsando* as mulheres e suas famílias de suas casas, desconsiderando a rede de sociabilidade e direitos de regularização habitacional, entre mulheres pobres. Fato que certamente caminha na contramão dos tratados e convenções internacionais assinados pelo Brasil¹, no cerne do debate de Gênero e Desenvolvimento, que visam conquistas de direitos (saúde, educação, habitação) para as mulheres dentro dos processos de *desenvolvimento*.

1 Como exemplo, retomamos os acordos firmados na “Plataforma de Ação adotada em Beijing (reiterada em Beijing Mais Cinco - 1995/2000) que chamou atenção, a partir do debate sobre transversalidade de gênero, para o imperativo de que os governos nacionais passassem a integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos. Considerando, antes de se adotarem decisões em matéria de política governamental, a necessidade de realização de análise de suas repercussões nas vidas das mulheres e dos homens. [...] Neste sentido, todos os Estados membros (entre eles, o Brasil) se comprometeram em se empenhar para a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas” (Bandeira, 2005:50).

Nos projetos de vida que mencionam o desejo de ter uma *casa* observamos também relatos que dão ênfase à intenção de reconstrução conjugal e familiar, após vivência de relacionamentos permeados de violência e/ou frisam as oportunidades de independência feminina nas relações conjugais, com companheiros “*controladores*”. Vejamos relatos de **Eva**, **Jurema** e **Joelma**:

Eva: Do meu futuro eu espero terminar minha vida com Jerônimo, não me separar e ter minha casa. Porque morar de aluguel é muito ruim, porque você quer ajeitar a casa e não pode porque não é sua, entendeu? Eu pago R\$ 200,00 todo mês. Vê a casa está assim: cheia de água [em todas as paredes há infiltrações e mofo], telhas quebradas, os vidros quebrados da janela, falta rebocar. O quarto é só um quarto, e é bem pequenininho parece um banheiro. Não cabe nem um guarda roupa, só dá uma cama minha. Minha menina agora está dormindo no chão, o menino dorme no sofá e eu, como estou parida, durmo com minha filha novinha na cama [Entrevista, janeiro, 2013].

Jurema: Daqui há cinco anos eu me imagino no meu próprio canto. Para um dia que se acontecesse alguma coisa comigo, eu deixar para os meus filhos. Eu pretendo comprar uma casa pra mim, aqui perto da casa da minha mãe... Aqui no Coque mesmo [Entrevista, dezembro, 2012].

Joelma: Queria daqui com um tempo ter minha casa. Eu e minhas filhas. Faz mais de um ano que eu moro aqui de aluguel, eu morava aqui na frente, mas era muito pequeno, um vão [cômodo], aí vim para cá, são dois vãos [Entrevista, dezembro, 2012].

Na trajetória de vida de **Eva** e **Jurema** e projetos de casa própria, destacamos que a condição de titularidade feminina no PBF, associada com a ampliação de recurso permanente via integração com o Programa Bolsa Escola, constitui importante cenário para cogitação e elaboração de planos de construção da casa própria.

No caso de **Eva**, como descrito no segundo capítulo, após primeiro relacionamento conjugal marcado por violência, ela tenta construir uma

família com o segundo companheiro, Jerônimo. O período de início do segundo relacionamento é concomitante a inserção no PBF e no Bolsa Escola. Os recursos monetários advindos desta inserção são mencionados como essenciais para transformação de um antigo *quarto* no terreno da avó em *casa* própria. Mas ao ter sua casa metralhada por grupo de homens armados, segundo Eva a mando de seu ex-marido (que não aceitou a separação), ter uma casa volta novamente para o plano dos projetos. Vejamos relato:

Eva: Quem construiu minha casa, no terreno da minha mãe [Eva chama de mãe a avó biológica], foi Jerônimo. Quem era o pedreiro era ele, eu comprava os materiais, as ajudante eram eu e minha mãe. No dia que ele não vinha eu ficava logo nervosa e ele dizia “calma menina”, aí eu dizia: “calma não, eu quero minha casa”. Aí ele vinha e fazia. Aí faltava material. Porque eu fazia o quê? Comprava material no cartão das minhas amigas para ficar pagando. Eu comprei os tijolos, paguei os tijolos, o cimento e aí pagava, para começar tudo de uma vez. Comprei as veias [refere-se as madeiras de sustentação do telhado] no cartão. Comprei as telhas, aí quando terminei de pagar, entramos para morar. [...] Mas só passei três dias, eu me revolto porque só passei três dias morando na minha casa. Tudo de tijolo, tudo do jeito que eu queria, uma imensa casa, porque a gente como pobre ter uma casa, me ajudou mais porque eu sou contemplada Bolsa Família e Bolsa Escola, aí me ajudou a construir minha casa. Eu não me conformo em ter perdido minha casa. É por isso que fiquei perdida, entrei até em depressão, tomava remédio controlado, aí a doutora falou: “minha filha, você não pode se apegar a bens materiais” e eu dizia: “mas era meu sonho construir minha casa”. Gastei que só e não pude ter minha casa, tive que sair que nem uma fugitiva por causa do ex-marido. Meteram bala em mim, quase que eu ia morrendo [Eva levou dois tiros: um tiro próximo ao peito esquerdo e outro no ombro, uma das balas não pode ser retirada, por risco de morte em caso de procedimento cirúrgico, e continua em seu corpo]. Pegou uma bala no meu marido, meteram bala na minha casa [...] [Entrevista, janeiro, 2013].

Nesse contexto, depois da saída da casa recém-construída, habitação em outra comunidade e retorno ao Coque (frente aos obstáculos do deslocamento da rede de sociabilidade local), é que podemos compreender projetos de **Eva** em ter uma *casa* novamente. Aqui, a garantia da renda

mensal dos benefícios dos programas de transferência de renda (única fonte de renda permanente) parece constituir mais uma vez um esteio a partir do qual **Eva** pode cogitar reconstrução do seu *sonho de ter uma casa*.

Nas trajetórias de **Joelma** e **Jurema**, observamos também que a projeção de ter uma casa é contextualizada no cenário de conseguir manter separação conjugal de companheiros que restringem *circulação* fora do âmbito doméstico. Igualmente, a condição de titularidade feminina de um rendimento monetário mensal aparece como elemento facilitador que permite a elaboração de projetos de ter uma casa.

Joelma nos afirma que tomou a iniciativa de morar só com as filhas porque estava recebendo o Bolsa Família, rompendo relacionamento com um companheiro que *controlava* e *vigiava* constantemente sua *liberdade* na circulação fora de casa. Retomamos aqui parte de sua fala sobre as mudanças a partir da condição de titular do PBF: “[...] *Eu tomei a iniciativa de vim morar só, só eu e minhas filhas, por causa disso, mesmo sem trabalho, porque estava recebendo o Bolsa Família*” [Entrevista, dezembro, 2012].

O projeto de **Jurema** em comprar uma casa perto da casa mãe também é contextualizado em cenário de separação conjugal. No relato sobre a separação vemos descrição de relações de gênero desiguais na regência da vida de mulheres pobres, que impõem *aprisionamentos* na casa e responsabilização com os filhos, com proibição de *saídas* para espaços de lazer e diversão, que incluem apenas restrições à mulher/mãe e não ao homem/pai.

Aqui, também não podemos desconsiderar que a rede de apoio familiar (volta à casa dos pais com os seis filhos) e doações/auxílios advindos de parentes e grupos locais comunitários certamente auxiliam a manutenção da separação conjugal. No caminho da festividade familiar de “Chá de Bebê” do sexto filho de **Jurema**, que ocorre na casa de sua irmã em outro bairro popular da cidade, ela relata as doações que tem recebido para enxoval: “*praticamente não comprei nada, ganhei tudo, ganhei dois enxoval, lá no NEIMFA e também no Ipsep* [refere-se a uma ONG que doa enxovais de bebê para mães residentes em comunidades populares]. *Minha prima que*

mora no Rio de Janeiro também mandou muita roupinha de frio, ganhei também saída da maternidade [...] [Diário de Campo, visita domiciliar, fevereiro, 2013]. A própria festividade do Chá de Bebê foi realizada com recursos financeiros da irmã e mãe de Jurema.

No entanto, sem desconsiderar o apoio da rede de sociabilidade, o que queremos reforçar é que os planos de ter uma casa, no caso de Joelma (poder alugar uma casa de dois cômodos) e Jurema (intencionar ter uma casa) após separação conjugal de companheiros *controladores*, aparecem também relacionados com a condição de titularidade feminina de programas de transferências de renda.

Dessa forma, no conjunto dos relatos observamos que, mesmo nas posições de *menos poderosas*, as mulheres, a partir da titularidade feminina do PBF (em alguns casos aglutinados com Bolsa Escola) elaboram projetos de casa/moradia dentro de um processo de (re)construção de subjetividades, que tentam alcançar maior autonomia feminina em suas trajetórias de vida (permeadas por múltiplas desigualdades e violência), o que também inclui poder ofertar uma melhor condição de vida aos seus filhos.

Obviamente, não é possível desconsiderar a desproporção que distancia o plano de ter uma *casa* própria de sua realização, sobretudo, frente aos contextos diversos de desigualdades, que ampliam essa desproporção. Contextos que agravam dificuldades de mulheres pobres, moradoras do Coque, nos planejamentos de ter uma *casa*, os quais incidem sobre possibilidade de maior autonomia feminina dentro de suas trajetórias de vida. Porém, queremos ressaltar o fato de que contar com uma renda mensal advinda da titularidade feminina no PBF (por vezes associado também com o programa Bolsa Escola – o que aumenta a renda) aparece como um elemento importante na possibilidade de projeção de uma casa própria. Projeção que também abrange simbologia de recomeço de vida, que inclui superação de ciclos de violência com ex-parceiros e/ou possibilidade de vivenciar maior *independência* feminina na vivência de novos relacionamentos conjugais.

Projetos de ter um *emprego* formal

Na análise sobre trajetória produtiva e titularidade feminina do PBF, argumentamos possibilidades de autonomia, no percurso de empoderamento, na medida em que as mulheres conseguiam, em alguma medida, renunciar a empregos degradantes e expandir possibilidade de procura por empregos mais estáveis e mais valorizados. Observamos também que após o desejo de ter uma casa, um segundo projeto de vida mais relatado, na projeção de cinco e dez anos, é o desejo de ter um emprego (com direitos trabalhistas garantidos e remuneração regular) e/ou trabalho informal mais valorizado. Tais projetos são descritos por **Joelma, Virgínia, Jurema, Diana e Joana**. Vejamos alguns relatos:

Joelma: [...] Queria também um trabalho. Poderia ser qualquer coisa, sendo um trabalho de carteira. Queria, porque fica mais garantido, não é? [Entrevista, dezembro, 2012].

Jurema: [...] E assim e ter meu emprego, não é? Assim, não tenho preferência não, porque às vezes a gente escolhe tanto. Eu só tenho preferência que fosse carteira assinada. E ter meus filhos também fazendo algum curso, fazer alguma coisa de interessante porque tem que ocupar a mente. Daqui há cinco anos meu filho mais velho vai estar com 18 anos [Entrevista, dezembro, 2012].

Virgínia: Ah, eu quero ficar aqui mesmo no Coque. Queria estar trabalhando, eu tenho assim vontade. Agora não, que minha filha é novinha, mas quando tiver maiorzinha, eu penso assim. Penso estar com meu marido, com minha filha e trabalhando, mas um trabalho que tenha hora de sair e de largar. [...] Não feito o que eu tinha que só tinha hora para entrar. Chegava cinco e meia manhã, no máximo seis e meia. Não tinha hora para largar, eu as vezes cheguei em casa onze horas da noite, para logo cedo estar lá de novo. O dia todinho em pé. Tinha hora que eu me arretava. Era tipo cozinha industrial, tipo negócio de marmitta. De manhã a gente chegava sem tomar café, a gente não tinha tempo de tomar café direito, eu me arretava. Eu chegava logo cedinho para fazer coisas para o almoço, dez e meia no máximo a gente já estava servindo. Servindo assim, botando nas quentinhas, fechando, entendeu? Pagava um salário só. A gente almoçava

na carreira, passei uns quatro meses ainda. Isso no ano passado [2011]. Não tinha nada, era só o salário [refere-se a ser trabalho sem carteira assinada]. O dia todinho em pé, a gente só sentava para comer e a gerente ainda ficava com o olho para o lado da gente, mandando a gente correr para voltar logo para trabalhar. Por isso eu não estava aguentando não, aí eu saí [Entrevista, setembro, 2012].

Os relatos acima falam de projetos de trabalho feminino. Porém, as mulheres realçam que não querem continuar em trabalhos subremunerados, sem direitos trabalhistas e degradantes da saúde física e psicológica. O termo *emprego* é nomeado com nítida demarcação de ingresso e permanência em esfera produtiva que esteja no âmbito formal, que seja diferente dos históricos postos informais ocupados pelas mulheres pesquisadas. Isso nos auxilia na compreensão de *como*, na condição de titular do PBF, as mulheres tentam formular estratégias de agenciamento que buscam sobrepujar cenários estruturais de desigualdade, na aglutinação das ordens de gênero e condição socioeconômica.

Nos planos de **Diana** e **Joana** é possível entrever também potencialidade e amplificação dos horizontes de escolhas de trabalho, na medida em que planejam obter um trabalho autônomo. Após mencionar planos de ampliar sua moradia de um cômodo para uma *casa* completa (com cozinha, banheiro, quarto, sala), **Diana** fala do desejo de conseguir montar comércio na frente da sua casa para venda de alimentos (tipo batatinha frita e pastel). Assim, certamente nem ficaria submetida a trabalhar sem ter a garantia que vai receber por esse trabalho (como no caso de sua única experiência de trabalho fora de casa, num quiosque de água de coco dentro de um supermercado) e nem necessitaria dividir os rendimentos de seu trabalho como manicure com nenhum *patrão*². Vejamos planos de Diana para compra de seu instrumento de trabalho:

² Em conversa sobre seu trabalho como manicure, Diana informa que não trabalha em Salão de Beleza porque o baixo valor do serviço não compensa o trabalho exercido, em função da divisão do pagamento, com o proprietário: “Eu não quis não trabalhar em salão. É porque também é meia a meia. Se fosse R\$ 15,00 era R\$7,50 meu e R\$7,50 do dono, aí ganha o quê?” [Diário de Campo, outubro, 2012].

Diana: [...] Aí na minha casa, eu ia conseguir colocar também uma máquina de batatinha lá na frente de casa, para vender batatinha e pastel. Que lá não tem não. Tem lá churrasquinho, esses negócios... Uma mulher lá estava vendendo não durou nenhum mês para vender. Porque ela é da preguiça! Aí eu vou querer fazer isso por enquanto, até arrumar emprego, não é? Depois de pagar minhas dívidas, queria juntar um dinheirinho para comprar a máquina de batatinha. Já falei com Igor para ele me ajudar também e vou ver um jeito de juntar um dinheiro da minha Bolsa [Bolsa Família] [Entrevista, Agosto/2012].

Ressaltamos que a aquisição da máquina de batatinha frita parece possibilitada entre *cálculos* sobre pagamentos de dívidas e separação de alguma porcentagem do rendimento do PBF. No relato, o companheiro também vai contribuir para a compra da máquina, mas a ênfase no “*queria juntar um dinheirinho*”, advindo do PBF, informa que Diana cogita a possibilidade feminina de ter condições de contribuir para realização desse projeto e não depender exclusivamente do recurso disponibilizado pelo companheiro.

Segundo Rego e Pinzani (2013) a renda advinda do Bolsa Família oferece possibilidades de ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, amplificando também a autonomização da vida dos integrantes. O uso do dinheiro e manipulação da renda “requer atores humanos atrás dele para manipulá-lo, e, além do mais, permite ainda que se possam desenvolver capacidades de programação mínima da vida, assim como complexas estratégias de cálculo” (Rego; Pinzani, 2013:32). Nesse sentido, o recebimento em dinheiro do benefício do Bolsa Família auxilia no processo de individuação dos sujeitos, e possibilita maior mobilidade e habilidade nas suas vidas, o que impacta diretamente a subjetividade das pessoas.

Assim, observamos que a fala de **Diana** sobre a possibilidade de pensar *investimentos*, manipular compras com próprio recurso, apreender cálculos de uso de *sua* renda parecem componentes importantes no jogo de (re)construção da subjetividade, nos domínios de múltiplas opressões femininas, dentro da sua trajetória de vida.

No caso de **Joana**, mesmo frente ao insucesso na primeira tentativa de trabalho autônomo (quando tentou ser vendedora de utensílios domésticos e produtos cosméticos, via revista de catálogos, mas se *atrapalhou* no fluxo de compras e vendas), observamos visualização de melhores condições de trabalho e discursos sobre planos de futuro que espelham expectativas de *melhor* inserção na esfera produtiva:

Joana: Estou pensando em colocar coxinha para vender aqui na minha porta, mas não sei. Porque muita gente já colocou aí na frente, batatinha frita, bolo, sorvete, tudo no começo sai, mas depois fica morgado. Às vezes até as pessoas daqui não tem canto para sair, aí lancha em outro canto, só para ir andar. Ai por isso que eu estou estudando, eu vou logo estudar os casos, para ver se dá certo colocar coisas para vender. E assim, aqui não é um lugar perto, é muito favela. Agora meu sonho é trabalhar assim, porque eu não tenho bom estudo, é trabalhar [...] Eu tenho também um plano na minha cabeça. O meu sonho mesmo é de colocar uma lojinha assim de roupa de Caruaru [cidade polo de confecção em PE], essas coisas assim. Eu digo a meu marido direto, vou juntar um dinheiro e vou para Caruaru comprar umas roupinhas. Mas se eu tiver de um dia fazer isso eu quero fazer mais lá perto da avenida, tipo arrumar o dinheiro para alugar um cantinho assim na avenida. Entendessee? E ali tiver condição de pagar aluguel e botar umas roupinhas. Ia ser ótimo [Entrevista, maio, 2012].

Igualmente, ouvimos relatos que ilustram possibilidade de agência feminina de pensar em investimentos, *estudar* contextos para montagem de negócios e elaboração de cálculos de possibilidades. Tais relatos nos conduzem a compreender trilhas de (re)construção de subjetividade feminina, inserida em trajetória de vida produtiva marcada por restrições de direitos e trabalhos vivenciados como humilhantes.

Os relatos de **Diana** e **Joana** evidenciam também como o processo de *desapropriação* das mulheres e suas famílias, dentro da comunidade do Coque, pode ampliar a restrição de formulação de projetos de *melhor* inserção produtiva dessas mulheres. Ao mencionar a possibilidade de alugar um *cantinho na avenida*, **Joana** declara como a localização física de seu possível negócio é um componente essencial para o sucesso de seu pro-

jeto. A *avenida*, que fica localizada em uma das áreas centrais da cidade, é sinônimo de constante circulação de cliente, e é apresentada como fator determinante no bojo de cálculos e estudos sobre a montagem de seu negócio próprio. Nesse sentido, o *deslocamento* para regiões periféricas da cidade (“*longe de tudo*”, como as mulheres dizem) certamente colocaria maiores obstáculos na concretização dos projetos de trabalho.

Na dinâmica dos *jogos sérios*, vemos com Ortner (2005:73) “como o exercício do poder sobre subordinados costuma estar a serviço da realização de algum projeto [...] mas os subordinados inevitavelmente têm seus próprios projetos”. Neste cenário, a agência de projetos possibilita ações reorganizativas dos agentes culturais dentro das matrizes desiguais de poder. Dessa forma, os discursos de nossas pesquisadas apontam que, dentro da titularidade feminina do PBF, os projetos femininos também incluem desejos, expectativas e ações que tentam se sobrepor aos projetos de continuidade da perspectiva que aglutina mulher pobre com cuidados maternos e da casa, no contexto de programas de transferência de renda.

Na compreensão da agência de projetos como formulações (literais ou metafóricas) dentro das *margens do poder*, entendemos que quando as mulheres nos falam em planos de emprego, que as auxiliariam no processo de autonomia feminina, elas ilustram como estão tentando agir dentro de matrizes determinadoras de poder. Matrizes que, por exemplo, restringem o debate de gênero e desenvolvimento à implementação de políticas de transferência de renda que focalizam as mulheres apenas em funções de reprodução e cuidado de crianças.

Certamente, nesta reflexão, não estamos desvalorizando os ganhos que a titularidade feminina em programas de transferência de renda proporciona para as mulheres pobres. Como temos argumentando, essa titularidade feminina configura-se como esteio no qual as mulheres podem ter uma melhoria no poder aquisitivo (sobretudo de itens básicos como alimentação e vestuário) e tentam formular projetos de vida que incluem o desejo de ter uma casa e/ou projetos produtivos que as insiram em trabalhos formais, com garantias trabalhistas.

Contudo, novamente apontamos a importância da implantação de políticas de incentivos na continuidade dos estudos e qualificação profissional feminina, as quais podem solidificar o processo de autonomia, mobilizado pelas mulheres pobres, de grupos populares urbanos, integrantes dos programas de transferência de renda.

As próprias mulheres apontam como o grau de formação escolar, com predomínio de estudos em nível de ensino fundamental incompleto é insuficiente para aquisição de postos de trabalhos mais qualificados. Na retomada da fala de **Joana**, a expressão *eu não tenho bom estudo* durante apresentação de seus planos de emprego, certamente reafirma nossa discussão (no capítulo anterior) das limitações em relação à ineficiência e/ou ausência de políticas de inserção e qualificação profissional para as titulares do PBF. Tal contexto, fragiliza as potencialidades de solidificação dos processos de empoderamento, mobilizados no roll de ação das mulheres titulares em busca de empregos e superação de ocupação de postos de trabalhos informais, no ciclo intrageracional feminino.

Projetos de não ter mais filhos

Por fim, observamos que as mulheres também mencionam sobre desejos e planos de não ter mais filhos. Como vimos, no quarto capítulo, no contexto de *reveses* contraceptivos, a contracepção definitiva é prioritariamente apresentada como um dos modos de burlar, dentro do discurso de *maternidade responsável*, as gravidezes indesejadas. Apenas **Lívia** e **Eva** dentro do que nomeiam *benção divina* e *sorte*, realizaram os planos de conseguir procedimento clínico de esterilização feminina, durante o parto cesário. Assim, nos relatos de **Diana**, **Joelma**, **Jurema**, **Severina** e **Cristina**, sobre planos de futuro, notificamos falas que realçam intenções e planejamento de não ter mais filhos, sendo a esterilização feminina mencionada recorrentemente. Exemplificamos com relatos de **Diana** e **Severina**:

Diana: [...] Não quero mais filhos não. Eu botei na cabeça que vou ligar! Igor é assim, tem época que ele diz que “vai ligar, fazer a ligação”... Aí ficava mais segura se eu e ele fizesse a ligação [Entrevista, agosto, 2012].

Severina: Eu não penso em ter mais filhos. Eu estava tomando injeção, mas estava engordando muito. Aí deixa que eu vou ligar. Depois deu ter esse filho aqui [segundo filho]. Só dois mesmo, quando eu tiver com 31 anos, minha menina está uma moçona, e meu menino também vai estar grande e eu lá chique de perna para o ar! Para quê ter três filhos, quatro filhos? Quero fazer minha ligação [Entrevista, novembro, 2012].

Quando indagadas se “É o marido quem deve decidir se quer ter filhos, e quantos filhos quer ter?”, majoritariamente as mulheres afirmam que essa decisão é feminina. As justificativas mencionam a sobrecarga de responsabilização com a maternidade em detrimento das *funções* da paternidade e reforçam as metas reprodutivas que incluem esterilização feminina, e em alguns casos, também de que o companheiro realize a esterilização masculina. Vejamos relatos de **Jurema**, **Joelma**, **Severina** e **Diana**:

Jurema: Não, porque não vai ficar nas costas dele. Mesmo que ele dê as despesas da criança quem é que vai cuidar? É a mãe. O homem nunca quer dividir a responsabilidade com a mãe. Agora depois desse último [6° filho] vou querer ligar, já são filhos demais [Entrevista, dezembro, 2012].

Joelma: Não concordo. É porque quem tem que decidir é a mulher. A mulher que tem que dizer, se ela quer, se quer ou não quer agora. Se ela já quer ligar, ela que tem que decidir [Entrevista, dezembro, 2012].

Severina: Não, quem deve decidir é a gente. Porque se ele disser assim “Eu quero ter cinco filhos”, aí eu vou ter cinco filho é? Não, minha filha! Aí eu digo: “É dois e pronto e acabou”, e já disse para meu marido: “tu liga de um lado e eu ligo do outro” [Entrevista, novembro, 2012].

Diana: Eu mesmo sou assim, eu tenho minha opinião, eu acho que se fosse por Igor, ele queria mais filhos mesmo. Assim minha mãe queria ter dois filhos, teve três. Mas minha mãe teve três por causa do meu pai, que ele queria três. Mas eu tenho minha opinião. Por Igor eu não ligava agora, mas eu quero. Botei na minha cabeça que vou ligar [Entrevista, agosto, 2012].

Tais relatos reafirmam nossa análise de *desmistificação* do discurso que relaciona aumento do número de filhos, entre mulheres, visando continuidade e ampliação do benefício monetário do PBF. Como descrevemos no quarto capítulo, a efetividade do exercício dos direitos reprodutivos entre as titulares do PBF é fragilizada e até mesmo negligenciada, dentro de uma vivência de planejamento reprodutivo unilateral (o que, geralmente, implica tentativa contraceptiva *improvisada* pela mulher), na ausência de projetos e programas que possam auxiliá-la de forma eficiente.

A discussão acerca da garantia dos direitos reprodutivos não pode negligenciar as responsabilidades masculinas no contexto da sexualidade e da reprodução. Nesse sentido, ao relatar sobre planejamento de esterilização do companheiro, as mulheres também nos chamam atenção sobre a sobrecarga de responsabilização feminina no planejamento reprodutivo.

Aqui, notificamos que o planejamento, por parte das mulheres, de esterilização masculina encontra múltipla dificuldade de concretização. Entre eles, observamos formas de resistência masculina em efetivar procedimentos de esterilização. A tentativa fracassada de **Lívia** em conseguir que o companheiro fosse realizar o procedimento ilustra nossa observação.

Durante almoço em sua casa, **Lívia** comenta das resistências de Ricardo em fazer a vasectomia (esterilização masculina), mesmo tendo em vista que ela já tinha realizado todo o procedimento de solicitação de informações, agendamento para Ricardo ir às palestras de planejamento familiar³ e marcado consulta médica. Vejamos nota do Diário de Campo:

³ Dentro das normativas do SUS para realização de cirurgia de vasectomia, o usuário tem que participar, dentro de uma Unidade de Saúde da Família, de palestras sobre Planejamento Familiar, para fins de conscientização do processo e suas repercussões na vida reprodutiva.

[...] enquanto almoçamos **Lívia** me fala que procurou esterilização para Ricardo, mas ele desistiu: “ontem tive o maior aperreio de noite, depois que fiz tudo, fui saber como era, marquei médico, fui para palestras com Ricardo e ele desistiu de fazer a ligação dele [refere-se à vasectomia], disse que eu já tinha feito a minha e que não precisava ele fazer, aí eu disse mas rapaz tu viu que eu era ligada e engravidei, e ele dizendo que não ia mais, que não tinha necessidade. Fiquei muito aperreada ontem visse!” [Diário de Campo, agosto de 2012].

Certamente, dentro do limite analítico, não é possível maior desdobramento sobre *resistências* dos companheiros em efetivar procedimentos de esterilização. O que queremos realçar são os relatos da sobrecarga de responsabilização feminina no planejamento reprodutivo (e cuidado com os filhos), e como nessa trama, as mulheres tentam elaborar planejamentos e metas para por em ação as intenções de não querer ter mais filhos.

Na nota de conclusão deste capítulo, uma última ressalva. Considerando que *agentes* não são livres nem no sentido de formular e concretizar seus projetos e nem na capacidade de controlar completamente seus próprios fins (Ortner, 2006b), a compreensão dos projetos de vida entre o grupo de mulheres titulares do PBF (tangenciando questões de casa, trabalho e esterilização feminina) realça a interseção das análises realizadas nos capítulos anteriores, ratificando como precisamos ampliar indicadores de avaliação sobre o PBF e a titularidade feminina. Essa ampliação nos auxilia na compreensão dos processos de reprodução e potencialidades de transformação das relações de gênero no cenário político de *focalização feminina* no PBF e experiência de vida das mulheres de grupos populares.

Considerações Finais

A partir da análise sobre titularidade feminina no Programa Bolsa Família, dentro do debate Gênero e Desenvolvimento, interligamos cenários internacional, regional e nacional que focalizam discussão sobre gênero, pobreza, empoderamento feminino, *feminização da pobreza*, discursos de *eficiência* e formatação de programas de transferência de renda dentro de políticas de combate à pobreza.

Após uma década de implementação do Programa Bolsa Família (2004-2014), vimos como majoritariamente o Programa é analisado dentro de perspectiva econômica e do serviço social (viabilidade econômica do programa; impactos sobre a diminuição da pobreza nas famílias; distribuição de renda no país; Bolsa Família e proteção social; gestão organizacional do Programa), com insuficiente debate sobre a titularidade feminina e configurações de gênero no PBF.

Ao realizar a análise da titularidade feminina no PBF, no aporte do debate Gênero e Desenvolvimento, contribuimos para afirmar o reducionismo analítico que associa, numa equivalência de equidade de gênero e eficiência econômica, aumento de acesso a recursos financeiros (via programas de transferência de renda) e empoderamento feminino.

Na compreensão de que o empoderamento deve ser analisado de forma contextual, relacionado com o âmbito sociocultural vivido e dimensões pessoais, exemplificamos que os indicadores de empoderamento dentro do PBF devem considerar a interseção de fatores sociais e histórias de vidas. Fatores que modelam mudanças e/ou manutenções das relações de gênero na formatação dos programas e projetos dentro das políticas de desenvolvimento.

Focalizamos eixos analíticos que estavam invisibilizados na avaliação do PBF, a partir temas centrais do feminismo, como: direitos reprodutivos e divisão sexual do trabalho, na interseção das esferas da vida produtiva e reprodutiva.

No eixo analítico *Direitos Reprodutivos e Maternidade* no PBF, discutimos de forma integrada: i) como o *foco* nas crianças, a partir das prerrogativas do Programa (e formatação de *condicionalidade* majoritariamente relacionada com frequência escolar e vacinação das crianças) é basilar para pensarmos a abordagem de *instrumentalização* da mulher (no roll da *eficiência de gênero*) para fins de programas de combate à pobreza; bem como a forma como essa abordagem é *disseminada* entre as mulheres titulares, impossibilitando potencialidades de mobilização feminina para reivindicação de direitos, como por exemplo, direitos reprodutivos e ii) como o percurso reprodutivo de mulheres titulares é marcado por *reveses* da contracepção de mulheres pobres, solidificando experiências que lidam com falta de acesso a contraceptivos reversíveis, ausência de informações qualificadas sobre ciclo reprodutivo, oferta de assistência não qualificada e não eficiente para contracepção e experiência de contracepção irreversível relegadas ao campo da *sorte*, dentro do sistema público de saúde.

Evidenciamos o reducionismo da *focalização feminina* no PBF, que implementado no viés da perspectiva de *eficiência de gênero* reforça o posicionamento do lugar da mulher dentro do Programa apenas associado à maternidade. Fator que certamente contribui para inviabilizar proposição de integração com políticas de saúde reprodutiva, que poderiam promover melhoria no acesso aos direitos reprodutivos das titulares, incluindo o direito de planejar a trajetória reprodutiva em relação aos métodos contraceptivos, número de filhos desejados, intervalo entre gestações e/ou mesmo a escolha de não querer ter filhos dentro desta trajetória.

No eixo sobre Inserção/Qualificação produtiva, estratégias de agência e processo de empoderamento feminino dentro do PBF, vimos que: i) as trajetórias produtivas são marcadas por ocupações em setor informal, com remuneração irregular e/ou subremunerado, são compreendidas como ocupações degradantes, vexatórias e que existem diversas dificuldades de conciliação de inserção/permanência na esfera produtiva com o ciclo de vida familiar; ii) a partir de mobilizações de agência feminina, em contexto de renda mensal advinda do benefício, existe a possibilidade de ampliação do poder de rejeição aos trabalhos mais desvalorizados/subremunerados e possibilidade de procura por trabalho melhor remunerado, mais valorizado e/ou empregos formais; e iii) que as mobilizações de agência feminina, na medida em que tangenciam dimensões de autonomia, entendida como percurso no processo de empoderamento, poderiam ser solidificadas se a formatação do PBF fosse elaborada dentro de uma abordagem de política de gênero, concretizando propostas de qualificação profissional e geração de renda entre as mulheres titulares.

Tais análises também evidenciam a importância de discutir e problematizar discursos *simplificadores* sobre o PBF e a titularidade feminina, que alegam que as mulheres têm mais filhos para ingressar/permanecer no Programa ou que a condição de recebimento de auxílio monetário gera um *efeito preguiça* nas mulheres, que deixam de trabalhar fora de casa. A análise que relaciona experiência sobre acesso a direitos reprodutivos,

mercado de trabalho e projetos de vida aponta que precisamos conhecer os cenários socioculturais para não corroborar com discurso inverídico sobre mulheres pobres, residentes em grupos populares urbanos, titulares do Programa Bolsa Família.

O debate sobre projetos de vida ratifica essa discussão. Visualizamos que: i) em alguma medida, a titularidade feminina aparece como elemento que permite cogitar projetos de casa/moradia dentro de um processo de (re)construção de subjetividades, no qual as mulheres tentam alcançar maior autonomia em suas trajetórias de vida (permeadas por múltiplas desigualdades e vários tipos de violência), o que também inclui poder ofertar uma melhor condição de vida aos seus filhos; ii) que o segundo projeto de vida mais relatado é o desejo de ter um emprego (com direitos trabalhistas garantidos e remuneração regular) e/ou trabalho informal mais valorizado, em que a renda mensal advinda do PBF também foi mencionada como potencial de possibilidades para iniciar um trabalho autônomo, retratado como via de ter trabalho menos precarizado; e iii) no contexto de *reveses* contraceptivos, a esterilização feminina aparece como terceiro projeto de vida mais mencionado entre as mulheres, em relatos que ratificam a sobrecarga feminina na responsabilidade do planejamento reprodutivo e criação dos filhos.

No conjunto dos três eixos analíticos, destacamos a contribuição da abordagem da antropologia feminista, no foco de questões de gênero, poder, agência, subjetividade e cultura. Ao considerar o contexto sociocultural de desigualdade de gênero (com interseções com discussão de raça/etnia e condição social), vivido pelas mulheres pesquisadas, as análises contribuem para evidenciar a complexidade que envolve a experiência das mulheres com a titularidade feminina no PBF. Vimos que a vivência da *focalização feminina* ultrapassa a abordagem da *eficiência* (enquanto *instrumentalização* da mulher nos programas de combate à pobreza), ganhando entrecruzamentos que ora transitam por processos de reprodução das relações de gênero, ora por processos que potencializam a possibilidade de transformação.

Certamente, não podemos desvalorizar os ganhos proporcionados pela titularidade feminina em programas de transferência de renda para as mulheres pobres, especialmente quando visualizamos a formulação de estratégias femininas que potencializam esses ganhos em suas vidas. Como temos argumentando, essa titularidade feminina se configura como esteio no qual as mulheres podem ter uma melhoria no poder aquisitivo (sobretudo de itens básicos como alimentação e vestuário) e tentam formular projetos de vida que incluem o desejo de ter uma casa e/ou projetos produtivos. Mas, ao mesmo tempo, também explicitamos as dimensões de reprodução de desigualdades de gênero, que tentam perpetuar a tríade “mulheres pobres, casa e maternidade”, na formatação de políticas de transferência de renda e titularidade feminina, no roll de discursos sobre desenvolvimento social.

Portando, a análise aqui tecida, ratifica nossa proposição de que na vida cotidiana das mulheres titulares do PBF (permeada por dimensões que também contemplam agência, subjetividade e sítios de poder, dentro dos processos socioculturais) a discussão sobre *focalização feminina* nas políticas de combate a pobreza transborda a discussão dessa *focalização* em relação à abordagem de *eficiência*, adicionando conotações que precisam ser discutidas no âmbito dos direitos das mulheres.

Referências

- AITHAL, Vathsala. **Empowerment and global action for women: Theory and Practice**. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromsø. Disponível em: <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/> Acesso em 20 de dezembro de 2013.
- ALVES, José Eustáquio. **As Políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006.
- ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, 2013. Cap. 14, p. 233–245.
- _____. O Programa Bolsa Família, Fecundidade e a Saída da Pobreza. In: ARI-LHA, Margareth *et al* (Orgs.) **Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas**. Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p.27-48.
- ARILHA, Margareth; BERQUÓ, Elza. Cairo+15: trajetórias globais e caminhos brasileiros em saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. In: **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: ABEP; UNFPA, 2009. Cap. 2, p. 67-120.
- ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. In: Fundação Alexandre de Gusmão (Org.). **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. 1. Cap. 11, p. 187-206.
- _____. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII, **Anais do VIII Congresso Luso - Afro - Brasileiro**, Coimbra, 2004. v.1.
- _____. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC, 2002a, p. 121-142.
- _____. Direitos Reprodutivos: Feminismo e Construção de Igualdade. In: **AGENDA - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento**. (Org.). Curso Nacional de Advocacy. Brasília/DF: Agende, 2002b, p. 89-100.
- ÁVILA, Maria Betânia; CORREA, Sônia. Direitos Sexuais e Reprodutivos: Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ Elza (Org.). **Sexo & Vida**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 17-94.

- BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil**. CEPAL - Série Mujer y Desarrollo. **Santiago de Chile**, n.66, 2005, p.43-76.
- BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Tradução: Antonia Lewinsky, Recife: SOS Corpo, Recife, 1993.
- BARBOSA, Daguiamar. Assistência Social e Gênero: reflexões sobre famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: **Cd-room Anais do 7º Encontro Nacional de Política Social**, Santa Catarina, 2012.
- BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p.577-586, 2009a.
- _____. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n.5: 1843-185, mês 2009b.
- BRADOITTI, Rosi. Gênero y posgénero? El futuro de una ilusión? In: _____. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nomade**. Barcelona: Gedisa, 2004. p. 131-150.
- BARSTED, Leila. Sexualidade e reprodução: estado e sociedade. In: BILAC, Elisabete; ROCHA, Maria Isabel (Orgs). **Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe**: temas e problemas. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP/ São Paulo Editora 34, 1998. p. 147-182.
- BARZELATO, José. Desde el control de la natalidad hacia la salud sexual y reproductiva: la evolución de un concepto a nivel internacional. In: BILAC, Elisabete Dória; ROCHA, Maria Isabel (Orgs). **Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe**: temas e problemas. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP/ São Paulo Editora 34, 1998. p.39-49.
- BARSTED, Leila. Novas legalidades e novos sujeitos de direitos. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (Orgs.). **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 29-38.
- BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2), p441-453, 2003.
- BHADRA, Chandra. Gender and Development: Global Debate on Nepal's Development Agenda. **Contributions to Nepalese Studies**, vol. 28, n.1, p.95-107, Janeiro. 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia para o Acompanhamento das Condições do Programa Bolsa Família**, Volume I, 2010.

- BEHRING, Elaine. Fundamentos de Políticas Sociais. **Serviço Social e Saúde: formação profissional e trabalho**. 2000
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia. [Acessado, em Janeiro de 2014].
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, 2000.
- BUTTLER, Judith. Sujeitos do sexo / gênero / desejo. In: _____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 01, p.15-49.
- BUVINIC, Mayra. Projects for Women in the Third World: Explaining their Misbehavior. **World Development**, v.14, n. 5, p. 653-664, 1986.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- CAMPOS, Alzira; TRINDADE, Liana; COELHO, Lúcia. Mulheres criminosas na abordagem interdisciplinar. **Pesquisa em Debate**, São Paulo, v.5, n.2, Jul/Dez, p. 1-23, 2008.
- CAMURÇA, Silva. Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia. In: BUARQUE, Cristina *et al.* **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib /SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p.164-175.
- CARLOTO, Cássia. Condicionais nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das Mulheres. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.18, n.2, p.121-130, jul.-dez. 2012.
- _____. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, p. 139-155, jul. 2006.
- _____. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, 2004. p.149-156.
- CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p 551-471, maio-ago, 2010.
- _____. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 38, p. 38-59, 2008.
- CARNEIRO, Annova. **A centralidade da família no Programa Bolsa Família: análise referenciada no programa em São Luís**. 2010. 203f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2010.

- CARVALHAES, Flávia; TONELI, Maria Juracy. Rainhas do tráfico de drogas: imagens de poder. II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2011, Londrina. **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina: UEL, 2011.
- CARVALHO, Luiz *et al.* Esterilização cirúrgica voluntária na Região Metropolitana de Campinas, São Paulo, Brasil, antes e após a regulamentação. **Caderno de Saúde Pública**, v.23, p.2906-16, 2007.
- CASTRO, Jorge; MODESTO, Lúcia (Orgs). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. v.2.
- CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: GALAZZI, Irene (Org.) **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001.
- CHANT, Sylvia. The 'Feminisation of Poverty' and the 'Feminisation' of anti-poverty programmes: room for revision? **Journal of Development Studies**, Vol. 44, No. 2, 165-197, February 2008 165-197
- _____. Re-thinking the 'Feminization of Poverty' in relation to aggregate gender indices. **Journal of Human Development**. v.7, n. 2, July 2006, p. 201-220.
- CITELI, Teresa; MELLO E SOUZA, Cecília; PORTELLA, Ana Paula. Revezes da anticoncepção entre mulheres pobres. In: DUARTE, Luis; LEAL, Ondina (Orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 57-77.
- CORREA, Sonia. Sexuality, gender and empowerment. **Development**, v.53, n. 2, p. 183-186, dec. 2010.
- COSTA, Albertina. *et al.* Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil. In: _____ (Org.). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. 1ed. Recife: Edições Sos Corpo, 2010, p. 115-170.
- COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER Lynn. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, v.6, n,1, p. 75-84, jan/ mar. 2006.
- COSTA, Joana *et al.* **A Face Feminina da Pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Texto para Discussão n.1137. Brasília: IPEA, 2005
- CURRALERO, Cláudia, *et al.* As condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge; MODESTO, Lúcia (Orgs.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. 2 v. p. 151-178.
- DALSGAARD, Anne. **Vida e esperanças: esterilização feminina no Nordeste**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 314 p.
- DAMATA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

- DI STEFANO, Christin. Problemas e incomodidades a propósito de la autonomía: algunas consideraciones desde el feminismo. IN: CASTELLS, Carmem (Org.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 53-78.
- DULTRA, Eneida; MORI, Natalia. **Trabalhadoras domésticas em luta: Direitos, igualdade e reconhecimento**. Brasília: CFEMEA: ACDI/CIDA, 2008
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura. O Sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaio sobre estado, política e sociedade**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 8, p.225-255.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986. p.17 a 38.
- ESCOBAR, Arturo. **Anthropology and Development**. International Social Science Journal, v.49, p. 497–515, December, 1997.
- _____. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. *Anthropology and the Development Encounter: The Making and Marketing of Development Anthropology*. **American Ethnologist**, n.18, v. 4, p. 658-82, 1991
- FARAH, Marta. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2004. Cap. 9, p. 127-142.
- FERNANDES, Magda. Mulher, família e reprodução: um estudo de caso sobre o planejamento familiar em periferia do Recife, Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n 2, p.253-261, 2003.
- FERREIRA, Verônica. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In. SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo, Secretaria Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. 2005.
- FILGUEIRAS, Cristina. Controle e Transparência na gestão do Programa Bolsa Família. In: FAHEL; Murilo; NEVES, Jorge. **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2007. Cap. 2, p. 51-90.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- FREITAS; Rita; BRAGA, Cenira; BARROS, Nívia. Famílias e Serviço Social – Algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco; ALENCAR, Mônica. **Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 15-38.
- _____. Política social, famílias e gênero: temas em discussão. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 111-126, jul./dez, 2012.

- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 8ªed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GODELIER, Maurice. O Ocidente, espelho partido: uma avaliação parcial da Antropologia social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.8, p.5-21, 1992.
- GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8, 2004. Cap. 4, p. 55-65.
- GROSSI, Miriam. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p. 473-481, gosto/ dezembro, 1994.
- GROSSI, Miriam; MINELLA, Luzinete; PORTO, Rozeli (Orgs.). **Depoimentos trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.
- GUIMARÃES. Iracema. Gênero e trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. ALVES, Ivya; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia (Orgs). In: **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p, 103-128.
- _____. Informalidade e Gênero: tendências recentes. In **Transformando as relações de trabalho e cidadania**. Snmt/ CUT, Neim/UFBA, Fast Design, 2007.
- HEILBORN, Maria Luiza *et al.* Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p 269-278, 2009.
- HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, dez, p. 45-50, 2010.
- _____. Apresentação. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.), **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003.
- _____. Reorganização da produção e transformação do trabalho; uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs). **Gênero, Democracia e Sociedade**. São Paulo: FCC; Ed 34, 2002a, p. 341-355.
- _____. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.18, p. 139-156, 2002b.

- _____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudos del Trabajo**, São Paulo, v. 4, n 7, 1998.
- HITA, Maria Gabriela; SILVA, Maria das Graças. Esterilização no Nordeste. In: BILAC, Elisabete; ROCHA, Maria Isabel (Orgs). **Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas**. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP/ São Paulo: Editora 34, 1998. p. 291-332.
- JESUS, Andrea. **O programa Bolsa família: impactos econômicos, socioculturais e políticos em pequenos e médios municípios do Rio Grande do Norte, Brasil**. 2011. 231f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão. 2011.
- KABEER, Naila. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third millennium development goals. **Gender and Development**, v. 13.n.1, p.13–24, mar, 2005.
- _____. **Reversed Realities: gender hierarchies in development**. London: Verso, 2003.
- _____. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, v.30, n. 3, p. 435–464, 1999.
- _____. Approaches to Poverty Analysis and its Gender Dimensions. In: _____. **Gender mainstreaming in poverty eradication and the millennium development goals: a handbook for policy-makers and other stakeholders**. London: Commonwealth Secretariat, 2003b, p. 79-104.
- KERSTENETZKY, Célia. Aproximando intenção e gesto: Bolsa Família e o futuro. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Cap. 29, p.467-480.
- KLEIN, Carin. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 339-364, jul-dez, 2007.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: política social na América Latina. In: _____ (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 151-178.
- LAVINAS, Lena. Pobreza: Métricas e Evolução Recente no Brasil e no Nordeste. **Cadernos do Desenvolvimento**, Porto Alegre, v. 5, p. 126-148, 2010.
- _____. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.4, n.2, p.464-479, 1996.
- LAVINAS, Lena; CAVALCANTI, André. O legado da Constituição de 88: é possível incluir sem universalizar? In: **Como Incluir os Excluídos?** Contribuição ao Debate sobre Previdência Social no Brasil, 2007, São Paulo, Campinas, 2007.
- LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, Transferências de Renda e Desigualdades de Gênero: conexões diversas. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, p. 39-75, 2006.

- LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Aline. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero **Revista Latinoamericana de Población**, v.6, n.10, p.31-56, Jan/Jun, 2012.
- LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de gênero. **Revista de Estudios de Género** La Ventana, n.13, pp. 94-116, 2001.
- _____. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Revista Estudios Feministas**, Florianópolis, v8, n.2, 2000.
- _____. El empoderamiento em la teoria y práctica del feminismo. In: LEÓN, Magdalena (Org). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: TM Editores e Universidad nacional, 1997, p.1-28.
- LUIZ; CITELLI. Esterilização cirúrgica voluntária na Região Metropolitana de São Paulo: organização e oferta de serviços, 1999. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/jornal/html/body_jr21-olinda.html>. Acesso em: 30 de março de 2013.
- MACEDO, Márcia. Mulheres Chefes de Família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a critica sobre a feminização da pobreza. **Cardeno CRH**, Salvador. V.21, n.53, p. 389-404. maio-ago, 2008.
- MARCOLINO, Clarice. Representações de uma equipe de saúde acerca de planejamento familiar e esterilização feminina. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.38, n.4, p.422-482, 2004.
- MARCOUX, Alain. The feminization of poverty: claims, facts and data needs. **Population and Development Review**, v.24, n.1, p. 131-139, 1988.
- MARIANO, Silvana ; CARLOTO, Cássia. Aspectos Diferenciais da Inserção de Mulheres Negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, p.343-417, 2013.
- _____. Gênero e Combate a Pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, p. 901-908, 2009.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. In: **Texto para Discussão** n.º 1283. Rio de Janeiro, IPEA, 2007a.
- _____. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, n. 79, nov. 2007b.
- MELO, Hildete. Trabalhadoras Domésticas. **Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher**, v.4, n.4, 2002.
- MELO, Hildete; DI SABBATO, Alberto. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Cap. 4, p 304 p 53-72.

- MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família em áreas ZEIS: gênero, poder e trabalho**. 2005. 296f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2005.
- MESQUITA, Adriana; FREITAS, Rita de Cássia. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. **O Social em Questão**, Ano XVII, n° 30, p. 197 -224, 2013.
- MOGHADAM, Valentine. WID/WAD/GAD: Integration of women's concerns, and gender issues in the development process: a review of the literature and policy debates. **Gender and Development, Gender and Society**, Women Studies Program. Birzeit University, 1995.
- MOLYNEUX, Maxine; THOMSON, Marilyn. Cash transfers, gender equity and women's empowerment in Peru, Ecuador and Bolivia. **Gender & Development**, v.19, n.2, p.195-212, 2011.
- Molyneux, Maxine. Mothers at the service of the new poverty agenda: PROGRESA/Oportunidades, Mexico's conditional transfer programme. **Journal of Social Policy and Administration**, v.40, n.4, p. 425–449, 2006.
- MOORE, Henrietta. The future of gender or the end of a brilliant career. In: GELLER, Pamela; STOCKETT, Miranda. (Orgs). **Feminist Anthropology**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p.23-42.
- _____. **Antropología y Feminismo**. 4. ed. Madri: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de La Mujer, 2004.
- _____. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (Org.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1997, p. 813-830.
- Moser, Caroline. Gender planning in the Third world: Meeting Practical and Strategic Gender needs. **World Development**, v.17, n.11, p. 1799-1825, 1989.
- MOSER, Caroline; MOSER, Annalise. Gender mainstreaming since Beijing: a review of success and limitations in international institutions. In: PORTER, Fernanda; SWEETMAN, Caroline (Orgs.). **Mainstreaming gender in development: a critical review**. Oxford: Oxfam GB, 2005. p. 11-23.
- MORTON. Gregory. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 43-67, abril, 2013.
- MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Angela; PERUZZO Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.) **As ideologias da contra-reforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2008, p. 35-68.
- MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry (Orgs). **Sobrevivência e Fontes de Renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife: SUDENE; Massangana, 1983.

- NANES, Giselle. **Ele ainda canta de galo**: etnografando homens pobres no domínio da casa. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- NANES, Giselle; QUADROS, Marion. Programa Bolsa Família, Famílias e Gênero: dialogando com homens desempregados da periferia de Recife. In: 27^o Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém. **Anais da 27^o Reunião Brasileira de Antropologia**, 2010.
- NASCIMENTO, Pedro. **Ser Homem ou Nada**: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- NEVES, Jorge; HELAL, Diogo. Como pode ter dado certo? Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do programa Bolsa Família. In: FAHEL; Murilo; NEVES, Jorge. **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2007. Cap. 1, p. 29-50.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- NOVELLINO, Maria Saete. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. As desigualdades sócio-demográficas e os direitos humanos no Brasil. Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- _____. Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. IN: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, ABEP, Caxambú. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004.
- OLIVEIRA, Débora. **Ativismo de bairro e participação popular na conquista do espaço do cidadão**: uma experiência a partir do Coque – Recife/PE. 2010. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- OLIVEIRA, Luís; SOARES, Sergei. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Cap. 22, p.341-358.
- _____. **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho**. Brasília: Ipea, 2012 (Texto para Discussão, n. 1.738).
- ORTNER, Sherry. Updating Practice Theory. In: ORTNER, Sherry. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power and The Acting Subject*. London: Duke University Press, 2006a, p.1-19.
- _____. *Power and Projects: Reflections on Agency*. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power and The Acting Subject*. London: Duke University Press, 2006b, p. 129-154.

- _____. Subjectivity and cultural critique. **Anthropological Theory**, v.5, n.1 p.31-52, mar, 2005.
- _____. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. **Comparative Studies in Society and History**, v. 37, n.1, p. 173-193, Jan. 1995.
- _____. Gender hegemonies. **Cultural Critique**, v.14. p. 35-80, 1990.
- _____. Theory in Anthropology since the Sixties. **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, n. 1, p. 126-166, Jan, 1984.
- ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Accounting for Sexual Meanings. In _____(Orgs). **Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality**. Cambridge: Cambridge Univ. Press.1981, p.3-28.
- OSIS, Maria *et al*. Atendimento à demanda pela esterilização cirúrgica na Região Metropolitana de Campinas, São Paulo, Brasil: percepção de gestores e profissionais dos serviços públicos de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p625-634, mar, 2009.
- PAIM, Heloísa. Marcas no corpo: significados atribuídos à gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, Luiz Fernando; LEAL, Ondina (Orgs.) **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. [Coleção Antropologia e Saúde]. p.31-47.
- PANTOJA, Ana. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/ maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, sulp.12, p.335-343, 2003
- PARPART, Jane; RAI, Shirin; STAUDT, Kathleen. Redefining em(power)ment, gender e development: un introduction . In: _____. (Orgs) **Rethinking Empowerment: Gender and Development in a Global/Local World**. London: Routledge, Introduce. 2002.
- PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PIRES, André. Bolsa família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 341-366, maio/ago. 2008.
- PIRES, Flávia. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. **Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 38, p. 123-135, abr, 2013.
- _____. A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família. Questões para Pesquisa. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 27, p. 1-15, abr, 2009.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p.141-157, 1998.
- _____. Ambigüidades y desacuerdos: los conceptos de sexo y género en la antropología feminista. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología**, Buenos Aires, v. 16, p. 153-171, 1995.

- PORTELA, Ana Paula *et al.* Contracepção e planejamento reprodutivo na percepção de usuárias do Sistema Único de Saúde em Pernambuco. In: Miranda-RIBEIRO, Paula; SIMÃO (Orgs). **Qualificando os números**: estudos sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Belo Horizonte: ABEP, UNFPA, Volume 02, 2008. Cap. 5, p.119-141.
- PORTELLA, Ana Paula. Caracterização dos homicídios de mulheres em Pernambuco, 2002-2007. **Boletim Dados e Análises**, IV, n.7, p.2-6, 2008.
- POTTER, Joe *et al.* Frustrated demand for postpartum female sterilization in Brazil. **Contraception**, v.67, n. 5, p. 385-390, may, 2003.
- QUADROS, Marion. **Homens e a contracepção**: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004
- RABELO, Maria Mercedes. Redistribuição e Reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família (PBF). **Ensaio FEE** (Impresso), v. 34, p. 57-90, 2013.
- _____. **Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família**: a voz das beneficiárias. TESE (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.
- RATHGEBER, Eva. WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice. **The Journal of Developing Areas**, v.24, n.4, p. 489-502, July, 1990.
- RAZAVI, Shahrashoub; MILLER, Carol. **From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse**. Occasional Paper 1, United Nations, 1995.
- REGO, Walquiria. Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o Caso da Bolsa Família Política & Trabalho, **Revista de Ciências Sociais**, 38, p. 21-42, abril, 2013.
- _____. Política de cidadania no governo Lula: ações de transferência estatal de renda: o caso do Bolsa Família. **Temas y Debates**, v. 20, p. 141-155, out, 2010.
- _____. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: Uma Aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, v. 73, p. 147-185, 2008.
- REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- RIBEIRO, Luciana. **Crime é “coisa de mulher”**: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. 2012, 197f. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- ROMANO, Jorge. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. IN: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Martha (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002, p.9-20.

- RODENBERG, Brite. **Gender and poverty reduction: new conceptual approaches in international development cooperation**. Reports and Working Papers 4. Bonn: German Development Institute, 2004.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo**. Recife, SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: CASTILHO-MARTIN, Márcia; OLIVERA Suely. **Marcadadas a Ferro - violência contra as mulheres: uma visão multidisciplinar**. Brasília, 2005, p.35-76.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANCHES, Maria Aparecida. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.879-888, setembro-dezembro, 2009.
- _____. **Prazeres - fogões, pratos, panelas: práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900-1950**. 1998. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1998.
- SARAIVA, Jeíza. **O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife**. 2010. 101f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- SARAIVA, Jeíza; RODRIGUES, Ana Claudia. A violência contra as mulheres no estado de Pernambuco: retrato de uma realidade. In: FAZENDO GÊNERO 9 DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, Florianópolis, 2010. **Anais do Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.
- SARDENBERG, Cecilia. Negotiating Culture in the Promotion of Gender Equality and Women s Empowerment in Latin America. **IDS Working Paper**, p. 03-44, 2012.
- _____. Women’s Empowerment in Brazil: Tensions in Discourse and Practice. **Development**. Cambridge, v.53, p. 232-238, dec, 2010.
- _____. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, Salvador, Junho de 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acesso em: 02 dez de 2013.
- _____. Back to women? Translations, re-significations, and myths of gender in policy and practice in Brazil. In: **Workshop ‘Feminist Fables and Gender Myths: Repositioning Gender in Development Policy and Practice’**, IDS, University of Sussex, Falmer, 2–4 July, 2003.
- _____. Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women’s Empowerment. **Institute of Development Studies Bulletin**, v. 39, n.6, p.18-27, dec, 2008.

- SARDENBERG Cecília; CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. Tempos de mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de Gerações. In: *Fazendo Gênero* 8, 2008, Florianópolis. **Fazendo Gênero** 8, 2008.
- SARTI, Cyntia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana; VITALE, Maria Amélia (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 25ª ed, São Paulo: Cortez, 2010, p21-36.
- _____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHWARZMAN; Simon. Bolsa Família: mitos & realidades. **Interesse Nacional**, ano 2 n7, p. 20-28, dez, 2009.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995. (Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila).
- SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. In: _____. **Famílias Brasileiras**: poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p.135-158.
- _____. A etnografia de trabalhadores urbanos: trabalho, poder e a inversão do público e do privado. **Revista Pernambucana de Antropologia**, Recife, v. 1, n. 2, p.142-160, 1996.
- _____. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.73, p.38-46, 1990.
- _____. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital? **Interface**: comunicação, saúde, educação. Botucatu, v.5, n.8, p. 61-72, fev, 2001.
- SEN, Guitar. Empowerment as approach to poverty. **Working Paper Series**, n97.07 December, 1997.
- SENNA, Mônica *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. **Revista Kátal**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan-junho, 2007.
- SERRUYA, Suzanne. Ligação de trompas e imaginário feminino. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 10, n.1, p. 57-70, 1993.
- SHAPIRO, Judith. Anthropology and the study of gender. **Soundings: An Interdisciplinary Journal**, v.64,n. 4, 1981.
- SIGNORINI, Bernardo; QUEIROZ, Bernardo. The impact of Bolsa Família Program on beneficiaries? Fertility. **International Policy Centre for Inclusive Growth**, 2012.
- SILVA; Jessica; RODRIGUES, Ana; PIRES, Flávia. Programa Bolsa Família na perspectiva da dádiva: o caso de Cantigueira-PB. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2011/09/A-Contemporaneidade-do-Dom-O-Programa-Bolsa-Fam%C3%ADlia-na-cidade-de-Catingueira1.pdf>>. Acesso em: 01 de Dezembro, 2011.

- SILVA, Maria da Conceição *et al.* Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar das Famílias Beneficiárias: Resultados para o Brasil e Regiões. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA Rômulo (Orgs). **Avaliação de políticas e programas do MDS - resultados**: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. Cap. 2, p. 69-99.
- SILVIA, Maria Ozanira. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.12, v.6, p.1429-1439, 2007.
- SILVIA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo (Orgs.). **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.
- SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro v. 66 n. 4 / p. 533–556 Out-Dez, 2012
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, Jorge ; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2v. p. 25-56.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA; Nalu; Moreno, Renata. (Org.) **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2010. Cap. 3, p. 57-74.
- SOUZA, Cecília. Trabalho, Reprodução e Cidadania: Concepções e práticas entre trabalhadoras domésticas. **Revista Antropológicas**. Série Família e Gênero. Ano 4, v9. 2002.
- SOUZA, Rosângela. **Gravidez na Adolescência e Pólos de Desenvolvimento**: Trajetórias reprodutivas de adolescentes/jovens de Nossa Senhora do Ó. 2012. 101f Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. 2012.
- STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 77-105, maio-agosto/2004.
- SUAREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA Rômulo (Orgs). **Avaliação de políticas e programas do MDS - resultados**: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. Cap. 4, p. 119-162.
- TASLI, Kaan. **A conceptual framework for gender and Development studies**: from welfare to empowerment. OFSE, Forum, 32, 2007.
- TEBET, Mani. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n.2, p. 295-334, Abr/Mai/Jun, 2012.

- TINKER, Irene. **Persistent Inequalities: Women and World Development**. New York: Oxford University Press, 1990.
- TINKER, Irene; JAQUETE, Jane. Un decade for women: its impact and legacy. **World Development**, v. 15, n. 3. p. 419-427, 1987.
- VALE NETO, José. **Coque: morada da morte?** Práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 59, p.11-18, 2009.
- _____. **Projeto e Metamorfose:** Antropologia das Sociedades Complexas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Subjetividade e sociedade:** uma experiência de geração. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- _____. **Individualismo e Cultura:** notas para um a antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VIEIRA, Elisabeth, SOUZA, Luiz. Acesso à esterilização cirúrgica pelo Sistema Único de Saúde, Ribeirão Preto, SP. **Revista Saúde Pública**, v.43, n.3. p.398-404, 2009.
- VIEIRA, Elisabeth; FORD, Nicholas. Provision of female sterilization in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.1201-10. 2004.
- WASELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.
- WOORTMANN, Klaas. **A família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.
- WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: Pré – Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto: ABEP, 2002, 99p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf> >. Acesso em: 20 maio 2014.
- YOUNG, Kate. **Planning development with women:** making a world of difference. London: Macmillan, 1993
- ZALUAR, Alba. **A Máquina e Revolta:** organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZIMMERMANN, Clóvis. Políticas Sociais e os Direitos: uma avaliação do Programa Bolsa Família. In: XIV CISO ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 2009. **XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. Recife: Fundaj, 2009. v. 1. p. 146-146.
- _____. Desafios à implantação do Direito à Alimentação no Brasil. **Democracia Viva**, v. 39, p. 14-17, 2008.

Anexo

CARTA COQUE (R)EXISTE¹

PELA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA ZEIS COQUE

Recife, 16 de agosto de 2013.

Exmo. Senhor Governador do Estado de Pernambuco EDUARDO CAMPOS
ASSUNTO: DEMANDA COLETIVA PELA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À
MORADIA NA ZEIS COQUE

Senhor Governador,

Diante da ameaça de desrespeito às garantias consolidadas em nossa legislação para a proteção do direito à moradia, tendo em vista a inadequação com que têm sido conduzidos os procedimentos de desapropriação de famílias de baixa renda em diversos municípios deste estado, notadamente em função da implantação de projetos de mobilidade urbana associados à preparação para a **Copa do Mundo de 2014**, viemos demandar às autoridades públicas competentes a suspensão imediata dos procedimentos de desapropriação que atingem mais especificamente os moradores do Coque, no Recife, e a realização de audiência com as famílias afetadas, no intuito de construir coletivamente solução mais apropriadas para a situação, com base no tratamento digno a todos os cidadãos.

O processo de desapropriação conduzido pelo Governo do Estado de Pernambuco em função da implantação de obras de ampliação do sistema viário de acesso ao Terminal Integrado Joana Bezerra atinge quase de 60 famílias moradoras do Coque, área definida como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, pela Lei Municipal nº 16.176/1996. As famílias afetadas pela obra de ampliação do viário tiveram conhecimento do fato ape-

¹ Carta publicada: http://coquevive.org/index.php?p=blogs_det&id=16. Acesso: Janeiro de 2014.

nas recentemente, quando o projeto já se encontrava em fase de execução ao receberem cartas convocando-as a comparecer à Procuradoria Geral do Estado, já para a negociação dos valores de indenização, sem terem sido nunca ouvidas em audiências públicas para possíveis contestações ao projeto ou apresentação de alternativas.

Considerando que a referida área é ocupada por famílias de baixa renda desde meados do século XX, tendo se constituído como local de moradia de uma população de cerca de 40 mil pessoas e que, desde a década de 1970 tem sido objeto de políticas públicas visando à sua regularização em termos fundiários e urbanísticos, entende-se que esta destinação deveria ser mantida, resguardando-se os direitos dos atuais moradores. Trata-se de utilização coerente com o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, especialmente em se tratando de terras públicas, que como tal, devem ser vistas como patrimônio de todos a serviço da coletividade. Sabe-se que toda esta área pertence à União por ser constituída de terrenos acrescidos de marinha, tendo sido objeto de Contrato de Cessão sob Regime de Aforamento, firmado com o Município do Recife em 05 de outubro de 1979, com a finalidade de implantação de projeto urbanístico.

Considerando, ainda, que as diretrizes gerais da política urbana nacional, estabelecidas na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, especialmente, no que diz respeito à regularização fundiária de interesse social, os princípios a serem observados em conformidade com a Lei Federal 11.977/2009 e o fato de tratar-se de situação amparada pela Medida Provisória 2.220/2001, que garante o direito à concessão de uso especial, de que trata o art. 183 da Constituição, entende-se que a população residente no Coque é detentora de direitos sobre a área que ocupa e que compete ao poder público reconhecer a legitimidade desses direitos. A destinação da área para fins de regularização fundiária, tendo as famílias do Coque como beneficiárias da titulação de seus imóveis e da implementação de ações de requalificação urbanística no assentamento, apoiadas nos programas do Governo Federal coordenados pelo Ministério das Cidades, reveste-se de grande relevância para a promoção de um desenvolvimento urbano mais justo e equilibrado, e de importância crucial na garantia de respeito aos direitos humanos, especialmente em situações que impliquem em deslocamentos involuntários para a execução de obras com outras finalidades.

O direito à moradia, devidamente garantido no art.6º da Constituição Federal de 1988, tem que ser protegido com a devida importância de direito fundamental que é. Portanto, o princípio da proporcionalidade precisa ser observado por ser o instrumento necessário para leis e atos administrativos que restringem direitos fundamentais. O objetivo da aplicação da regra da proporcionalidade é fazer com que nenhuma restrição a direitos fundamentais tome dimensões desproporcionais. Dessa forma, o poder público ao efetivar as desapropriações precisa levar em consideração as implicações trazidas pelo princípio da proporcionalidade: Numa relação de peso e importância, a desapropriação trará mais benefícios do que prejuízos? Existe alguma forma mais suave de ser fazer o viário sem desabrigar as famílias? A desapropriação é realmente o meio necessário?

Entendemos que, é possível alteração no projeto “Viário Joana Bezerra” de forma que o interesse público seja contemplado atingindo de forma menos gravosa o direito à moradia das famílias residentes na área discutida. Por outro lado, se o Estado entender que as obras relativas à ampliação do sistema viário na área do Coque não possui condições de ser alterada, implicando na necessidade de remoção de algumas das casas ali instaladas há mais de 40 anos, as famílias moradoras desses terrenos deveriam ser assistidas por processos de reassentamento em terrenos próximos ao local onde hoje estão instaladas.

Nesse sentido, é importante lembrar a existência do terreno para o qual se planeja a instalação do Pólo Jurídico Joana Bezerra, objeto da Operação Urbana Consorciada aprovada pela Lei 17.645/2010, procedimento eivado de vícios de legalidade, que também encontra-se inserido no perímetro da ZEIS Coque, o qual se apresenta como uma alternativa viável tanto para a readequação do projeto para um novo traçado do viário, bem como, mostra-se como uma área apropriada à construção de unidades habitacionais para realocar as famílias desapropriadas, por ser tratar de uma área desabitada.

O Estado de Pernambuco na década de 80 deu um grande passo na proteção do direito à moradia quando o Município do Recife foi pioneiro na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e na criação na Lei de Plano de Regularização das Zeis (PREZEIS), liderada por Dom Helder Câmara. Dessa forma, não podemos ter um retrocesso na garantia deste direito fundamental. A história de luta pelo direito à moradia, protagonizada por movimentos populares e organizações da sociedade civil e, muitas vezes, apoiada pelo poder público em suas diversas instâncias, e cujas conquistas colocam a cidade do Recife como referência nacional, e até mesmo internacional, neste campo, deve ser reconhecida, respeitada e valorizada como patrimônio de uma memória coletiva do nosso povo, que não pode ser desprezada.

O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social- PREZEIS tem por objetivo melhorar a qualidade de vida nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS -, promover a sua regularização jurídica e propiciar a sua integração na estrutura urbana do Recife e para tanto prioriza o direito à moradia sobre o direito de propriedade, possibilitando o acesso à terra urbana. Além disso, o referido plano tem como diretrizes inviabilizar a especulação imobiliária do terreno urbano das ZEIS, evitar o processo de expulsão indireta dos moradores das ZEIS, em acordo com incisos VI e VII do art. 6º da Lei Municipal nº 14.947/87.

Espera-se, pois, que o desenvolvimento perseguido nos projetos em evidência no nosso estado seja pensado também como um projeto de desenvolvimento humano, que promova melhores condições de emprego e renda para a população, e como um projeto de desenvolvimento urbano, que garanta o acesso de todos os cidadãos aos benefícios que uma cidade pode proporcionar.

Assim, no anseio de podermos contar com uma atuação responsável, justa e eficaz das autoridades competentes é necessário é ela trabalhe junto com a sociedade civil (so-

bretudo as pessoas afetadas pelas obra públicas) para que se promova uma construção democrática de projetos urbanos, solicitamos, portanto:

1. A intervenção deste órgão para que seja impedida a violação de direitos fundamentais, através da **solicitação ao Governo do Estado de suspensão imediata das negociações dos procedimentos de desapropriação das famílias afetadas pela ampliação do viário Joanna Bezerra**, pelas razões expostas.
2. A articulação deste órgão para o agendamento de audiência pública com as famílias afetadas pela obra e todas as entidades envolvidas no projeto, no intuito de construir coletivamente soluções alternativas mais apropriadas para a situação, com base na garantia do direito à moradia, para que se dê legitimidade real ao projeto.
3. A garantia do direito à moradia, observadas as disposições legais do plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS (Lei municipal n° 14.947), como direito fundamental garantido constitucionalmente.

Certos de que as solicitações serão atendidas, ficamos com os votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Rede Coque (R)Existe

Título **Mulheres Titulares do Bolsa Família:
direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida**

Organizadores **Giselle Nanes**

Projeto Gráfico Mísia Lins Reesink

Capa Priscila Souza (Tecnografic)

Revisão de Texto **Amanda Scott**

formato digital

fontes Perpétua

No marco de uma década do Programa Bolsa Família [2004-2014], o maior programa de transferência de renda da atualidade brasileira, o livro **Mulheres Titulares do Bolsa Família** coloca em questionamento o *mito* de que as mulheres pobres têm mais filhos para ingressar/permanecer no Bolsa Família e de que receber o auxílio monetário gera *efeito preguiça*, em relação à procura por empregos. Fundamentado a partir de pesquisa etnográfica, realizada na região metropolitana do Recife (Pernambuco, Brasil), a leitura é sugerida para os que se interessam em compreender os impactos do Programa na vida das mulheres e suas famílias. Igualmente, recomendado para gestores públicos comprometidos com a formulação de programas de transferência de renda e promoção do empoderamento feminino.